



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

A Produção do Espaço em Bauru: do subterrâneo à superfície

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Faculdade de Ciências e Tecnologia –
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Campus de Presidente Prudente

Área de Concentração:
Produção do Espaço Geográfico

Grupo de Pesquisa:
Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GAsPERR

Linha de Pesquisa:
Produção do Espaço Urbano

Apoio
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Orientação
Prof^ª. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Márcio José Catelan

Dezembro de 2008

Catelan, Márcio José.
C355p Produção do Espaço Urbano em Bauru: do subterrâneo à superfície: [s.n.], 2008
148 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito
Banca: Everaldo dos Santos Melazzo, Wiliam Ribeiro da Silva
Inclui bibliografia

1. Produção do espaço urbano. 2. Reestruturação urbana. 3. Meios de consumo coletivo. 4. Rede de drenagem pluvial e de pavimentação. 5. Cidades médias. 6. Bauru (SP). I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

*Aos meus pais
José e Maria,*

*Pela dedicação,
pelo carinho e pela sabedoria. Por me mostrarem
como é bom ser filho.*

*Aos meus irmãos
Alexandro, Rivaldo e Elaine.*

*Irmãos que demonstram e renovam,
às suas maneiras, o sentido de fraterno.*

*À minha esposa
Leticia*

*Que, na poesia, é sinônimo de alegria
E, na minha vida, também é sinônimo de amor,
sensibilidade, razão e emoção.*

Agradecimentos

Esse é o momento de justificar porque utilizarei ao longo do texto, o pronome “nosso”, ao invés de “minha”, para me referir ao trabalho que aqui apresento. Muitos como eu, preferem dizer “nosso trabalho”, “nosso texto”, “nossa dissertação”, talvez por ser uma forma mais elegante e menos pretensiosa de dizer que uma pesquisa, um artigo ou uma dissertação não são feitos apenas individualmente. Quanto à minha escolha, é uma maneira de reconhecer o envolvimento de outras pessoas, sobretudo naqueles momentos em que tudo emperra e, para sair dele, é necessária uma ajuda técnica, a indicação de uma bibliografia ou um debate sobre determinado conceito ou teoria, ou ainda, uma boa conversa de bar. O pronome “meu/minha”, a esse fim, acaba por negar tudo isso. Acaba por negar a força dos acontecimentos que, em muitas vezes, nos traz novos olhares e novas concepções de viver. Negar isso seria negar:

- a intensidade do afetuoso e fraterno sentimento que tenho pela querida Elaine, umas das pessoas mais verdadeiras, sinceras, transparentes e emocionantes, cujas longas conversas trouxeram inúmeros pensamentos, questionamentos, intrínsecos à sua personalidade forte que me atinge de uma forma responsável e divertida.
- A amizade e o apoio do amigo José Antônio Martins – por nossas conversas responsáveis e divertidas.
- os sentimentos de saudade e presença de meu querido amigo Antônio que, por sua forma intensa de viver, consegue estar presente em meu cotidiano.
- A alegria que sinto quando encontro ou, ao menos, avisto de longe, minha queridíssima Izide, pois além daquele sorriso lindo, um charme correspondente ao seu nome, ainda é filha do Sr. João e D. Gilma, amigos que fizeram por mim muito mais do que eles possam considerar.
- A disponibilidade, amizade, o apoio e a boa vontade do amigo Oséias, que define como é manter, mediante do caos, os préstimos e o diálogo em todos os momentos. Além de demonstrar como é possível conviver com pensamentos adversos aos seus, sem perder aquilo que o faz um grande amigo – a sinceridade.
- A prolixa convivência com um dos amigos mais recentes – Igor –, cuja convivência é caracterizada pela inquietação de nossos questionamentos, uma amizade que resistiu, logo no início, aos inconvenientes da convivência cotidiana.
- O recomeço ou a retomada de uma “amizade sincera”, roubada pelos acontecimentos tortuosos da vida, devolvida pelo amadurecimento de nossos pensamentos – meus e de Paula.

- A descontraída forma de viver e a boa companhia do amigão Caíto.
- A presença confortante da já amiga Leni, de olhar calmo, suave e sincero, que, para mim, apontou um novo conceito de amizade – aquela que se constrói rápida e intensamente.
 - A paciência oriental e otimista de meu amigo Vitor, com quem aprendo a associar dedicação, equilíbrio e minúcia.
- A companhia agradável, inteligente e divertida de minha amiga Érica Ferreira, com quem tenho longas conversas e muitas risadas, mesmo quando dividimos as inquietações mais precisas.
- A inteligência discreta e precisa da querida Maria Angélica, pelas conversas repletas de idéias, objetivos e perspectivas.
- A convivência divertida com Claudia e Alexandre que, além de bons amigos, ainda nos possibilitam encontrar a alegre e linda Sara;
 - A convivência com a ponderação e compreensão do amigo Elson Olanda, por suas palavras experientes e confortáveis nos momentos mais diversos.
 - A amizade descontraída de Sampaio. Por nossa parceria na representação discente.
- A agradável forma de viver e de conviver da amiga Kedma, por suas palavras sempre tão confortáveis.
 - A amizade de Loboda. Por sua exemplar conduta e agradável presença.
 - A contribuição imediata do amigo Oscar Sobarzo, o primeiro a ler e contribuir na construção do projeto de pesquisa, além das palavras de apoio, suas e de Liz, dignas de bons amigos.
 - A alegre amizade de Silvia Pereira, e nossa agradável convivência.
 - A amizade de Flávia Ikuta, além das confortáveis caronas para casa.
- A amizade das “queridas” – Fabírcia e Camila” – por nossas divertidas conversas.
 - A amizade mais que engraçada de Marcelo Mancini.
- A convivência com amigos como Rodolfo, Débora, Beatriz, Alex, Flávia, Flavinha, Virgínia, Cássio, Aninha, Anderson e Carla, pelas ótimas conversas e pelo tom de alegria e responsabilidade em nossa convivência acadêmica gasperiana.
- A amizade de Patrícia e as inúmeras caronas que em muito contribuíram na realização dos trabalhos de campo em Bauru, além da contribuição ao meu caderno de receitas culinárias.
- A atenção e dedicação de Lúcia, Inês, Fumie, Sandra, Cleide, Vera, Márcia, Ivonete, Erynat, Edmilson e André.

- A atenção de todos durante os trabalhos da pesquisa: profissionais da Secretaria Municipal de Obras, da Secretaria Municipal de Planejamento e outros órgãos da Prefeitura Municipal de Bauru.
- O apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – sem o qual não teria sido possível a dedicação dada à realização da pesquisa e a essa Dissertação de Mestrado.
 - a contribuição, tanto na construção dessa dissertação, no momento do exame de qualificação, como em minha formação do Prof. Dr. Arthur Magon Withacker e do Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo.
- A orientação atenciosa, responsável e minuciosa, da Prof^ª. Maria Encarnação Beltrão Sposito, que demonstra como é associar dedicação e respeito.

Por todos e por tudo: Nossa Dissertação!

..... Índice

Resumo	11
Abstract	12
Introdução	13
Caminho Metodológico	18
A. Sobre o debate	19
B. Sobre as atividades	21
I. Visita aos órgãos municipais em Bauru	21
II. Visita ao Setor de Geoprocessamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru – DAE	21
III. Visita à Secretaria Municipal de Obras	22
IV. Elaboração do Roteiro para entrevistas com o Secretário Municipal de Obras e Secretário Municipal de Planejamento	23
V. Atividades realizadas junto à Secretaria Municipal de Obras	24
VI. O mapeamento das redes de drenagem pluvial e de pavimentação	25
VII. Visitas Técnicas	25
VIII. Entrevistas com o Poder Público	26
IX. Elaboração do questionário para aplicação junto à população	29
X. Aplicação dos questionários junto à população	30
C. Outros momentos e atividades	34
Capítulo 1. Bauru. Reestruturação Socioespacial Urbana e da Cidade	37
1.1. Interfaces da reestruturação socioespacial: urbana e da cidade	39
1.2. A produção do espaço urbano em Bauru: articulando as análises	44
1.2.1. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1890 a 1900	48
1.2.2. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1900 a 1930	51
1.2.3. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1930 a 1950	54
1.2.4. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1950 a 1980	61
1.2.5. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1980 a 2000	68
Capítulo 2. Da Produção do Espaço Urbano aos Meios de Consumo Coletivo	76

2.1. Os Meios de Consumo Coletivo como teoria na Produção do Espaço Urbano	78
2.2. Morfologia Urbana: a condição espacial da cidade	89
2.3. Morfologia da cidade de Bauru: condições atuais	91
2.3.1. Do subterrâneo à superfície	96

Capítulo 3. Bauru. Interações Socioespaciais: das práticas

do Planejamento, Gestão e da População	110
3.1. O planejamento e a gestão urbanos	112
3.2. A condição socioespacial da cidade de Bauru: articulando variáveis, apontando desigualdades	118
3.3. Algumas reações e interpretações da população às desigualdades socioespaciais	129
Considerações...	139
Bibliografia	143

Lista de Mapas

1. Brasil. São Paulo. Bauru e cidades polarizadas	46
2. Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1900	50
3. Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1930	53
4. Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1950	57
5. Bauru. Canalização do Córrego das Flores. Construção da Avenida Nações Unidas – décadas de 1950 e 1970	59
6. Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1970	64
7. Bauru. Localização dos Conjuntos Habitacionais Populares – décadas de 1960 a 1990	66
8. Bauru. Expansão da Malha Urbana: de 1890 a 1990	71
9. Bauru. Expansão da Malha Urbana: após 2000	75
10. Bauru. Localização das áreas de ocorrência de enchentes – 1950 - 2000	97
11. Bauru. Distribuição da Rede de Drenagem Pluvial – 2007	102
12. Bauru. Vias não pavimentadas – 2007	106

13. Bauru. Distribuição da Rede de Drenagem Pluvial e vias não pavimentadas – 2007	121
14. Bauru. Habitantes por domicílio – 2000	122
15. Bauru. Chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos – 2000	124
16. Bauru. Domicílios sem banheiro – 2000	125
17. Bauru. Domicílios com quatro banheiros ou mais – 2000	127

Lista de Painéis

1. Estrutura da Rede de Drenagem Pluvial	27
2. Estrutura da Rede de Pavimentação	28
3. Bauru. Avenidas Nações Unidas. Ocorrências enchentes	60
4. Bauru. Avenida Getúlio Vargas. O Ornamento da Zona Sul	73
5. Bauru. Erosões nas vias	98
6. Bauru. Vias com Rede de Drenagem Pluvial e não pavimentadas	108

Lista de Caixas

1. Roteiro para entrevistas com o Secretário Municipal de Obras e Planejamento	24
2. Questionário aplicado com a população	31

Lista de Quadros

1. Quantificação da amostragem	33
2. Bauru. Interfaces da reestruturação urbana e da cidade	47
3. Bauru. Crescimento populacional: 1950-2000	72
4. Bauru. Meios de consumo coletivos mais citados pela população -2007	100
5. Bauru. Motivos pelos quais a população escolheu o bairro para viver-2007	130

Lista de Gráficos

1. Bauru. Opinião da população sobre a atuação do poder público municipal em relação à distribuição das infra-estruturas **132**
2. Bauru. Motivos que interferem na implantação de infra-estruturas nos bairros por parte do poder público na opinião da população **134**
3. Bauru. Informações obtidas sobre a existência de associações de bairros **136**

Resumo

A urbanização contemporânea articula-se às dinâmicas do modo capitalista de produção, o qual direciona esse processo sob a perspectiva de uma economia política da urbanização compreendida conjuntamente com uma economia política da cidade. Por conta disso, a estruturação dos espaços urbanos e os objetos que os constituem não podem ser tomados, nem analisados, como simples objetos estruturantes da base material, tendo em vista que a produção do espaço urbano sob tais perspectivas os envolvem como meios de reprodução do capital, sendo que, não somente o solo urbano, mas todos os meios que o caracterizam como um ambiente construído, também se tornam meios de consumo urbano. Esse consumo pode ser visto a partir de duas dimensões: a individual e a coletiva. Nessa dissertação, trabalharemos com os meios de consumo coletivo – as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos –, que adquirem características e importâncias peculiares no cotidiano das cidades o que, na pesquisa realizada, foram tomados em sua dimensão econômica. Porém, muitos fatores estão presentes na distribuição dos meios de consumo coletivo. Para debatê-los, escolhemos duas infra-estruturas na cidade de Bauru (SP), as constituintes das redes de drenagem pluvial e de pavimentação das vias públicas.

Nosso caminho metodológico caracterizou-se pela identificação de uma periodização que aponta para momentos de reestruturação urbana e da cidade de Bauru, nos quais a produção do espaço urbano foi direcionada por agentes econômicos e políticos, públicos e privados. Para isso, buscamos demonstrar a espacialização das infra-estruturas analisadas, bem como interpretá-las por meio das dinâmicas atinentes ao processo de produção capitalista, envolvendo a forma de gestão e planejamento urbanos.

Concomitante a esse processo, acontece a vida urbana, dimensão onde se expressam os problemas urbanos advindos da ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo. Foi necessário, também, demonstrar a relação entre a densidade infra-estrutural e a densidade populacional, bem como a distribuição desigual da primeira consoante à segmentação social urbana da segunda.

Tais recortes analíticos foram selecionados para buscarmos analisar as dinâmicas que permeiam a alocação dos meios de consumo coletivo frente ao processo de produção do espaço urbano, bem como as interações socioespaciais que fazem das dinâmicas urbanas e dos espaços das cidades meios de complexas relações sociais, econômicas e políticas, responsáveis por produzirem cidades diferentes em suas morfologias urbanas.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Reestruturação urbana; Reestruturação da cidade; Meios de consumo coletivo; rede de drenagem pluvial e de pavimentação; cidades médias; Bauru.

Abstract

The contemporary urbanisation is articulated to the dynamics of the capitalist mode of production that directs the process under the perspective of a political economy of urbanisation understood beside a political economy of the city. Because of this, the structuring of urban spaces and the objects that constitute them cannot be taken nor analysed as simple structuring objects of the material basis. The production of the urban space under such perspectives takes these objects as a way of reproducing capital because not only the urban soil but also all the means that characterise it as a built environment become means of urban consumption. This consumption can be seen through both the individual and the collective dimensions. In this master thesis, we analyse the means of collective consumption – the infrastructures and the urban equipments and services –, which acquire peculiar characteristics and importance in the city daily life and are taken, in the research, in their economic dimension. However, many factors are involved in the distribution of the means of collective consumption. For debating them, we have chosen two infrastructural objects of Bauru city: the pluvial drainage and the paving public paths networks.

The methodology we have adopted is characterised by the identification of periods of urban and city restructuring of Bauru city. In these periods, economic and political agents as well as public and private ones directed the production of the urban space. For achieving the analytical aim, we have tried to show the spatialisation of the analysed infrastructures and to interpret them through the dynamics concerning the capitalist process of production, as they are characteristics of the forms of urban management and planning.

At the side of this process, the urban life happens as the dimension that expresses the urban problems resulting from the absence or insufficiency of the collective means of consumption. It was also necessary to demonstrate the relation amongst the infrastructural and the population densities as well as the uneven distribution of the first according to the social urban segmentation of the second.

We have selected these analytical choices aiming to examine the dynamics that permeate the allocation of the collective means of consumption in face of the process of production of the urban space. We have also tried to analyse the socio-spatial interactions that make urban dynamics and cityspaces means of complex social, economic and political relations, responsible for producing different urban morphologies of each city.

Key words: Production of the urban space; Urban restructuring; City restructuring; Means of collective consumption; Paving and pluvial drainage networks; Middle-sized cities; Bauru.

Introdução

Introdução

A cidade, apenas no plano explicativo, pode ser pensada, de um lado, por seu conteúdo físico e, de outro, por seu conteúdo social. Na vida urbana, esses conteúdos se entrelaçam, não permitindo análises fragmentadas ou dicotômicas, visto a complementaridade entre dinâmicas e processos que os constituem. No entanto, para efeito didático, pretendemos dizer que a cidade se constitui segundo uma estrutura (articulada às infra-estruturas e às superestruturas), em que a produção e o consumo promovem e são promovidos pela dinâmica social. Nessa relação, justifica-se a adoção do conceito “socioespacial”, que utilizaremos para designar tal complementaridade.

Tal relação é importante para iniciar esta dissertação, tendo em vista que, no processo de produção do espaço urbano, os meios de consumo coletivo – infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos – são estruturantes e têm implicações nas condições socioespaciais da cidade. A relação produção-distribuição-consumo dá-se de forma diferenciada, em cada cidade, dependendo da atuação de forças político-econômicas influentes nesses espaços.

O espaço urbano tomado para a análise de como se dá a alocação dos meios de consumo coletivo e de todas as dinâmicas que neles estão envolvidas concerne à cidade de Bauru. A escolha explica-se por ser Bauru uma cidade média, em que a alocação de meios de consumo coletivo se encontra num estágio de intenso debate por parte do poder público local, visto o nível em que se encontra a deficiência de muitos dos meios de consumo coletivo, principalmente os relativos às redes de drenagem pluvial e de pavimentação, ainda que outros, como áreas de lazer, centros de saúde, escolas, creches, iluminação pública etc., também não sejam suficientes enquanto meios necessários à vida coletiva nessa cidade.

Diante desse quadro, buscamos adotar enfoques teóricos coerentes em seu método e em sua metodologia. Identificada a temática, propomo-nos a alcançar a interface entre o plano empírico e o teórico, inseparáveis nos campos das pesquisas sociais. É sob essa concepção que elaboramos a presente dissertação: a da diligência da complementaridade entre o processo de produção do espaço urbano e os predicados que possibilitam o acontecimento desse processo enquanto conceito e prática cotidiana (LEFEBVRE, 1999).

Nosso debate desenvolveu-se, principalmente, a partir de autores como: Harvey (1980), Lojkin (1981), Preteceille (1983), Soja (1993), Santos (1994), Lefebvre

(1999) e Sposito (2005). Assim, com base em Soja (1993), adotamos o conceito de “reestruturação urbana” para nos colocarmos diante de escalas e dimensões que vão além da dinâmica do espaço urbano em si, já que o autor trata da importância de identificar momentos de reestruturação, no âmbito da economia urbana, capazes de causar profundas modificações no processo de urbanização.

Por outro lado, e consoante este debate, houve a necessidade de buscarmos as dinâmicas geradas a partir das interações socioespaciais urbanas. Para isso, adotamos o conceito de “reestruturação da cidade” trabalhado por Sposito (2005) para designar momentos de mudanças na produção do espaço, devido a dinâmicas geradas nessa mesma escala. A partir disso, nossa proposta foi de estabelecer relações entre diferentes momentos de reestruturação urbana concomitante aos de reestruturação da cidade, identificados por nós no Capítulo 1.

Como forma de tornar esse debate mais didático, elaboramos uma periodização apoiada em Oliveira (1982) e Santos (1993), que observaram momentos em que a urbanização brasileira passou por mudanças econômicas e políticas capazes de provocar o aparecimento de novas dinâmicas urbanas. A partir da periodização estabelecida pelos autores, pudemos articulá-la a uma periodização, elaborada por nós, apoiada em referências bibliográficas dedicadas à história de constituição de Bauru, sobretudo Losnack (2004), além de documentos históricos, com o objetivo de demonstrar que a produção da cidade de Bauru deu-se tanto pelas mudanças ocorridas na escala da urbanização, como outras promovidas por dinâmicas locais.

Outro debate que aparece como pano de fundo ao processo de reestruturação urbana e da cidade, regido por fatores advindos da superestrutura do modo capitalista de produção, é a relação entre as concepções de uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade, trabalhadas por Santos (1994). Esse debate aparecerá, algumas vezes, expresso e, muitas vezes, nas “entrelinhas” de nosso texto, já que se apresenta como perspectiva de análise, ou seja, consoante o arcabouço teórico-metodológico que direciona nossa forma de compreender o processo de produção do espaço urbano e as dinâmicas que dele decorrem.

Diante desse quadro teórico, dedicamo-nos à tarefa de caracterização conceitual das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos, no processo de produção do espaço urbano, enquanto meios, cujo consumo ocorre na dimensão da coletividade. Partindo das infra-estruturas que havíamos escolhido para análise,

ampliamos nossa concepção tomando como base o debate realizado por Lojkine (1981) e Preteceille (1983), que compreendem as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos como meios de consumo coletivo na dinâmica urbana. Poderemos observar, no Capítulo 2, por meio do debate efetuado a partir dos autores, implicações originadas da forma como se produz a cidade, em que os objetos estruturantes não podem ser interpretados fora da concepção da economia política da urbanização e da cidade. Portanto, assim como o solo urbano, os meios de consumo coletivo também estão inseridos nas lógicas de mercado.

Olhando para as infra-estruturas escolhidas para análise, ainda no Capítulo 2, discutiremos a produção do espaço urbano, por meio da distribuição das redes de drenagem pluvial e de pavimentação, sobre as quais encontramos diversos aspectos político-econômicos responsáveis pela configuração atual da cidade de Bauru, representada em nossos mapas temáticos. Para não reduzirmos a configuração apenas à forma urbana, apoiamo-nos em Harvey (1980), Lefebvre (1999) e Sposito (2005) para adotar o conceito de morfologia urbana, por conta da ampla compreensão que a este é atribuída na perspectiva utilizada por esses autores.

Ao observarmos o histórico da produção do espaço urbano em Bauru, podemos notar que as práticas de gestão e de planejamento urbanos influenciaram, sobremaneira, a produção da cidade com práticas promovidas pelo poder público local que contribuiu, juntamente com a ação de outros agentes (empresários ligados ao mercado imobiliário principalmente), para a conformação de áreas com diferentes níveis na estruturação da cidade no que se refere aos meios de consumo coletivo. Essas práticas aparecem no capítulo 3. Nele, também apresentamos as variáveis escolhidas para demonstrar a segmentação social no espaço urbano de Bauru por meio de mapas temáticos que, ao serem comparados com os mapas que demonstram a distribuição das infra-estruturas das redes de drenagem pluvial e das vias não-pavimentadas, oferecem elementos para uma análise bastante rica do ponto de vista do debate da produção do espaço urbano e da forma como são distribuídos os meios de consumo coletivo urbanos.

A pesquisa que sustenta esta dissertação se pautou em uma metodologia que exigiu a realização de inúmeros procedimentos metodológicos. Como contribuição à realização de outras pesquisas, expomos, no início, uma descrição desses procedimentos, tendo em vista que eles também denotam o modo como estruturamos

nosso pensamento, levando o leitor, mais facilmente, a refletir sobre como e por que buscamos tais conceitos e debates. Assim, pretende-se que, ao final desta dissertação, nós e também o leitor, possamos refletir sobre a temática proposta de forma a gerar outras discussões, bem como outras pesquisas voltadas à análise da produção do espaço urbano e ao debate sobre os meios de consumo coletivo.

Caminho Metodológico

A. Sobre o debate¹

Antes de tudo, convém apontar o caminho metodológico, bem como algumas idéias e discussões, de modo a apresentar o percurso que levou a esta dissertação. Esse caminho, no entanto, não é linear no sentido de que muitas escolhas tomadas desde a elaboração do projeto de pesquisa foram abandonadas, assim como outras, que não constavam nele, foram inseridas na pesquisa.

O título, porém, permaneceu o mesmo desde a primeira versão do projeto de pesquisa. Mesmo assim, sua primeira versão designava somente o plano objetivo do enfoque do tema, ou seja, uma proposta de estudo dedicada à análise do processo de produção do espaço em Bauru por meio da distribuição de duas infra-estruturas – uma presente no subterrâneo (rede de drenagem pluvial) e outra na superfície do solo urbano (rede de pavimentação). Com o avanço das leituras e a apresentação do projeto de pesquisa na forma de pôster em um dos colóquios elaborados pelo Grupo de Pesquisa “Produção do Espaço e Redefinições Regionais” – GAsPERR –, em março de 2007, um dos avaliadores, na ocasião, chamou-me a atenção para a acepção subjetiva que o subtítulo “do subterrâneo à superfície” poderia designar. Sendo assim, sua sugestão foi para que se alterasse o título já que minha proposta de pesquisa se pautava num referencial teórico-metodológico, cujo recorte analítico voltava-se para questões objetivas.

A partir de então, passei a refletir sobre tal colocação, que não fora adotada do ponto de vista metodológico, mas que, por conta da complexidade dada pela interação entre dinâmicas e processos socioespaciais, poderia muito bem permanecer, levando o leitor desta dissertação a questionar o termo “subterrâneo”. Pensei em substituí-lo pelo termo “subsolo”, mas não o fiz. Caso o leitor atribua ao título uma reflexão sobre as dinâmicas dadas pelas contradições engendradas no processo de produção espacial e da vida urbana, acredito que, de certa forma, essa reflexão estará inserida no âmago das discussões que serão apresentadas nesta dissertação. Para isso, não foi necessário fazer nenhum esforço, apesar da proposta metodológica não se caracterizar como um estudo do plano subjetivo da vida urbana. A todo momento, foi necessário tentar desvendá-lo, pois, mesmo aquilo que entendemos como objetivo, não se escancara facilmente na complexa realidade urbana.

¹ Nessa parte do texto me referirei, na maior parte dele, em primeira pessoa, já que muitas das atividades descritas foram realizada por mim, assim como alguns questionamentos e inquietações.

Quando já havia iniciado a pesquisa, após ter ingressado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FTC – da Universidade Estadual Paulista – UNESP –, *campus* de Presidente Prudente, notei que meu projeto, cuja proposta iria analisar as infra-estruturas urbanas da rede de drenagem pluvial e da rede de pavimentação carecia de um debate capaz de demonstrar mais que a distribuição dessas redes no espaço urbano de Bauru.

Essa preocupação estendeu-se durante toda a pesquisa, até mesmo no momento de elaboração da dissertação que aqui apresento. Minha primeira atitude em relação a tal deficiência foi buscar um referencial teórico consoante à proposta de estudo e, ao mesmo tempo, que fosse capaz de contribuir com o amadurecimento teórico-metodológico buscado. Porém, um parêntese deve ser feito para tratar de uma questão importante às decisões teóricas e metodológicas tomadas quando me dediquei a realizar a pesquisa acadêmica.

Trata-se da influência advinda da perspectiva teórica e metodológica do grupo de pesquisa do qual faço parte – o GAsPERR. Por mais que meu trabalho não tivesse vinculação diretamente com as pesquisas que o GAsPERR vem realizando, a contribuição de sua produção teórica foi extremamente importante, já que a proposta analítica desse grupo tem como compromisso por em debate as contradições da produção do espaço e da atuação de agentes econômicos, buscando avanços teórico-metodológicos no âmbito da Geografia. Isso me levou a questionar a proposta original do projeto que, a meu ver, havia se tornado reduzida no que se referia à perspectiva de análise adotada. Entretanto, não fui capaz de expô-la no momento de elaboração do projeto, principalmente quando me deparei com a discussão sobre a ampla compreensão que o título do projeto de pesquisa já indicava.

Assim, dentre as referências que busquei, destaca-se a obra de Jean Lojkin – *O Estado Capitalista e a Questão Urbana* –, em que o autor debate com convicção o conceito de “meios de consumo coletivo” no processo de urbanização. Esse conceito passou a tomar sentido de acordo com o debate que eu gostaria de realizar, de modo que a pesquisa não resultasse num trabalho apenas dedicado ao mapeamento das infra-estruturas propostas à análise.

Diante disso, porém ainda buscando maior compreensão sobre esse conceito, iniciei a realização dos procedimentos metodológicos, alguns propostos no cronograma do projeto inicial e outros que foi necessário acrescentar na busca de mais dados e

informações. A apresentação seqüencial segundo a qual eles aparecerão não significa, necessariamente, que foram realizados nessa ordem. Apesar de uma metodologia direcionar o modo como foi realizada uma pesquisa, a elaboração dos procedimentos metodológicos e a definição de um cronograma podem sofrer alterações, tendo em vista as respostas que o pesquisador tem no decorrer da análise de seu objeto de estudo. Vamos a eles:

B. Sobre as atividades

I. Visita aos órgãos municipais em Bauru

Na visita à Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN – da Prefeitura Municipal de Bauru, encontrei importantes dados e informações para a pesquisa, dentre os quais se destacam a listagem com todos os loteamentos aprovados até os dias atuais em Bauru com a referida data de aprovação, a cópia do projeto de lei do Plano Diretor Participativo 1996, já que aquele elaborado no ano de 2006 ainda não foi aprovado pela Câmara Municipal e, por isso, os responsáveis pela elaboração do Plano não dispuseram informações a seu respeito.

II. Visita ao Setor de Geoprocessamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru – DAE

A visita ao setor de Geoprocessamento do DAE de Bauru deveu-se à sugestão contida no parecer emitido pela consultoria *ad-hoc* da FAPESP, por ocasião da avaliação do projeto dessa pesquisa, no sentido de que se elaborassem mapas das densidades de infra-estruturas subterrâneas e da superfície dos bairros de Bauru. Tendo como pretensão analisar a distribuição dessas infra-estruturas de acordo com a delimitação dos bairros, e como nenhuma das Secretarias possuía esses mapas, procurei o material cartográfico no Geoprocessamento do DAE. Consegui, então, um mapa com a delimitação dos bairros, em versão impressa (a única forma em que o disponibilizam) na escala de 1:15.000.

A partir dessa informação, percebi que o parcelamento do espaço urbano de Bauru é composto por muitos loteamentos, em função da grande compartimentação da

cidade, expressa na configuração das glebas rurais que vão, no decorrer do tempo, sendo transformadas em loteamentos urbanos. Assim, alguns bairros são compostos por apenas três ou quatro quadras. Por isso, não optei em trabalhar a partir dessa delimitação da área urbana de Bauru.

No entanto, esse mapa, mais tarde, juntamente com a listagem de loteamentos implantados em Bauru que apresentava a data de aprovação, foi utilizado como material de elaboração dos mapas de crescimento da malha urbana presentes no capítulo 1. É importante perceber que, às vezes, um material coletado durante a realização dos trabalhos de campo, ou mesmo uma bibliografia que lemos, em determinado momento não apresenta sentido, porém, com o avanço da pesquisa, esse material pode vir a ser de extrema relevância.

Outra hipótese encontrada seria a de considerar as áreas do Plano Diretor 2006, que divide a extensão territorial da cidade de Bauru em 12 setores. No entanto, também encontrei problemas para identificar a metodologia de delimitação desses setores, apesar de perceber que a divisão determinada pela equipe responsável pela elaboração do Plano Diretor 2006 havia sido apoiada em subdivisão da Bacia Hidrográfica do Rio Bauru. Por isso, decidi procurar uma outra forma de divisão territorial da malha urbana de Bauru – enquanto realizava outras atividades do cronograma da pesquisa – que me oferecessem, também, informações necessárias à definição da amostragem para aplicação dos questionários junto à população.

III. Visita à Secretaria Municipal de Obras

Nessa secretaria, encontramos uma série de mapas que representam a implantação e a ampliação das redes de drenagem pluvial e de pavimentação em Bauru, já bastante deteriorados, pois as bases cartográficas que me foram disponibilizadas são datadas da década de 1980.

O único procedimento utilizado, pelos profissionais da Secretaria Municipal de Obras, foi fazer uma cópia em xerox dos mapas-base, em papel A4, dividindo-os em várias partes. Esse procedimento foi utilizado devido às péssimas condições em que se encontravam os mapas e, também, para a utilização diária. Assim, cada vez que se ampliam as redes de drenagem pluvial ou de pavimentação traça-se manualmente a parte ampliada. Tudo isso porque a Prefeitura Municipal de Bauru não possui um setor

de Geoprocessamento, função atribuída ao Departamento de Água e Esgoto que, apesar de não cobrar pelos serviços prestados à Prefeitura, já que se trata de uma autarquia vinculada a ela, burocratiza o acesso ao serviço.

IV. Elaboração do Roteiro para entrevistas com o Secretário Municipal de Obras e Secretário Municipal de Planejamento

O roteiro de entrevistas com os Secretários de Obras e de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bauru teve como objetivo abarcar pontos de interesse da pesquisa como as questões político-administrativas que envolvem a gestão e o planejamento urbanos em Bauru atinentes à implantação e distribuição das infra-estruturas estudadas e, também, para outros meios de consumo coletivo.

Além de procurar observar a atuação das secretarias em relação à distribuição dos meios de consumo coletivo na cidade, também busquei obter informações sobre os critérios utilizados no momento de distribuição e implantação desses meios, porque há, em Bauru, vários bairros que foram implantados com ausência deles, tendo em vista que é importante verificar a perspectiva de superação da carência das infra-estruturas que compõem a rede de drenagem pluvial e de asfaltamento etc. Os roteiros estão expostos na Caixa 1.

Finalizado o trabalho de elaboração do roteiro, parti então para a realização das atividades descritas nos itens anteriores. A partir do item 5, pode-se observar a descrição das atividades que foram realizadas no período em que permaneci na Secretaria Municipal de Obras.

CAIXA 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

- 1-) Gostaria que o senhor descrevesse a atuação da Secretaria na implantação de infra-estrutura na cidade de Bauru.
- 2-) Quais são os critérios que a Secretaria de Obras utiliza para distribuir as infra-estruturas (redes de drenagem e asfalto) na cidade de Bauru?
- 3-) Como o senhor analise o fato de Bauru possuir tantos bairros sem as redes de drenagem e de asfaltamento?
- 4-) Ao seu ver, em que medida a aprovação do Estatuto da Cidade tem auxiliado na organização da cidade?
- 5-) Quantos anos levaria para resolver o problema de carência de infra-estrutura como a rede de drenagem e asfaltamento?

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM O SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 1-) Primeiramente, gostaria que o senhor explanasse sobre a atuação da Secretaria de Planejamento na implantação de infra-estruturas em Bauru.
- 2-) Houve algum loteamento, depois da aprovação do Estatuto da Cidade em julho de 2001, que foi aprovado com ausência de infra-estruturas necessárias à vida urbana?
- 3-) Como o senhor analisa a relação da gestão e do planejamento em Bauru?
- 4-) Atualmente, Bauru apresenta inúmeros pontos de alagamentos. Existe algum estudo detalhado para implantação da rede drenagem?
- 5-) Quantos anos levaria para resolver o problema de carência de infra-estrutura como a rede de drenagem e asfaltamento?

V. Atividades realizadas junto à Secretaria Municipal de Obras

As atividades listadas ao final deste item foram cumpridas durante um estágio realizado junto à Secretaria Municipal de Obras, de grande relevância para a pesquisa, já que a convivência com aquele ambiente de trabalho ampliou minha compreensão do cotidiano político-administrativo e técnico dos profissionais envolvidos com a distribuição e implantação daquelas infra-estruturas que são planejadas e fiscalizadas por eles.

Outro motivo que me levou a propor o estágio foi o fato de a Secretaria Municipal de Obras não autorizar a retirada dos mapas que lá estavam.

O estágio nesse órgão visou:

- O mapeamento das redes de drenagem pluvial e de pavimentação;
- O acompanhamento dos trabalhos da equipe responsável pelas decisões da distribuição e implantação das infra-estruturas da rede de drenagem pluvial e de pavimentação;

- A realização de entrevistas com os responsáveis técnicos e, principalmente, os Secretários Municipais de Obras e de Planejamento.

VI. O mapeamento das redes de drenagem pluvial e de pavimentação

Com a intenção de mapear a densidade das infra-estruturas estudadas, bem como sua localização e distribuição no tecido urbano de Bauru, realizei a digitalização das redes de drenagem das águas pluviais e de asfaltamento. Para tal tarefa, pude me basear nos mapas disponíveis na Secretaria Municipal de Obras. Os mapas utilizados pela Secretaria, como já expliquei anteriormente, estão em péssimas condições devido ao desgaste causado pelo tempo e uso cotidiano. As bases impressas são da década de 1980 com atualizações feitas à mão-livre, ou seja, cada quadra da cidade que recebe as tubulações e bocas-de-lobo da rede de drenagem pluvial e/ou da pavimentação é marcada na base com lápis de cor.

Tendo em vista o desgaste dos mapas, os responsáveis por essa Secretaria não autorizam a retirada para consulta ou xerox. Por isso, a digitalização foi realizada no prédio onde está instalada a Secretaria, com o auxílio de um computador portátil de minha propriedade, sendo que foi disponibilizada uma sala para que eu pudesse transpor as informações das bases cartográficas da Secretaria Municipal de Obras para a base digital elaborada com o auxílio do *software* MAPinfo®².

Foram elaborados dois mapas temáticos iniciais: um que demonstra a distribuição da rede de drenagem das águas pluviais, porém com menor nível de detalhe da base original, visto que, para minha pesquisa, é de interesse saber quais parcelas da cidade foram dotadas dessas infra-estruturas (tubulação, caixa de centro e boca-de-lobo) e quais ainda necessitam; e outro que demonstra claramente a enorme demanda por asfaltamento na cidade de Bauru, também, sob o mesmo processo.

VII. Visitas Técnicas

As visitas técnicas foram feitas com acompanhamento de um profissional da Secretaria Municipal de Obras no período do estágio. Juntamente com um dos

² O software MAPinfo® foi cedido pelo Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas” – CEMESPP –, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT – da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

engenheiros, visitamos algumas obras que vêm sendo realizadas para a ampliação e/ou melhoria das infra-estruturas ligadas às redes de drenagem pluvial e de pavimentação. As visitas foram de grande importância para a compreensão técnica, no que se refere às práticas de implantação da rede de drenagem das águas pluviais e de asfaltamento, principalmente nas obras da rede de drenagem pluvial, já que boa parte dela, como a tubulação e as caixas-de-centro, é implantada no subterrâneo da cidade, o que impede a sua visualização. Com as visitas às obras que se encontravam em realização, pude observar toda a estrutura da rede, bem como a inter-relação, no momento de implantação dessa rede, com a pavimentação. Os Painéis 1 e 2 apontam alguns aspectos da estrutura técnica dessas redes respectivamente.

Outros painéis aparecerão como apoio e complemento para o texto da dissertação, visto que por meio deles é possível o leitor aprofundar sua compreensão sobre a realidade demonstrada, ou ainda, sobre um tema paralelo (histórico da cidade, explicação técnica etc.). A meu ver os painéis contribuem no sentido de chamar a atenção e tornar didática a exposição de temas, fotos, gráficos etc.

VIII. Entrevistas com o Poder Público

O roteiro para entrevistas, apresentado no item IV, deveria ser aplicado junto aos Secretários Municipais de Planejamento e de Obras. No entanto, o Secretário Municipal de Planejamento não me recebeu e indicou a ex-Secretária e Coordenadora do Plano Diretor Participativo 2006 para conceder informações sobre a temática da pesquisa.

A coordenadora já havia me concedido uma entrevista em trabalho anterior³, com ricos detalhes sobre a drenagem das águas pluviais em Bauru e aspectos político-administrativos que embaraçam a atuação na implantação e distribuição dessas infra-estruturas. Por isso, adotei essa entrevista como material a ser analisado na atual pesquisa.

³ CATELAN, Márcio José. **Expansão Territorial Urbana e Enchentes em Bauru/SP**. 2006. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

PAINEL 01

Estrutura da Rede Drenagem Pluvial

A rede de drenagem pluvial é constituída por: galerias pluviais (tubulação), caixas de centro e bocas de lobo, visualizadas, respectivamente, nas fotos ao lado.

As galerias recebem a água que esco da superfície, captadas pelas bocas de lobo, implantadas nas vias, junto à guias, sarjetas e calçadas, em número de uma, duas ou três, dependendo da distância entre elas e a topografia onde se assenta o loteamento. A tubulação, também, varia de acordo com a topografia, sendo que, em Bauru, a maioria das galerias pluviais, foi estruturada com tubos de até 1m. Com o aumento na densidade de espaços impermeabilizados, alguns pontos encontram-se subdimensionados, visto que, não suportam mais o montante de água em momentos de ocorrência de chuva intensa.

As caixas de centro possuem a função de controlar o fluxo da água em vias de declividade acentuada, principalmente em períodos onde a ocorrência de chuvas pode aumentar o fluxo da água, em virtude da quantidade que esco para as galerias pluviais.

A rede de drenagem pluvial é estruturada nos loteamentos, por meio de um sistema hierárquico, baseado na topografia, exigindo cálculos de engenharia, balanceando a cada nível de declividade, a quantidade e o diâmetro da tubulação que, em Bauru varia de 0,5 m a 2,0 m, conforme a época de implantação, pois nas áreas de tubulação mais antiga, o diâmetro não ultrapassa a 1m, fator que configura áreas de alagamentos, como já constatamos em trabalho anterior (CATELAN, 2006).



Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Organizador: Márcio José Catelan

PAINEL 02

Estrutura da Rede de Pavimentação



O modelo da rede de pavimentação, atualmente, se caracteriza, na maioria das cidades, pelo menos as de pavimentação mais recente, pelo material asfáltico, implantados nas vias, posterior ao aplainamento e compactação do solo, depois da construção de guias e sarjetas, responsabilidades da mesma empresa que implanta o asfalto. Em seu planejamento e execução deve ser pensada juntamente com a rede de drenagem.

Além da rede de drenagem, outra infraestrutura que deve ser implantada anteriormente, é a rede de água e esgoto. No caso da rede drenagem, a cumplicidade com a rede de pavimentação decorre da alteração que a impermeabilização causa na infiltração e escoamento das águas pluviais. Até mesmo a duração desta pavimentação depende da presença da rede de drenagem, além da qualidade do material utilizado, pois, a ausência desta, permite com que as águas escoem pela via danificando o asfalto.



Em pontos de ocorrência de alagamentos, portanto, de grande acúmulo de água, dependendo da declividade do terreno, a velocidade do fluxo da água pode atingir uma velocidade alta, remover o asfalto, quando a pavimentação é implantada em vias onde ainda não foi disponibilizada a rede drenagem.



Por causa da característica arenosa do solo da cidade de Bauru, a Prefeitura Municipal enfrenta problemas com a manutenção da rede de pavimentação, em virtude da fragilidade da cobertura asfáltica, que pode ser removida devido ao escoamento superficial das águas pluviais. Tais dificuldades técnicas somam-se aos outros fatores políticos e econômicos produzindo uma cidade com muitos bairros que ainda não contam com a pavimentação.

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Organizador: Márcio José Catelan

Na Secretaria Municipal de Obras, consegui a atenção do Secretário, porém ele foi incisivo em me dizer que não havia nada a declarar, sendo que a Secretaria é responsável apenas pela execução das obras e não teria condições de responder minhas indagações, indicando um dos engenheiros, que me concedeu a entrevista de forma bastante detalhada.

IX. Elaboração do questionário para aplicação junto à população

O questionário elaborado para ser aplicado junto à população foi estruturado de modo que se contemplasse a obtenção de dados quantitativos e informações qualitativas, por isso algumas das questões são abertas, como é possível observar na Caixa II.

No entanto, tomei o cuidado ao elaborá-lo para que, sobretudo, as respostas às questões abertas não me levassem a interpretações errôneas, considerando as “armadilhas” do discurso quando nos propomos a obter informações junto à população.

Finalmente, eu deveria definir qual seria a metodologia adotada para chegarmos a uma amostragem. Decidi utilizar os dados disponíveis segundo a delimitação denominada Áreas de Ponderação, que agrupa os microdados da amostra do Censo Demográfico 2000, reunindo setores censitários. Segundo a Documentação dos Microdados da Amostra (Censo Demográfico 2000, p. 12) do IBGE: “Define-se **Área de ponderação** como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo”. As áreas de ponderação foram adotadas considerando-se como critérios o tamanho mínimo dos setores, aspectos de vizinhança e homogeneidade entre eles. Além disso, as áreas de ponderação foram delimitadas tomando como referência 15 variáveis como “rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios no setor, número médio de pessoas por domicílio particular permanente, proporção de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água, média de anos de estudo dos responsáveis por domicílios” (Documentação dos Microdados da Amostra – Censo Demográfico 2000, p. 13).

A partir disso, busquei calcular a amostragem por área. Foi tomada como referência a tabela de amostragem de Gerardi e Silva (1981, p. 20), na qual as

autoras definiram o tamanho da amostra conforme o tamanho da população. Para minha pesquisa, adotei o tamanho da amostra conforme a quantidade de domicílios, já que a base de microdados das áreas de ponderação dispõe dessa informação. Segundo Gerardi e Silva (1981, p. 20), para um universo acima de 75.000 habitantes, a amostra exigiria 384 questionários, caso fosse tomado o total de população sem nenhuma divisão territorial. Segundo o IBGE, Bauru possui aproximadamente 92.000 domicílios. Elaborei, com o auxílio de minha orientadora, os cálculos com um universo de 90.000 domicílios, quantia indicada segundo a base de dados que utilizei. A partir do total de 384 questionários, realizei um cálculo percentual proporcional a cada área de ponderação. O cálculo decorreu de uma regra de três, ou seja: o número total de domicílios de cada área de ponderação (15 áreas no total) está para o resultado total de domicílios das áreas de ponderação, assim como o resultado em porcentagem buscado para a amostra está para 100%. O resultado em porcentagem foi multiplicado pelo número total de domicílios em cada uma das 15 áreas de ponderação. Assim, tivemos X questionários para cada uma das 15 áreas. O quadro 1 mostra o universo do qual partimos para aplicação dos questionários com a população residente em Bauru.

X. Aplicação dos questionários junto à população

Com a quantidade de questionários definidas para cada área de ponderação, iniciei os trabalhos em campo. Em todas as áreas, tivemos loteamentos com a presença e outros com ausência da rede de drenagem pluvial e de pavimentação. É importante informar que as áreas de ponderação não possuem uma homogeneidade no que se refere ao perfil socioeconômico da população, já que as áreas de ponderação agrupam setores censitários, porém o agrupamento não é homogêneo no que se refere às características socioeconômicas.

CAIXA II

Questionário aplicado junto à população

Título da Pesquisa: Produção do Espaço Urbano em Bauru: do Subterrâneo à Superfície.

Universidade Estadual Paulista – UNESP
Campus de Presidente Prudente
Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

QUESTIONÁRIO

DATA: _____ **BAIRRO:** _____

IDADE: _____ anos **Profissão:** _____

SEXO: () Masculino () Feminino

1-) Há quantos anos mora no bairro?

() menos de 1 ano () de um a três anos () mais de 3 anos

2-) A casa em que mora é própria ou alugada?

() Própria () Alugada () Cedida

3-) Quais das infra-estruturas abaixo existem em seu bairro?

() Asfalto () Parques () Coleta de lixo
() Rede de Água e Esgoto () Praças () Limpeza de praças/parques
() Boca de Lobo (Bueiro) () Centro de Saúde
() Iluminação Pública () Escolas

4-) Por que optou por morar neste bairro?

5-) Se tivesse condições, teria feito outra escolha? Por qual bairro? Por que?

6-) Realizou alguma análise sobre a condição do loteamento junto à Prefeitura Municipal ou uma visita ao loteamento antes de comprar a terreno ou casa?

() Sim () Não

7-) Como você vê a atuação da Prefeitura Municipal de Bauru em relação à distribuição das infra-estruturas?

() ótimo () bom () regular () ruim

Comente: _____

8-) Quais infra-estruturas deve ter um bairro para se morar bem?

9-) Na sua opinião qual o principal motivo que atrapalha à implantação das infra-estruturas nos bairros de Bauru?

- () Falta de verbas por parte de prefeitura;
() desorganização dos órgãos responsáveis pelo planejamento da cidade;
() Questões políticas;
() todas

10-) Alguma vez você já precisou pedir para a Prefeitura para instalar alguma infra-estrutura ou algum serviço como coleta de lixo e limpeza de espaços públicos, em seu bairro?

() Sim () Não

11-) Há em seu bairro alguma associação que atue para a melhoria das condições dos moradores?

() Sim () Não

Quadro 1			
QUANTIFICAÇÃO DA AMOSTRAGEM			
ÁREAS PONDERAÇÃO	QUANTIDADE DE SETORES CENSITÁRIOS	QUANTIDADE DE DOMÍLIOS	QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS
01	32	6081	26
02	31	6426	27
03	38	8569	37
04	36	7617	32
05	21	4560	19
06	22	4502	19
07	21	4201	18
08	20	4459	19
09	37	7429	32
10	26	6614	28
11	40	7733	33
12	29	5924	25
13	37	6652	28
14	31	5653	24
15	18	2903	12
TOTAL			379

Fonte: Base de dados Mapinfo®

Org: Márcio José Catelan, 2007.

Mesmo assim, creio que essa característica das áreas de ponderação não veio a prejudicar a escolha dos bairros onde os questionários foram aplicados em cada uma delas, pois, nesse momento, eu já havia elaborado os mapas que identificavam a distribuição das redes de drenagem pluvial e de pavimentação e, assim, pude realizar uma análise muito mais espacial dos bairros a serem escolhidos para a aplicação do questionário. Diante disso, privilegiei, em todas as 15 áreas de ponderação, dois bairros com densidade infra-estrutural diferentes: um bairro cujas redes já haviam sido

instaladas e outro que não dispunha delas. Por meio dessa forma de distribuição territorial para aplicação dos questionários, acabamos por encontrar múltiplas realidades que se expressaram em muitos dados e, principalmente, informações qualitativas.

A aplicação dos questionários deu-se nos domicílios, sendo que procurei requisitar o chefe da família, seu cônjuge ou outros envolvidos na renda familiar. Para isso, procurei aplicar os questionários fora do horário comercial, ou seja, em horário posterior às 17h, além dos sábados e domingos, tendo em vista que, na maior parte dos bairros, quando apliquei os questionários-piloto, tive dificuldade em encontrar adultos em casa, com exceção de núcleos familiares em que a mulher exerce apenas a função de dona de casa e outros compostos por profissionais que já se aposentaram. Outro ponto positivo da aplicação do questionário foi o contato que estabelecemos com pessoas responsáveis pelas associações de bairros ou, ainda, com um morador que vive no bairro há muitos anos.

A aplicação do questionário proporcionou um conhecimento muito amplo da realidade pesquisada, sobretudo no que se refere às condições infra-estruturais dos bairros visitados e as nuances entre essas condições e a vida urbana, ou seja, a complexidade advinda das interações espaciais intra-urbanas, pois não se trata apenas de observar as condições do ambiente construído e as pessoas que nele vivem, mas também observar amplamente que, no âmago dessa relação, se dão as dimensões política, econômica, social e cultural.

C. Outros momentos e atividades

Como já apontei, muitas atividades foram desenvolvidas para que fosse possível a apresentação desta dissertação. A partir da realização da última atividade apresentada, iniciei a elaboração do relatório para o exame de qualificação, ocorrido em 05 de junho de 2008. Apresentei um relatório composto de três capítulos, além de uma parte em anexo que se tratava de uma apreciação das informações obtidas com aplicação dos questionários, cujos resultados ainda não havia explorado no texto do relatório, em virtude do período por mim estabelecido para sua entrega. Desde então, tomando como base as críticas realizadas pela banca – composta pelo Prof. Dr. Arthur

Magon Witacker e pelo Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo –, foi necessário superar alguns obstáculos.

Dentre aqueles que exigiram maior atenção de nossa parte (orientando e orientadora), destacam-se: (1) decidir como seria apresentada, na dissertação, a periodização segundo a qual se procurou demonstrar a associação entre períodos de reestruturação urbana (escala nacional) e da cidade (escala local/regional) exposta no capítulo 1 do relatório de qualificação de forma pouco didática; (2) ampliar a análise das informações obtidas com os trabalhos empíricos; (3) melhorar e explorar a representação cartográfica e iconográfica apresentada até o momento do exame de qualificação; (4) buscar ampliar a compreensão da relação do Estado e do poder público local com a produção do espaço urbano, entre outras.

Sobre o terceiro ponto, buscamos ampliar com uma cartografia de auxílio àquela produzida no decorrer da pesquisa, que mapeou as infra-estruturas tomadas para a análise. Esses mapas temáticos foram realizados pelo grupo de pesquisa “Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas” da FCT/UNESP. Os mapas temáticos escolhidos para ampliar a análise que esta dissertação apresenta têm como principais variáveis o número de habitantes por domicílios, o número de domicílios sem banheiro, o número de domicílios com 4 banheiros ou mais, e, o percentual de Chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos – 2000. Todas as variáveis foram tomadas de acordo com o material cedido pelo grupo de pesquisa citado, cujos dados foram extraídos do Censo Demográfico do IBGE (2000). A análise desses mapas temáticos realizou-se por meio de comparação com as infra-estruturas escolhidas para análise nesta dissertação de forma a ampliar a compreensão em torno das interações socioespaciais em Bauru, referentes ao estudo de caso em foco.

Ao refletir sobre o quarto problema, notei que seria melhor não realizar essa análise, no sentido amplo, que somente poderia ser feita a partir de um referencial teórico bem fundamentado. Como o período compreendido entre o exame de qualificação e a apresentação desta dissertação não iria oferecer essa possibilidade, decidimos (orientando e orientadora) retirar a análise dessa temática, porém sem comprometer a discussão, já que tinha como objetivo analisar as práticas decorridas na gestão e no planejamento urbanos, frente ao processo de produção do espaço urbano e a alocação de meios de consumo coletivo em Bauru. Porém, dentre todas as decisões que um

pesquisador deve tomar, talvez a obrigação em saber qual o momento para não realizar determinado debate, seja pela complexidade e maturidade, seja pelo tempo disponível para tal, é a tarefa que exige maior compreensão do que seja realizar uma pesquisa acadêmica.

Assim, após apresentar os procedimentos metodológicos, além de descrever alguns momentos e decisões tomadas no decorrer da pesquisa, darei início ao texto que se configura como nossa Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, *campus* de Presidente Prudente, sob orientação da Prof^a Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

Capítulo 1

Bauru. Reestruturação Socioespacial Urbana e da Cidade

Para iniciarmos nosso debate, oferecendo ao leitor desta dissertação uma compreensão sobre o objeto de estudo e as escolhas teórico-metodológicas, apresentaremos conceitos e teses de autores como Oliveira (1982), Soja (1993), Santos (1993 e 1994) e Sposito (2005).

A partir de Soja (1993), colocamos em debate o processo de reestruturação urbana e com Sposito (2005) trouxemos esse debate para o espaço urbano de Bauru, já que a autora nos oferece o conceito de reestruturação da cidade como processo articulado com as dinâmicas observadas na cidade. Nossa intenção será demonstrar as articulações entre a reestruturação urbana, ou seja, os períodos e momentos em que a tomada de decisões, por parte do Estado e de agentes privados, alteram os rumos da urbanização brasileira, portanto, levando esses agentes, públicos e privados, a tomarem medidas vetoriais, refletindo mudanças ocorridas em escalas maiores que estabelecem, assim, a reestruturação da cidade – processo que, também, caracteriza períodos nos quais as cidades passam por profundas mudanças em sua morfologia.

Segundo a própria autora (SPOSITO, 2005), a articulação e interface dos processos de reestruturação urbana e da cidade decorrem da tese defendida por Santos (1994) que tratou da relação entre uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade. A partir dessa escolha, podemos aprofundar alguns aspectos relativos aos processos e às dinâmicas que engendram a produção do espaço urbano, para entender, nos capítulos seguintes, o porquê da utilização do conceito de “meios de consumo coletivo” quando nos referirmos às infra-estruturas, aos equipamentos e aos serviços urbanos.

Como forma de tornar a relação dos processos de reestruturação urbana e da cidade didáticos à nossa compreensão e, também, apresentar um pouco da história da cidade de Bauru articulada não somente à sua expansão territorial e às ações político-econômicas, mas também à articulação entre elas, neste capítulo, o leitor encontrará uma periodização da dinâmica de produção do espaço urbano, baseada em Oliveira (1982), Santos (1993) e nos resultados de nossa pesquisa obtidos tanto nas obras dedicadas à história da cidade de Bauru, como em documentos históricos obtidos durante a realização de nossos trabalhos empíricos. Tal esforço não deverá ser compreendido de forma linear, mas sim, considerando-se a tomada de novas decisões e a sobreposição das dinâmicas e dos processos que constituem o urbano e as cidades.

Tendo em vista a perspectiva analítica que estamos adotando, nosso recorte temporal partirá da criação, fundação e municipalização da cidade de Bauru.

1.1. Interfaces da reestruturação socioespacial: urbana e da cidade

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. Estendendo a terminologia de Giddens, pode-se descrever essa freada-e-mudança como uma reestruturação temporal-espacial das práticas sociais, do mundano para o mondiale [mundial] (SOJA, 1993, p. 193).

A compreensão de Soja sobre o conceito de reestruturação animou-nos à adoção desse debate pelas possibilidades que abre à nossa temática de pesquisa. No entanto, adotaremos, para efeito de análise, a interface existente na relação entre o processo de reestruturação urbana e outro que trata da reestruturação da cidade, por entendermos que ambos decorrem “de pensamentos e ações aceitos”, constituintes da vida social, econômica e política, que dão expressão ao espaço produzido.

A reestruturação urbana decorre de dinâmicas e processos, contraditórios e complexos, originados no âmbito do fenômeno da urbanização, quando este, à mercê da superestrutura do modo capitalista de produção, passa por transformações e rupturas na ordem e nas tendências que produzem o espaço. De acordo com esta ordem e estas tendências, a urbanização tornar-se-ia a expressão maior do modo de viver, ainda que este fenômeno não se constitua de forma homogênea em todos os espaços e cidades.

A interface entre o processo de reestruturação urbana e o de reestruturação da cidade nem sempre é coincidente no tempo e no espaço, porque as dinâmicas referentes à reestruturação urbana, cujas ações ocorrem nas macro-escalas geográficas, não são absorvidas por completo em todas as cidades e, tampouco, isso ocorre simultaneamente em todas elas. No entanto, devemos reconhecer, assim como Soja que:

À medida que essas visões retrospectivas se acumulam, torna-se cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura

espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala (SOJA, 1993, p. 210).

Concordamos com Soja quanto à formação de uma paisagem macrogeográfica moldada pelo capital, já que nas cidades, a nosso ver, reproduz-se a vida, assim como se reproduz a mercadoria, além de que cada objeto urbano é tomado pelas dinâmicas atinentes ao modo capitalista de produção, assim como por ele são sustentadas.

Assentar-se sobre o solo urbano é uma prática, na contemporaneidade, direcionada por ações de uma economia política comandada pelo capital e, a partir dessa ótica, distribui-se o solo urbano e suas benfeitorias de forma desigual, determinando quais serão as necessidades, individuais e coletivas, elas mesmas determinantes da estruturação da cidade. Porém, devemos ser cuidadosos quanto à afirmação do autor, pois mesmo que a urbanização tenha forças de reger um modo de vida urbano a partir de uma paisagem macrogeográfica, as dinâmicas que poderão surgir desse movimento não se estabelecem do mesmo modo em todas as cidades, sobretudo no que se refere à estruturação dos espaços urbanos.

No âmbito da relação entre as lógicas da urbanização e da produção das cidades, Santos (1994) destaca que “a circulação de produtos, das mercadorias, dos homens e das idéias ganhou uma tal expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia” (SANTOS, 1994, p. 117). Tal afirmação considera a urbanização e, conseqüentemente, sua expressão, a cidade, vista como lugar de consumo e ponto de comunicação no processo de produção global. Disto não discordamos, e é dessa afirmação do autor que inserimos, em nosso debate, a reflexão sobre a dupla relação entre a urbanização e a cidade.

Nesse sentido, Santos (1994) destaca essa dupla relação por meio da existência de uma “economia política da urbanização” e uma “economia política da cidade”. Para o autor:

Uma coisa é a economia política da urbanização, que levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país. A economia política da cidade seria outra coisa diferente, porque seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores

da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade (SANTOS, 1994, p. 118).

A adoção desse debate representa, em nossa dissertação, o sentido mais amplo de análise, além de expressar-se como “fio condutor” no que se refere ao caminho teórico-metodológico de nossa pesquisa. É importante, então, destacar o diálogo que se pode estabelecer entre a economia política da urbanização, a divisão social e territorial do trabalho, a economia política da cidade e onde os atores⁴ da vida urbana se organizam, dimensões do urbano e da cidade inseparáveis, cabendo ainda ressaltar a relação de “causa e efeito recíprocos”, ou seja, como a urbanização se produz e, a partir dela, como a cidade se organiza materialmente (SANTOS, 1994, p. 118), tendo em vista que a cidade responderá a esse movimento como uma contraproposta, materializada de acordo com as especificidades de cada uma delas. Para nós, esse processo ocorre na interface da proposição teórico-conceitual de Soja (1993) e Sposito (2005), ou seja, da relação entre os processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade respectivamente.

A materialidade do espaço constitui-se de acordo com os valores determinados em uma sociedade por seu modo de produção. A estruturação espacial poderá variar, também, em nível técnico e/ou tecnológico, ou seja, segundo padrões de moradias, de infra-estruturas, de equipamentos, de empresas etc. Essa estruturação não possui capacidade para condicionar integralmente o modo de vida urbano, mas o direciona, tendo em vista que as interações socioespaciais ocorrem no processo de produção das cidades por meio de forças dialéticas entre as determinações do modo capitalista de produção e a relação da sociedade urbana com seu ambiente.

Aqui temos que apresentar nossa idéia referente à relação da produção da cidade e seus meios de consumo, individuais e coletivos. Nossa dissertação, como está explícito no seu título, pauta-se no conceito de “produção capitalista do espaço”, proposto por Lefebvre, quando o autor, baseando-se na teoria marxista, percebe que as questões urbanas eram novas para o Marxismo e, por isso, uma nova teoria deveria ser repensada quanto à formulação de novas análises sobre o urbano (LEFEBVRE, 1990, p. 64).

⁴ O termo “atores” foi utilizado para não alterarmos o sentido dessa passagem de Santos (1994) citada anteriormente. Porém, nesta dissertação, para não cometermos o erro de expressar o espaço produzido como “palco”, pois essa noção nega a compreensão mais ampla que trata das práticas socioespaciais, onde, as dimensões social e espacial articulam-se, utilizaremos o termo agentes. Na obra do próprio autor, aliás, é utilizado muito mais o termo “agente”, consoante à idéia de interação socioespacial urbana.

No entanto, o conceito de “produção do espaço” fundamentado na teoria de Lefebvre decorre das contradições do modo de produção vigente e das transformações engendradas pelas suas dinâmicas e, por essa razão, segundo ele, “cada época produz seu próprio espaço” (LEFEBVRE, 1990, p. 64). Nesse sentido, mesmo a produção do espaço sendo condicionada por um modo de produção como o Capitalismo, poderemos ter, de acordo com as transformações que ocorrem no próprio modo de produção, períodos de mudanças nas dinâmicas atinentes ao processo de produção dos espaços urbanos, culminando em espaços diferenciados, sobretudo no que se refere a suas morfologias e formas de estruturação.

No que se refere à reestruturação da cidade, temos um conjunto de relações originadas do processo de produção do espaço urbano, decorrentes das dinâmicas associadas à economia política da cidade, com transformações no espaço intra-urbano, mas que são atinentes às lógicas dos períodos da reestruturação urbana, sobretudo das relações de ordem político-econômicas e legislativas, já que as decisões nessas três dimensões perpassam a sobreposição de escalas, interferindo nos rumos da produção dos espaços urbanos (SPOSITO, 2006, p. 189).

Como forma de demonstrarmos claramente as relações estabelecidas entre as lógicas dos processos de reestruturação urbana e da cidade, por meio de uma periodização, tomando como base os trabalhos de Oliveira (1982) e Santos (1993), buscaremos apontar, a seguir, como algumas medidas de ordem política e econômica foram capazes de direcionar e, até mesmo, promover profundas transformações na constituição de um Brasil urbano, forças que recaíram também sobre os espaços urbanos. Oliveira (1982) apresentou-nos as transformações ocorridas no processo de conformação de uma estrutura urbana no Brasil, com fortes influências das articulações entre ações políticas e econômicas dadas pela atuação do Estado no tocante à urbanização brasileira. Outra periodização que nos pareceu bastante adequada, também por sua clareza na análise e articulação dos acontecimentos, sendo ela mais detalhada, foi aquela apresentada por Santos (1993), quando o autor expõe as mudanças pelas quais esse processo passou, gerando momentos de rupturas e posterior sobreposição das estruturas já existentes, sendo que, em períodos esparsos, principalmente do século XX, as cidades adquiriram status na produção socioespacial do território brasileiro.

Ao apresentarmos tal periodização, temos como compromisso deixar claro como a produção de uma cidade como Bauru articula-se e, muitas vezes, submete-se, às dinâmicas e processos ocorridos em escalas maiores, promovidos de acordo com a conformação de um Brasil urbano. Para melhor compreensão da interface entre a reestruturação urbana e de algumas cidades, cabe apontar alguns períodos que consideramos preponderantes na expansão territorial da cidade de Bauru. Tal associação visa a apontar como o crescimento da cidade, seguido do crescimento da sua importância no que tange ao papel desempenhado por ela nas escalas interurbanas – regional e nacional principalmente –, foi acompanhado, sempre, por fortes relações entre as decisões dos agentes intra e interurbanos.

O esforço de elaborar essa periodização relacional entre a reestruturação urbana e a da cidade advém de nossa proposta em demonstrar, posteriormente, em que medida tais períodos geraram implicações na forma como foram distribuídas as infra-estruturas estudadas – redes de pavimentação e de drenagem pluvial – e como os meios de consumo coletivo, enquanto conceito e prática, foram tomados na produção capitalista e social do espaço urbano.

No entanto, cabe primeiramente, destacarmos que podemos demonstrar a história de formação de uma cidade, pelo menos, de duas maneiras: uma é aquela que se observam somente as características de expansão territorial da cidade, desde a fundação enquanto entidade político-administrativa até o momento atual, aparecendo, algumas vezes, de forma descritiva e pouco crítica, aproximando-se da intenção de exaltação das cidades, podendo até se expressar de forma literária, quase sempre omitindo as contradições, as áreas menos infra-estruturadas, a produção de vazios urbanos etc. A nosso ver, essa é uma forma resumida de compreensão dos processos que se dão no âmbito da produção do espaço urbano, já que essa forma de apresentação limita o olhar sobre a produção dos espaços urbanos enquanto espaço desenvolvido a partir de dinâmicas e processos econômicos, políticos, culturais etc, decorrentes no intra ou no interurbano, bem como na interface deles.

A segunda maneira à qual nos referimos oferecerá ao leitor maior compreensão dos processos e das dinâmicas constituintes da produção da cidade, apresentados segundo a perspectiva metodológica de nosso trabalho, ou seja, buscando períodos de relação entre a reestruturação urbana e a reestruturação da

cidade⁵. Primeiramente, propusemo-nos a oferecer um quadro em que se apontam decisões e acontecimentos ocorridos em duas escalas – a do urbano e a da cidade. Concomitantemente à busca por períodos que possam apontar quais foram os momentos em que a produção da cidade de Bauru foi articulada com o avanço da urbanização brasileira, demonstraremos, em períodos, a expansão territorial da cidade de Bauru, porém não como uma malha que vai se constituindo de forma contínua, mas uma malha que foi surgindo de acordo com dinâmicas e decisões advindas de agentes produtores da cidade, responsáveis pela conformação de espaços urbanos, pois, uma vez que começaram a se produzir de modo descontínuo, geraram novas permanências ou características de um novo período. Como expressão dessa lógica e dessas mudanças, podemos citar, por exemplo, a presença de vazios urbanos e áreas que, mesmo ocupadas, aparecem como áreas de vazios infra-estruturais.

1.2. A produção do espaço urbano em Bauru: articulando as análises

Nosso objetivo é apontar a inter-relação entre a estruturação/reestruturação da cidade contemporânea e os acontecimentos ocorridos em outras escalas, já que as condicionantes do processo de urbanização, quando se expressam nos espaços urbanos, associadas às dinâmicas geradas a partir da visão de agentes locais, geram interfaces, em períodos específicos, entre reestruturação urbana e da cidade.

Nessa perspectiva, submeter-se à análise da expansão territorial de uma cidade é pautar-se apenas no plano material, ou seja, na forma do espaço produzido sobre determinada porção territorial. Por isso, nosso esforço debruçou-se, também, e muito mais, sobre a produção do espaço urbano, que nos permite ir além da distribuição das infra-estruturas nas áreas da cidade de Bauru, sendo que, para tal avanço, fomos levados a adotar o conceito de “meios de consumo coletivo” e o debate a estes endereçados sob a perspectiva marxista⁶.

A cidade de Bauru, na atualidade, tem grande importância regional, atrai um fluxo de mercadorias e pessoas, devido à presença, em seu entorno, de várias cidades de menor porte por ela polarizadas, como Piratininga, Agudos e Pederneiras,

⁵ O leitor perceberá, ao longo deste capítulo, que os mapas apresentados, também, tomam o estilo cartográfico em “manchas” para expressar a expansão da malha urbana da cidade de Bauru, porém, numa outra perspectiva, mais compromissada com os detalhes necessários à visualização da forma como é produzida a cidade.

⁶ No capítulo 2, debateremos tal conceito.

conformando, segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (1993 e 2007) uma região de influência da cidade de Bauru, tendo em vista os fluxos diários destas cidades polarizadas que procuram na primeira, serviços, bens de consumo diversificados e empregos. No mapa 1, podemos observar a localização de cada uma das principais cidades polarizadas em relação à Bauru. Já segundo o último estudo de Regiões de Influência de Cidades do IBGE (2007), Bauru é classificada como Capital Regional B.

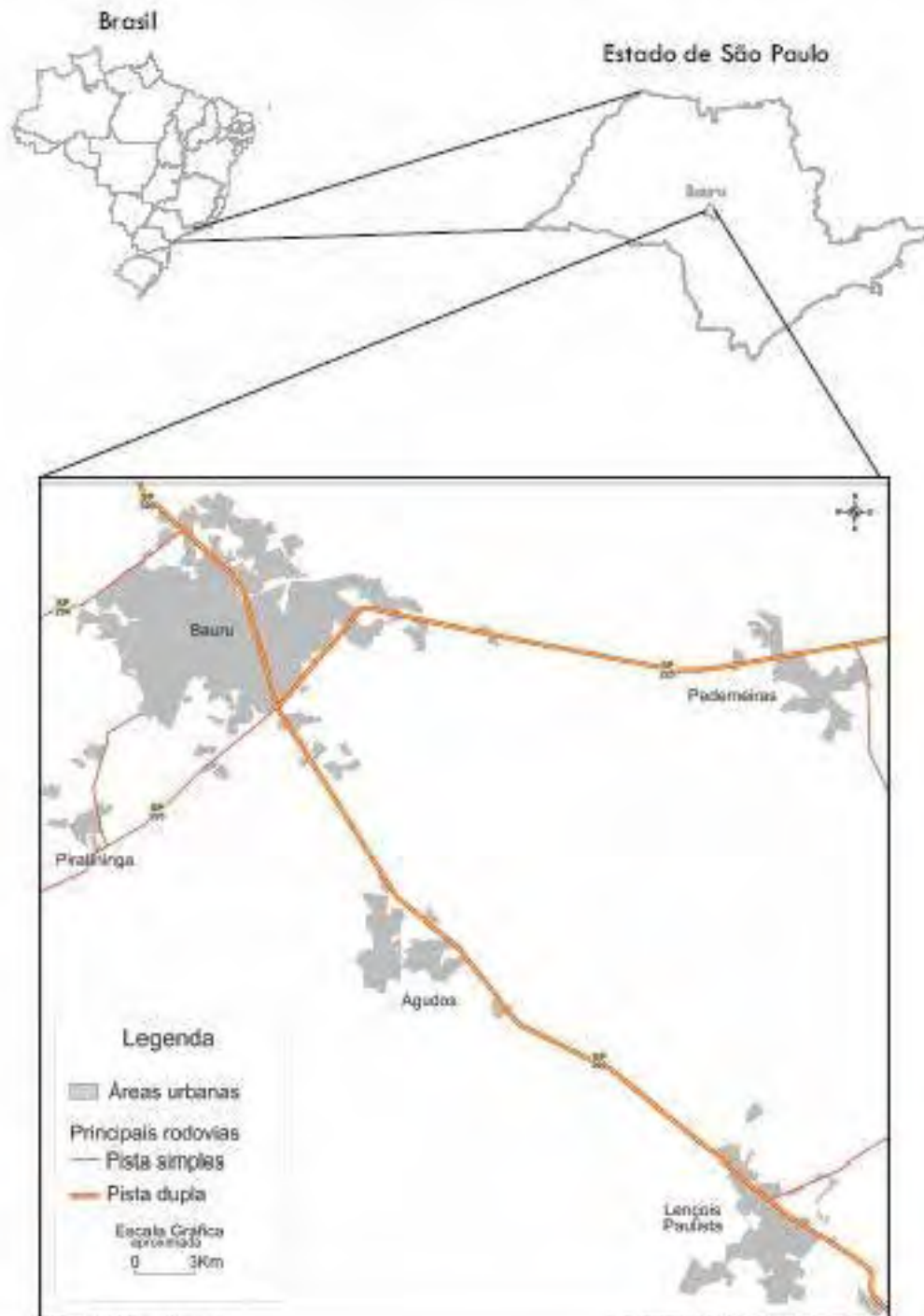
Em relação a Bauru, a conquista de dada importância, sobretudo a econômica, em âmbito regional, intensificou seu grau de expansão territorial, tendo em vista que havia uma concordância estreita entre o setor público e o privado, endereçada a transformar a cidade em pólo, não somente regional, mas também nacional com inserção internacional. Por isso, nosso compromisso, neste capítulo, vem dedicar-se a uma análise da relação entre as dinâmicas do processo de urbanização associadas aos períodos em que se dinamizou o processo de produção do espaço urbano de Bauru.

Apresentamos, a seguir, o quadro 2, por nós elaborado, que nos auxiliará na apresentação dos períodos, cujos acontecimentos denotam as interfaces entre processos de reestruturação urbana e da cidade de Bauru, ou seja, momentos em que as ações político-econômicas, tanto aquelas advindas do Estado como aquelas promovidas pelo poder público local, ambas articuladas aos processos de reprodução do capital, foram responsáveis por mudanças profundas na produção do espaço.

Sabemos, no entanto, que nem no âmbito da produção dos espaços urbanos, nem no âmbito dos processos e dinâmicas da urbanização houve profundas mudanças ao ponto de termos uma reestruturação na base do modo de produção que os condiciona. Porém, devemos reconhecer que o processo de constituição de um Brasil urbano expresso na produção das cidades, mas também pelo modo de vida que vem extrapolando o espaço urbano, passou por momentos e períodos de transformações e mudanças nas dinâmicas que caracterizam a urbanização e interferem no modo segundo o qual as cidades serão produzidas.

Mapa 1

Brasil. São Paulo.
Bauru e cidades polarizadas



Extraído de Wyszak, 2008.

Layout adaptado por Márcio José Cabral.

Bauri. Interfaces da Reestruturação Urbana e da Cidade												
1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	
Reestruturação Urbana												
As cidades passavam a ser do capital comercial. Controlavam a produção agroexportadora impulsionada com a intensificação da cultura cafeeira.				Início da participação do Estado na regulação de relações sociais de produção no Brasil. A divisão social do trabalho no Brasil passa a ser controlada pelas indústrias		O Estado inicia, por meio de seu poder de coerção extra-econômica, principalmente via fiscal, a passagem da economia brasileira de uma etapa concorrencial para uma etapa monopolista			Negação das classes populares enquanto agentes políticos na estrutura política do país e no aparelho de Estado		• • •	
Apenas 6,8 % da população brasileira era urbana. Tratava-se muito mais da geração de cidades que de fato um processo de urbanização	Período em que a produção do café torna o estado de São Paulo um pólo dinâmico de grande abrangência. Instalação de estradas de ferro, melhoria dos portos, criação de meios de comunicação, associados à intensificação das formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo.			A industrialização ganha impulso sob novas condições políticas e organizacionais vindas do poder público e do mercado interno, gerando novas lógicas econômicas e territoriais.		Os nexos econômicos ganham enorme relevo e impõem-se as dinâmicas urbanas na totalidade do território			Período em que se inicia a soma considerável de capital fixo adicionado ao território		• • •	
Em 1893 criou-se um Distrito de Paz na povoação de Bauri, anexo ao município de Fortaleza. Em 1º agosto de 1896 de acordo com lei Estadual de nº 428 o município de Fortaleza passou a se chamar Bauri.	Implantação das Ferrovias Sorocabana (1905), Noroeste do Brasil (1906) e a Companhia Paulista (1910). Aumento do contingente populacional por conta do número de pessoas que desembarcavam na Estação Ferroviária. Passagem da atividade de produção cafeeira pela produção algodoeira		Implantação de indústrias ligadas à produção algodoeira como as indústrias Anderson Clayton e SANBRA. Período em que a expansão da malha urbana passa a caracterizar grandes áreas de vazios urbanos.		Governo de característica populista e desenvolvimentista. Aumento no número de loteamentos implantados. Campanha para a industrialização da cidade. Início na construção de grandes avenidas. Intenções por parte do poder público em produzir uma cidade sob os ideais da monumentalidade e do progresso.				Debate em torno da industrialização da cidade. Intensa produção de conjuntos habitacionais com Sudoeste e da implantação de meios de consumo coletivo nessa área. Aumento das disparidades socioespaciais com muitos bairros caracterizados por baixa densidade infra-estrutural		Santos (1993)	
Reestruturação da Cidade												
												Olivero (1982)

Plano Diretor (1996); Alves (2001); Louzé (2004).
Organizadores: Márcio José Canaliar

Ao propormos uma periodização dos acontecimentos que conformaram, principalmente em sua interface, novos rumos para a urbanização e para cidade de Bauru, baseando-nos em Oliveira (1982), Santos (1993) e em autores que se dedicaram a estudar essa cidade, devemos alertar que o estabelecimento dos períodos identificados em Bauru é fruto de uma compreensão percebida com base em nossos esforços teórico e metodológico que são atinentes à pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação.

Ao observarmos o quadro 2, apresentado em linhas demarcadas por décadas, podemos perceber alguns acontecimentos advindos de mudanças em âmbito econômico e político, primeiro da urbanização, depois de algumas cidades como Bauru, aos quais será possível visualizar mais detalhadamente como os períodos das dinâmicas da urbanização são absorvidos e articulados às dinâmicas de produção do espaço urbano de Bauru.

Em cada período identificado, demonstraremos, por meio de mapas temáticos, a expansão territorial da malha urbana de Bauru, concomitante às lógicas desse processo, bem como as resultantes dele – a exemplo: o aparecimento de vazios urbanos, em que momento eles surgiram na produção da cidade de Bauru e sob quais concepções econômicas e políticas essa cidade vem sendo produzida.

1.2.1. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1890 a 1900

O Estado de São Paulo e sua capital já concentravam boa parte das atividades econômicas e do setor produtivo no final do século XIX. Também nesse período, foi o momento em que se fundaram muitas vilas e povoados, alguns constituídos por interesses de homens na quantidade de terras que ainda se encontrava sem ocupação no interior do Estado de São Paulo, assim como em outros Estados do Brasil. Dois desses homens interessados, agentes das análises pretéritas sobre a cidade de Bauru, foram Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo, já que eles, ao buscarem terras no interior do Estado de São Paulo, caracterizado até então como um lugar ermo, onde se encontravam muitas tribos indígenas, viram a necessidade, por interesses econômicos, de se criar uma vila que pudesse lhes trazer, também, benefícios políticos.

Essa região ainda era de pouca ou nenhuma ocupação, pelo menos da parte daqueles que pretendiam ocupar grandes áreas para produzir, principalmente o café, já que a presença das tribos indígenas não caracterizava, segundo o olhar desses agentes, um território ocupado em nome no progresso (LOSNAK, 2001). Segundo Losnak (2001, p. 53) “há indícios de ocupações de terras já na década de 1830, mas o primeiro registro e posse conhecido é datado de 1856”, por iniciativa de ambos os posseiros supracitados.

Com a criação do município de Fortaleza em 1887, próximo à cidade de Agudos, e o crescimento da Vila Bauru, subordinada ao primeiro, as elites locais passaram a defender seus interesses tomando como território de atuação ambas as localidades. No entanto, aquela elite que vivia na Vila Bauru tinha como principal objetivo elevá-la à sede do município de Fortaleza (PAIVA, 1975, p. 17).

Quando a aprovação da Vila Bauru aconteceu em 1º de agosto de 1896, as ações políticas da elite local junto ao governo estadual haviam sido intensas para que fosse aprovada a transferência da sede de município, assim como a alteração do nome do município de Fortaleza para Bauru, como de fato aconteceu nessa data quando, também, se traçou o primeiro arruamento, no ano 1888, determinado pela Câmara Municipal da cidade de Lençóis Paulista, à qual o município de Fortaleza era subordinado. Os registros históricos e a bibliografia produzida reconhecem que as primeiras quadras da cidade foram as quadras 4, 5, 6, 7 e 8 da rua atualmente denominada de Araújo Leite⁷. No mapa 2, podemos observar o primeiro núcleo que também serviu de centro comercial no início de formação da cidade.

Nessa época, o slogan criado pela elite político-econômica, utilizado para demonstrar que a vila Bauru, posteriormente um município, localizava-se em importante região no Estado de São Paulo, denominando-a como o “Arraial da Boca do Sertão” (1880 a 1890), o primeiro de muitos que o sucederam como iremos demonstrar à frente (LOSNAK, 2001, p. 54)⁸. Nessa época, segundo Santos (1993), apenas 6,8% da população brasileira encontrava-se nas cidades, sendo que a economia do país ainda pautava-se na produção da agricultura com destaque para produção do café, principalmente no Estado de São Paulo.

⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Bauru-Edição histórica**. São Paulo: Focus, 1977.

⁸ Segundo Losnak (2001, p. 54) foi Sant’Agostinho (1995) que em sua Dissertação de Mestrado, identificou cinco slogan na história de formação da cidade Bauru. Ao longo de nosso trabalho apresentaremos quais foram esses slogans, tendo em vista que Losnak (2004) também os identificou, cada um inserido em acontecimentos responsáveis por mudanças na dinâmica de produção do espaço urbano de Bauru.

Mapa 2

Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1900



LEGENDA

- Malha Urbana no Período
- Hidrografia
- ++ Ferrovias
- ▨ Malha Urbana Atual

Escala Gráfica
Aproximada

0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauru
Plano Diretor, 1996
Base Digital CENESPP - 2000

Org.: Márcio José Catalan, 2008

É nesse contexto, aliás, que surgem muitos dos povoados e o interesse pela implantação das estradas de ferro nesses espaços.

No início do século XX, as cidades passavam a conviver com o capital comercial e também já controlavam a produção agroexportadora, impulsionada pela produção cafeeira (OLIVEIRA, 1982). No entanto, para se expandir o capital, necessitaria de meios de produção cujas condições viriam com a implantação de infra-estruturas regionais, tais como a ferrovia. Oriunda da articulação político-econômica das esferas municipais, estaduais e federal, e todas elas com o setor privado, sua implantação, na cidade de Bauru, trouxe profundas mudanças no processo de produção do espaço urbano e em sua articulação com os períodos de reestruturação urbana.

As ferrovias foram implantadas em Bauru, por meio de articulações políticas, com o intuito de dinamizar a economia da cidade. Em 1905, foi implantada a estrada de ferro Sorocabana (ligando Bauru a São Paulo), em 1906, foi implantada a Noroeste do Brasil (o primeiro trecho ligava Bauru à cidade de Avaí, localizada a oeste) e, em 1910, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Com a implantação das três ferrovias, Bauru tornou-se um entroncamento ferroviário no Estado de São Paulo, quando a produção cafeeira deste o tornou um pólo dinâmico de reprodução do capital no Brasil (SANTOS, 1993). Foi, nessa época, que a elite dominante na cidade substituiu o slogan “Arraial da Boca do Sertão” para “Sentinela Avançada do Sertão” (1900 a 1910) e, em seguida, outro que a intitulava como a “Metrópole Noroestina” (1906 a 1925). O segundo e o terceiro slogan já demonstrava que a elite local tinha como objetivo principal fazer com que a cidade de Bauru concentrasse todas as atividades econômicas que fossem destinadas ao interior do centro-oeste do Estado de São Paulo. Percebemos ao lermos muitos dos documentos históricos sobre a cidade, que as intenções em transformá-la numa cidade de importância regional no estado eram muito claras.

1.2.2. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1900 a 1930

Assim que Bauru se tornou um entroncamento ferroviário no Estado de São Paulo, além de ser ressaltado, também, como importante entroncamento ferroviário na América do Sul, as ações em âmbito local concentraram-se todas nessa importante

infra-estrutura regional. Nesse período, houve a instalação de importantes estabelecimentos para o dinamismo econômico da cidade. Foram implantados, na cidade, a primeira rede de iluminação pública, o primeiro colégio, as primeiras agências bancárias do Banco do Brasil e do Banco Comércio e Indústria⁹.

É nesse período que a população urbana de Bauru passa a aumentar consideravelmente devido ao contingente de pessoas que desembarcavam na estação cotidianamente. Apesar de a Estação Ferroviária ter uma característica muito marcante como posto de passagem para outras localidades, muitos daqueles que desembarcavam vinham à procura de empregos e moradia em Bauru. Segundo Pelegrina e Zanlochi (1991), a população de Bauru que era aproximadamente de 8.000 habitantes, na primeira década, passou para 35.000 habitantes no ano de 1922.

As cinco quadras da rua Araújo Leite já haviam se multiplicado em direção à estação ferroviária e também ao sul, porém, ainda havia como limites o córrego das Flores e o rio Bauru. Em 1913, um importante equipamento urbano foi implantado no setor sul da cidade: a Santa Casa Beneficência Portuguesa. Com a implantação desse hospital, houve maiores investimentos nesse setor da cidade.

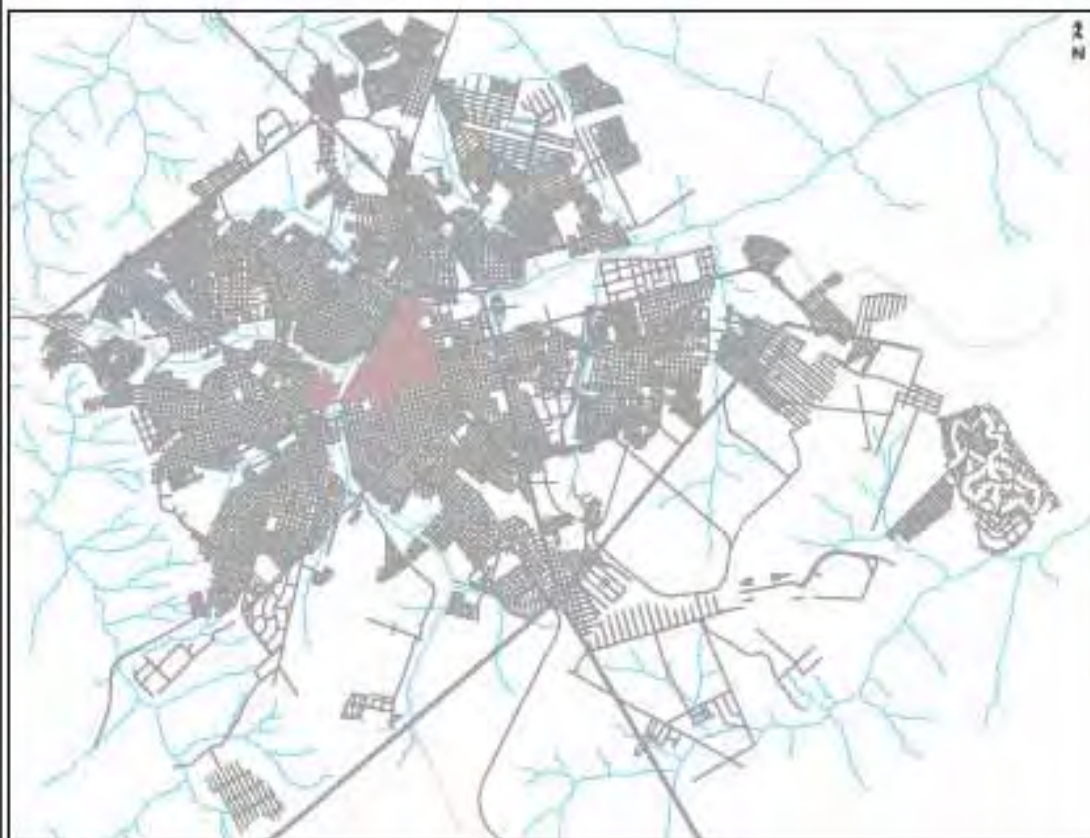
Na zona oeste da cidade, o crescimento rápido de um aglomerado de residências fez com que o poder público o anexasse como bairro em 1918, cujo nome dado foi Vila Falcão, que já contava com expressiva população de trabalhadores dos setores industrial e comercial, todos associados à chegada das ferrovias. Com esse bairro, aumentou expressivamente a demanda por meios de consumo coletivo, pois o caminho para a Vila Falcão tinha como barreiras os córregos Água da Ressaca e Água Comprida. O mapa 3 mostra-nos como a cidade já havia se expandido frente aos interesses do grupo político local, ainda contando com um quadro político nacional bastante próximo daquele do primeiro período já demonstrado.

Com a expansão ocorrida na década de 1910, que foi incentivada, principalmente, por interesses privados e particulares de uma pequena elite, outros fatores passam a influenciar a produção da cidade de Bauru, como os acordos de âmbito municipal e estadual, a manutenção do poder político e econômico nas mãos de um único grupo, a aprovação de arruamentos e loteamentos com baixa densidade de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos, além da instauração de um período

⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Bauru – Edição histórica**. São Paulo: Focus, 1977.

Mapa 3

Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1930



LEGENDA

- Malha Urbana no Período
- ≡ Hidrografia
- +++ Ferrovia
- ▨ Malha Urbana Atual

Escala Gráfica
Aproximada

0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauru
Plano Diretor, 1996
Base Digital CEMESPP - 2000

Org.: Márcio José Catelan, 2008

de propagandas de exaltação do progresso, em que Bauru era destacada pela sua localização próxima à capital do Estado de São Paulo e como entroncamento ferroviário, aspectos esses que marcaram o período¹⁰ (LOSNAK, 2004).

Em 1928, quando a área urbana de Bauru já contava com uma extensão expressiva em relação à primeira década de seu surgimento, como observado no mapa 3, foi aprovado o Código de Posturas, com normas de uso e ocupação do solo. Esse Código foi o primeiro documento de normas a serem aplicadas no espaço urbano de Bauru. Apesar de ter sido direcionado para atender determinados interesses, não podemos dizer que não se trata de uma tentativa de planejamento urbano. A nosso ver, todas as decisões que tratam de uma ordenação do solo urbano passam por decisões urbanísticas (PLANO DIRETOR, 1996).

Com esse documento, o poder público poderia controlar a expansão da malha urbana, que já vinha ocorrendo e se apresentava como ideal daqueles responsáveis pela Prefeitura Municipal de Bauru, tendo em vista que é desse período o início de implantação de loteamentos na cidade, extrapolando o núcleo urbano existente, processo que já apontava para a constituição de áreas com vazios urbanos, cuja implantação de loteamentos caracterizava-se pela produção de um espaço urbano descontínuo, bem como para a formação de outros “vazios” – os vazios infra-estruturais –, pois muitos loteamentos eram implantados, porém desprovidos de infra-estruturas, equipamentos ou serviços urbanos necessários ao bem-estar da vida na cidade.

Na década de 1930, quando a cidade de Bauru se encontrava em ascendente crescimento, mudanças nas dinâmicas macroeconômicas recaíram, também, nas ações político-econômicas da cidade. No período a seguir, poderemos melhor identificar algumas das profundas mudanças ocorridas, primeiramente em âmbito nacional e posteriormente na cidade de Bauru.

1.2.3. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1930 a 1950

¹⁰ Esses fatos e essas práticas permaneceram, ao longo da história política e econômica da cidade de Bauru, justificando a ambivalência do título de nosso trabalho: Produção do Espaço Urbano em Bauru: do subterrâneo à superfície, tendo em vista a obscuridade de muitas práticas relacionadas à ampliação da malha urbana de Bauru, principalmente no âmbito da gestão e do planejamento urbanos. Poderemos observar isso ao longo desta dissertação.

Na década de 1930, no Brasil, inicia-se, segundo Oliveira (1982), a participação do Estado na regulação das relações sociais de produção. Com os incentivos voltados à industrialização, a divisão social do trabalho passou a ser controlada pelo capital industrial, num momento em que o Brasil enfrentava a decadência na produção cafeeira advinda, também, da crise econômica de 1929.

Para Santos (1993), próximo aos anos de 1930, a industrialização ganhou impulso por parte do poder público e do mercado interno gerando novas lógicas econômicas e territoriais, sob novas condições políticas e organizacionais. Segundo o autor, nos anos de 1940 as dinâmicas urbanas impõem-se na economia brasileira, influenciando as ações do poder público e do setor privado locais.

Em Bauru, as mudanças na política e na economia brasileira foram absorvidas rapidamente, já que desde a implantação das ferrovias, na primeira década do século XX, o poder público local e a elite dominante (sendo que alguns entre eles faziam parte dos dois grupos), tinham como intenção fazer com que a cidade de Bauru acompanhasse as transformações econômicas e políticas, medida que recaia na forma da produção do espaço urbano (LOSNAK, 2004). Nesse período, a cidade de Bauru já era associada ao seu quarto slogan – “Capital da Terra Branca” – em alusão ao seu solo arenoso e à intenção da elite local de que essa seria a cidade mais importante do centro-oeste paulista.

A crise na produção cafeeira e os esforços advindos do Estado para alavancar a produção industrial no Brasil, com destaque na produção do ramo da tecelagem, proporcionou o auge da cultura algodoeira, que teve a valorização dos fios brasileiros em detrimento dos fios ingleses, dinamizando a indústria brasileira de tecelagem (SANTOS, 1993).

A dinâmica da industrialização já imprimia no Brasil e, principalmente, no Estado de São Paulo, comandado pela capital paulista, uma difusão espacial do fenômeno industrial. As indústrias Anderson Clayton e Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), ambas beneficiadoras de algodão, instalaram-se em Bauru, nas proximidades da linha férrea, num momento em que o país havia passado pela queda na produção de café, devido à crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, que atingiu a economia internacional, sendo que os baixos preços desse produto foram seguidos do interesse da produção industrial pela matéria-prima do algodão.

Por isso, podemos observar, nesse período, um movimento de reestruturação urbana e da cidade de Bauru, tanto na economia, como na política e na produção espacial. Passa-se das atividades agrícolas e comerciais para o desenvolvimento industrial, que fortalecem a economia da cidade, além do dinamismo, no que se refere à inserção da cidade nos cenários nacional e internacional, de fluxos de mercadorias.

No que tange à produção do espaço urbano, esse processo de reestruturação fomentou novas necessidades individuais e coletivas na cidade de Bauru, já que se intensificou a chegada de trabalhadores na cidade impulsionando a demanda por moradia. Essa demanda dá início à implantação de loteamentos que extrapolam a malha urbana produzida na época já observada no mapa 3 referente ao período anterior.

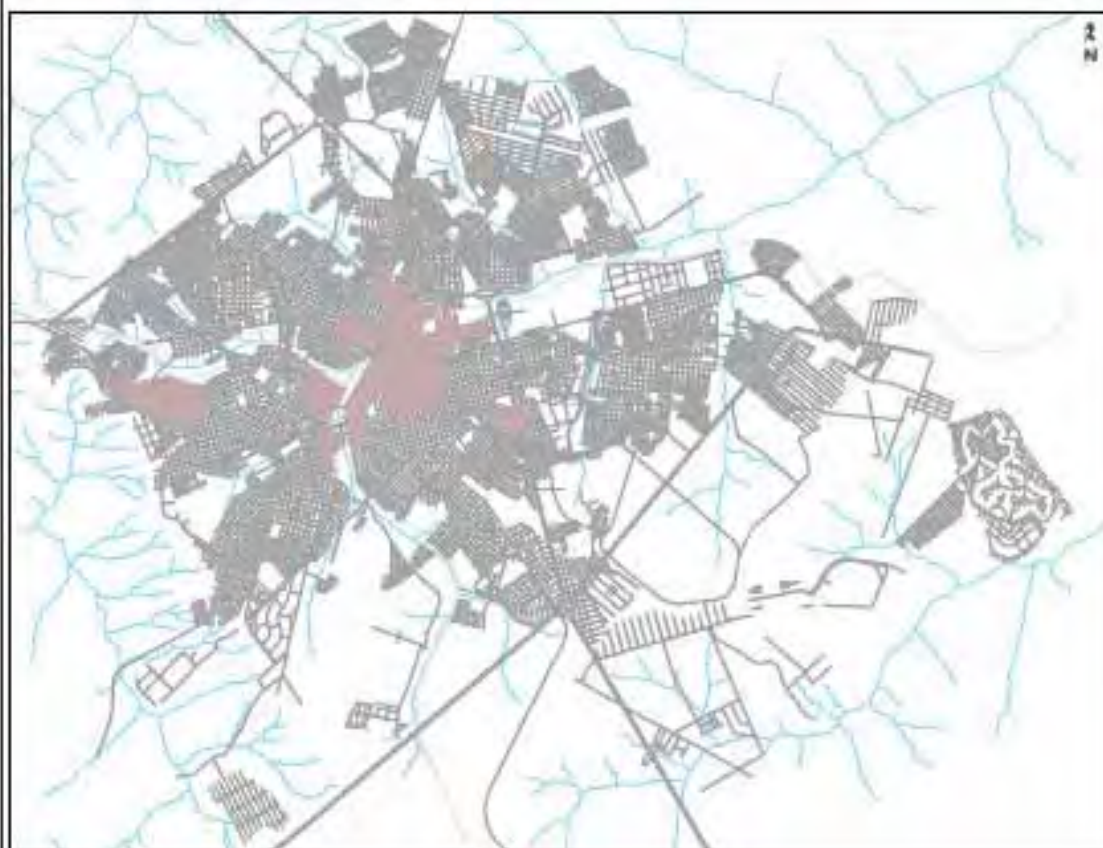
No mapa 4, podemos notar que alguns loteamentos apareciam além da malha urbana então constituída, atualmente compreendida como centro da cidade de Bauru. Muitos deles ultrapassaram os limites dos córregos Bauru, das Flores e Água da Ressaca, por isso, esse primeiro período da expansão territorial da cidade de Bauru demandava a implantação de muitos meios de consumo coletivo como: água e esgoto, pavimentação, rede de drenagem pluvial, viadutos sobre os córregos etc.

Duas grandes infra-estruturas foram construídas na década de 1950 na tentativa de resolver problemas de circulação dos bairros operários, assim chamados por abrigarem a maioria dos trabalhadores das indústrias que se localizavam próximas ao centro da cidade. Com recursos dos cofres municipais e federais, foram construídos: os viadutos que iriam melhorar o acesso à Vila Falcão, sobre o córrego Água da Ressaca, e ao Jardim Bela Vista, sobre o córrego Bauru (LOSNAK, 2004). Com a construção desses viadutos, aumentou a implantação de loteamentos nas terras que circundavam os bairros já existentes, tanto na zona oeste, como na zona norte, além da tendência em se ocupar a zona sul, com um pequeno núcleo implantado, como vemos no mapa 4, distante do que então se reconhecia como a malha urbana da cidade.

Muitos loteamentos da década de 40 e 50 deram-se em parte de antigas fazendas do município que, com o declínio do café em todo o Estado, foram destinadas ao uso urbano. Esses loteamentos, muitas vezes distantes da malha ocupada, sem acesso e infra-estrutura permaneceram ociosos ou subutilizados por décadas (PLANO DIRETOR, 1996, p. 33).

Mapa 4

Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1950



LEGENDA

- Malha Urbana no Período
- ≻ Hidrografia
- ⇄ Ferrovia
- ▨ Malha Urbana Atual

Escala Gráfica
Aproximada

0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauru
Plano Diretor, 1996
Base Digital CENESPP - 2000

Org.: Márcio José Carlan, 2008

A partir da década de 1950, a cidade de Bauru é inserida numa campanha voltada à perspectiva política e econômica do governo federal, principalmente no final dessa década, quando o prefeito Nicola Avallone Junior¹¹ assume o poder no mesmo ano em que o presidente Juscelino Kubitschek assume o governo federal. Avallone foi o responsável pela construção de grandes obras que mudaram a dinâmica da cidade, principalmente em anos subsequentes ao de seu governo. Foi em sua gestão que teve início, na cidade, a primeira grande obra de drenagem pluvial que correspondia à canalização do Córrego das Flores, cujo primeiro trecho compreendia as quadras entre a rua Marcondes Salgado e a Avenida Rodrigues Alves, atualmente envolvido, em sua totalidade, por canalização do tipo fechada; sobre ele, foi construída uma das avenidas mais importantes da cidade – a avenida Nações Unidas – no sentido Leste-Oeste, cuja importância ao fluxo da cidade soma-se ao problema de enchentes ao longo de seu eixo, em decorrência do subdimensionamento da tubulação datada das décadas de 1950 e 1970 (Mapa 5 e Painel 3). Essa avenida compunha a proposta presente na pauta dos projetos de Avallone de construção de um eixo monumental na cidade, que desse a ela uma característica de cidade moderna, iniciado em sua gestão, porém concluído nas gestões posteriores.

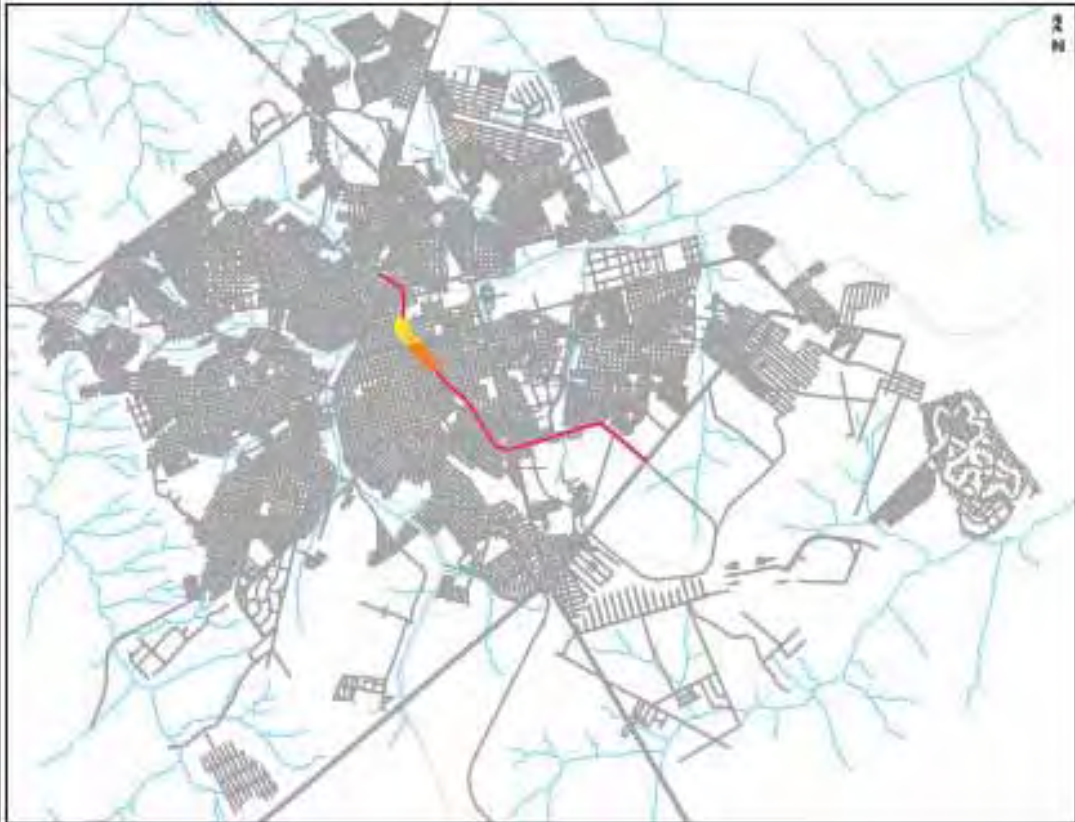
Losnak (2004, p. 39) identifica uma continuidade entre as décadas 50, 60 e 70, pois foi o período em que outro político e empresário despontou na cidade – Alcides Franciscato –, também adepto dos ideais de Avallone, porém de um grupo político rival.

Nessa época, já havia sido abandonado o slogan “Capital da Terra Branca” em favor de um outro que viria a apontar os novos rumos que a cidade de Bauru tomaria comandada por grupos políticos com ideais como os dos prefeitos supracitados.

¹¹ Avallone foi eleito em 1955 filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, derrotando um grupo político tradicional na cidade que vinha governando desde a década de 1940. Os dois últimos prefeitos que o antecederam eram filiados ao Partido Social Progressista – Octávio Pinheiro Brisolla (1948 a 1951) e Nuno de Assis (1952 a 1955) – e não tinham como característica o estilo populista e desenvolvimentista de Avallone, que se apresentava como um político simpático, cujos projetos voltavam-se para a industrialização e o progresso da cidade de Bauru (LOSNAK, 2004, p. 88).

Mapa 5

Canalização do Córrego das Flores
Construção da Avenida Nações Unidas



LEGENDA

- Década de 1950
- Década de 1970
- Avenida Nações Unidas
- Hidrografia
- Ferrovia
- Malha Urbana

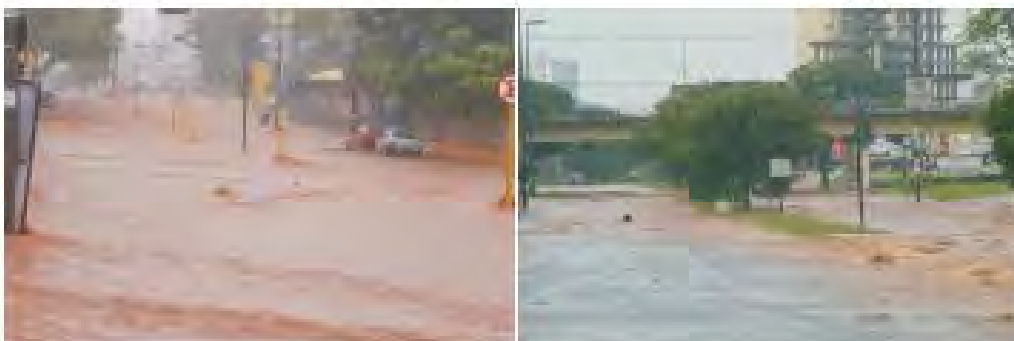
Escala Gráfica
Aproximada
0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauri
Plano Diretor, 1996
Base digital CEMESP - 2001

Org.: Márcio José Catelan, 2008

PAINEL 3

Bauri. Avenida Nações Unidas.
Ocorrências de enchentes



Fotos extraídas de Catelan, 2006

O novo slogan veio a ser a “Cidades Sem Limites”¹², ainda em voga, e utilizado como marketing urbano em Bauru. O período que se seguiu foi de extrema importância para compreendermos como se deu o crescimento da malha urbana de Bauru, já que foi nele que a cidade passou por profundas transformações devido à excessiva implantação de loteamentos, construção de avenidas, canalização de córregos, além de propostas difundidas nas décadas seguintes, muitas delas responsáveis pela configuração da malha urbana atual e também pelos problemas urbanos atualmente enfrentados pelo poder público local, dada a carência dos meios de consumo coletivo.

1.2.4. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1950 a 1980

Nesse período, o Brasil passava por profundas transformações, sobretudo nas formas de ação do Estado em relação à economia, que se constituía como uma economia urbana. Segundo Oliveira (1982, p. 47), a partir da década de 1950 o Estado brasileiro “é forçado pelas próprias necessidades de reprodução ampliada do capital a penetrar em espaços produtivos que antes não estavam sob seu controle e nem sob seu comando”. Diante disso, o autor ainda afirma que “a contradição entre a industrialização da periferia do mundo capitalista e a conduta dos estados centrais leva o Estado a assumir certas tarefas que a própria burguesia nacional não era capaz de dar conta”. Essa impossibilidade, segundo o autor, não passava pela acumulação, mas sim pela autonomia que a industrialização havia imposto às cidades, fato que minimizava a possibilidade de acumulação dos grupos econômicos que atuavam individualmente.

Em consenso com análise de Oliveira (1982), temos a afirmação de Santos (1993) que observou aumento dos nexos econômicos a partir dos anos 1940, impondo-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território brasileiro, ou seja, a urbanização brasileira passava por profundas transformações no âmbito das relações econômicas cada vez mais definidoras da produção dos espaços urbanos.

¹² “... a idéia da grandiosidade de Bauru foi renovada por meio de novo slogan. ‘Cidade Sem Limites’ apareceu pela primeira vez como um poema no jornal Diário de Bauru no aniversário da cidade, no dia 1º de agosto de 1953. Em 1979, o autor, o jornalista Euzébio de Carvalho Guerra, explica que o ponto de partida para o poema foi “[...] o crescimento desordenado dos núcleos populares, pois Bauru possuía muitas vilas nos lugares mais extremos da cidade” (LOSNAK, 2004, p. 71). O trecho que Losnak cita, sobre o crescimento desordenado dos núcleos populares foi extraído da reportagem “Bauru, Cidade Sem Limites” do “Jornal da Cidade”, de 06 de junho de 1979.

A cidade de Bauru, principalmente a partir de 1950, foi lançada num processo cujos moldes de gestão e planejamento iria tomar como parâmetro as iniciativas definidas no âmbito da política nacional. Para isso, o poder público local deveria impor transformações que fizessem da cidade de Bauru um “canteiro de obras”, ideário que impregnava a política brasileira devido à construção de Brasília. Tais iniciativas viriam, sobretudo, do empresário e político Avallone Junior, já citado anteriormente, quando este assumiu a prefeitura de Bauru em 1956.

Analisando o período anterior já fizemos referência a algumas das obras que faziam parte do projeto político, econômico e técnico da forma de gerir e planejar a cidade, segundo suas concepções desenvolvimentistas. Ocorre que outro importante dado deve ser lembrado quando analisamos a atuação do ex-prefeito Avallone. Trata-se de dizermos que, além de proprietário do Jornal “Diário de Bauru”, o único na cidade em sua época, ele era também um dos maiores empresários associados à implantação de loteamentos urbanos.

Segundo Losnak (2004, p. 135)

No período de auge, a obsessão dele com a industrialização articulava-se também à sua atividade profissional. Uma fonte de renda era a venda de loteamentos em Bauru. Ele criou muitos bairros na cidade: Parque Vista Alegre, Jardim Eldorado, Jardim Marambá, Jardim Tangarás, Jardim Industrial Manchester (nomeado por Avallone de “Manchester Brasileira”). Atuando na área imobiliária, nos 50 e 60, ele estimulou a compra de lotes argumentando que o crescimento dessa cidade supostamente industrial seria vertiginoso, possibilitando investimentos extremamente rendosos aos compradores.

A análise realizada por Losnak sobre a atuação de Avallone Junior enquanto prefeito e empreendedor do ramo imobiliário parece-nos importante, pois, a partir desse período, reconhecemos que a produção do espaço urbano de Bauru, conforme as transformações empreendidas por agentes como o ex-prefeito e outros que ainda vamos citar, foi direcionada sob novas perspectivas, sobretudo aquelas advindas do que se propagava como progresso e modernidade no Brasil (LOSNAK, 2004).

O slogan “Cidade Sem Limites” passou a demonstrar claramente as vontades políticas e econômicas do grupo comandado por Avallone Junior, com profundas intervenções na reestruturação da cidade de Bauru.

No mapa 6, podemos observar o aumento da malha urbana, devido aos loteamentos implantados nesse período, ampliando descontinuamente a malha urbana

de Bauru, confirmando a tendência iniciada na década de 1930, já observado no mapa 4.

Os novos loteamentos, como podemos notar, foram implantados em todas as direções, criando grandes áreas de vazios urbanos. Esses vazios eram criados a partir da implantação dos loteamentos em descontínuo nesse período, demonstrando uma atuação do poder público local fortemente influenciada pelos interesses privados dos agentes que atuam no âmbito imobiliário. No entanto, pensamos que não se trata de coação de um sobre o outro, mas sim de uma relação de complementaridade arquitetada, possibilitando que houvesse atuações paralelas e convergentes entre aqueles que representavam o poder público e aqueles que representam o setor privado, já que muitas vezes os mesmos agentes cumprem os dois papéis.

Além do destaque dado aos loteamentos implantados nas décadas de 1950, 60 e 70, devemos focar aqueles denominados como “conjuntos habitacionais populares” destinados, em princípio, à população de baixa renda.

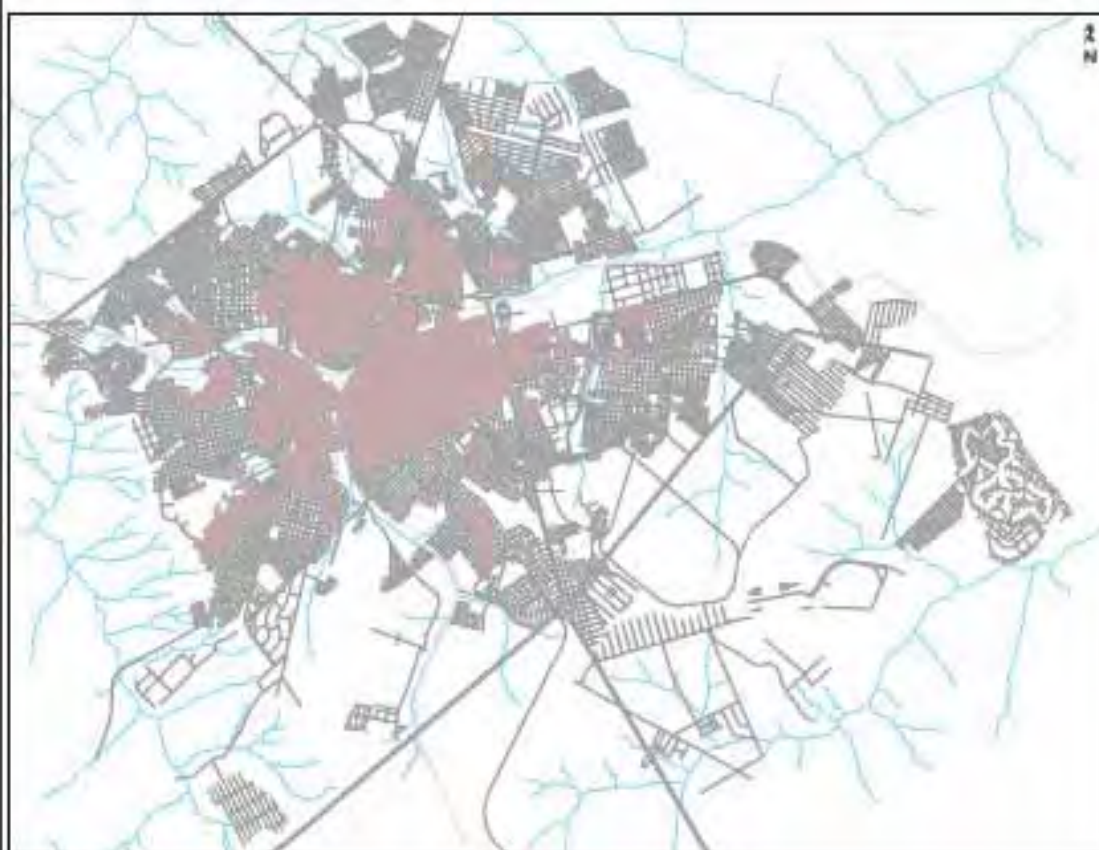
A quantidade de conjuntos habitacionais implantados nesse período com recursos, principalmente a partir de 1964, advindos do Estado por meio da atuação do Banco Nacional da Habitação – BNH – e da Caixa Econômica Federal, impulsionando a elaboração de políticas Estaduais e Municipais, foram significativos (FERNANDES, 1998, p. 48)¹³.

Em Bauru implantou-se o primeiro conjunto habitacional em 1966, com a criação da Companhia de Habitação Popular – COHAB-Bauru – em 1968 (FERNANDES, 1998, p. 138). Nos anos seguintes, foi implantada uma série de conjuntos habitacionais de forma descontínua à malha urbana já constituída, acentuando ainda mais a formação de grandes vazios urbanos, além de aumentar a demanda por meios de consumo coletivo por parte de seus moradores, meios esses reivindicados junto ao poder público. A maior parte desses conjuntos habitacionais localizou-se em áreas esparsas no espaço urbano de Bauru, criando-se vazios urbanos estrategicamente localizados que, com a implantação desses conjuntos, principalmente porque advinham

¹³ Fernandes (1998, p. 51) ainda destaca que “para formular e direcionar as políticas de habitação no período militar foram criados, com a Lei nº 4380 de 21 de agosto de 1964, o Sistema Federal de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH), e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), atribuiu-se também com esta lei a função de produção de moradias para as Caixas Econômicas Federais e Caixas Econômicas Estaduais”.

Mapa 6

Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1970



LEGENDA

- Malha Urbana no Período
- ≡ Hidrografia
- ++ Ferrovias
- ▨ Malha Urbana Atual

Escala Gráfica
Aproximada

0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauru
Plano Diretor, 1996
Base Digital CEMESPP - 2000

Org.: Márcio José Catalan, 2008

de recursos do Estado, levariam meios de consumo coletivo, ou pelo menos uma comunidade que iria reivindicá-los, até as áreas a caminho e ao redor desses conjuntos habitacionais, valorizando as terras circunvizinhas que viriam a ser novos loteamentos.

No mapa 7, tratamos de apontar somente os conjuntos habitacionais implantados em Bauru, nesse período e nas décadas seguintes, para que seja possível observarmos como eles tiveram importância na produção da cidade.

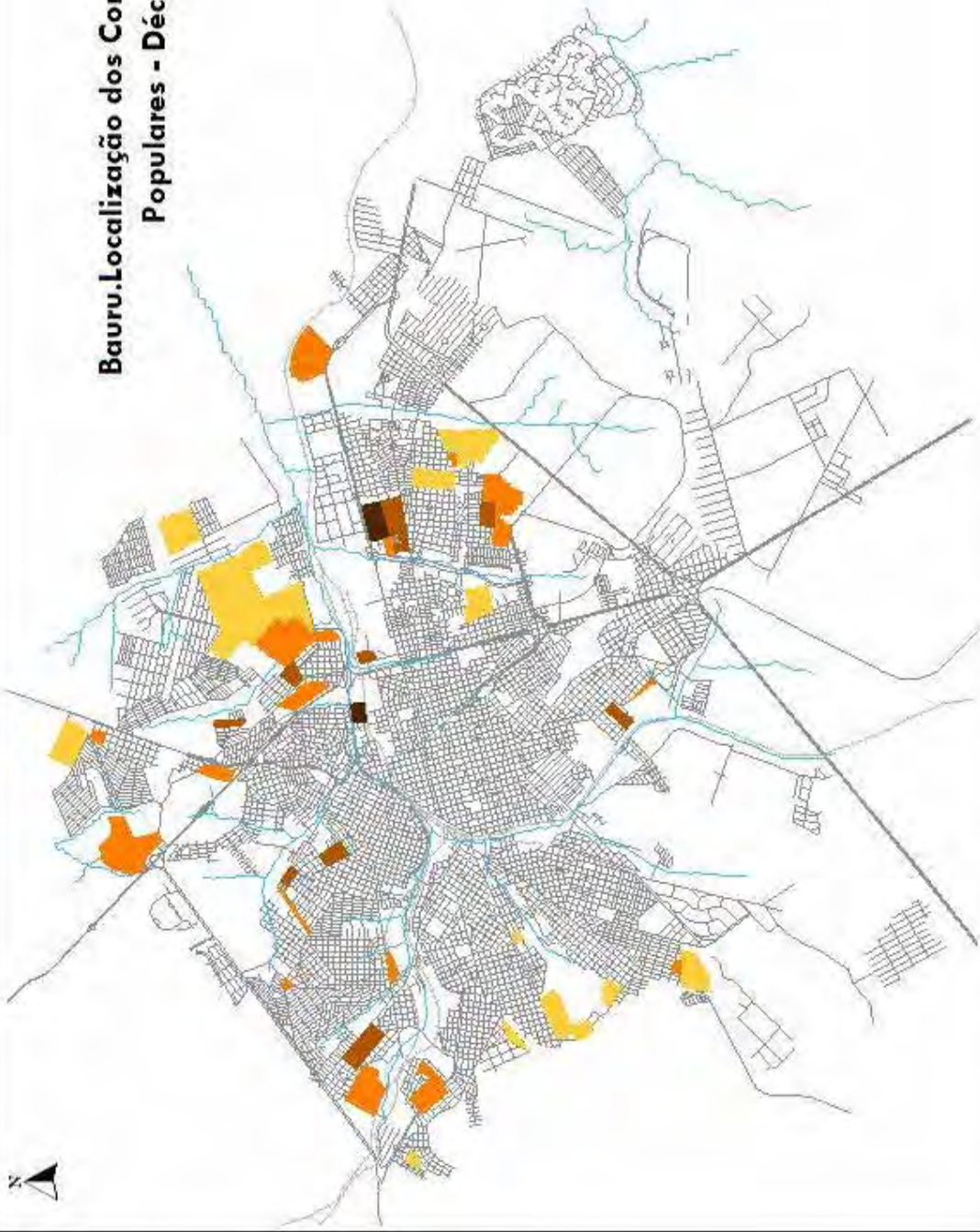
Outro empresário de influência na cidade de Bauru, que fez surgir o grupo político de oposição àquele comandado por Avallone, foi Alcides Franciscato. Esse empresário, do ramo dos transportes, era o representante do partido político Aliança Renovadora Nacional – ARENA – na cidade, e governou Bauru no período de 1969 a 1972, elegendo dois sucessores – Luiz Edmundo Coube (1973 a 1976) e Oswaldo Sbeghen (1977 a 1982). Os períodos governados por esses três prefeitos foram de extrema importância por dois motivos: a) em primeiro lugar, porque o discurso de Franciscato, apesar de rival político de Avallone Junior, também se pautava na industrialização e na construção de uma cidade rica, moderna e bela; b) em segundo lugar, porque esse foi o período de intensa implantação de meios de consumo coletivo, já que a cidade de Bauru contava com muitos loteamentos implantados, principalmente por Avallone Junior, porém com carência ou ausência de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos (LOSNAK, 2004, p. 149).

Nos períodos governados pelos três prefeitos supracitados, principalmente no início da década de 1970, implantaram-se, na cidade, pré-escolas municipais, “campos de futebol, denominados de distritais, redes de galerias pluviais, redes de água e esgoto, bem como asfaltaram amplas áreas da cidade. A legitimidade do perfil desses governos concentrou-se na construção de viadutos e avenidas” (LOSNAK, 2004, p. 188).

Um ponto importante referente à implantação de infra-estruturas e de equipamentos na cidade, nesse período, mas também em outros, é a fonte dos recursos econômicos buscados para suprir os gastos exorbitantes com a implantação das inúmeras obras realizadas nesses governos. No período da Ditadura Militar, muitos dos recursos eram buscados junto ao governo federal que os disponibilizava aos municípios, desde que as obras realizadas fossem consoantes aos ideais dos governos ditatoriais da época, que tinham como foco o progresso e o desenvolvimento econômico. Dentre os recursos advindos do orçamento da União, foram disponibilizados, por acordos realizados entre eles e o poder público de Bauru, montantes oriundo, sobretudo, do Banco do Brasil (para a construção do Parque Vitória Régia), do Departamento

Mapa 7

Bauru. Localização dos Conjuntos Habitacionais Populares - Décadas de 1960 a 1990



Brasil-São Paulo-Bauru



LEGENDA

Implantados na década de 1960

Implantados na década de 1970

Implantados na década de 1980

Implantados na década de 1990

Ferrovia

Hidrografia

Malha Urbana

Autor:

Márcio José Canelan

Escala gráfica



Fonte: Prefeitura Municipal de Bauru, 2007.
Fernandes, 1998.

Nacional de Obras e Saneamento (que financiou a fundo perdido a canalização do Rio Bauru e parte da construção da Avenida Nuno de Assis, que margeia esse córrego), do Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (para a ampliação das avenidas Rodrigues Alves e Pinheiro Machado) (LOSNAK, 2004, p. 188).

No período pós-1964, o Estado foi responsável pela criação de muitos programas organizados em função da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), ambos voltados, principalmente, à construção de habitações populares que, associado aos interesses de valorização de algumas áreas da cidade de Bauru, por parte dos agentes imobiliários, ajuda a explicar a distribuição territorial dos conjuntos habitacionais populares observados no mapa 7 (LOSNAK, 2004, p. 189).

Conforme ressaltou Losnak (2004, p. 189):

Com o Estado direcionando a economia para a predominância do capital monopolista e internacional, cabiam-lhe os investimentos em infra-estrutura dos mais variados aspectos: das rodovias necessárias ao transporte de mercadorias, passando pelo escoamento do trânsito urbano, exigência e orientação de planejamentos urbanos, às melhorias das condições ambientais (saneamento: captação e fornecimento de água e canalização de esgoto, drenagem de rios) e da moradia de setores das classes trabalhadoras.

A Prefeitura Municipal de Bauru, na tentativa de dinamizar a ocupação desses novos loteamentos para se valorizar a dinâmica do mercado imobiliário, aprovou a Lei nº 2118/79, que ampliou a extensão do perímetro urbano possibilitando que especuladores loteassem as terras que permaneceriam ociosas durante muitos anos por conta da ausência de meios de consumo coletivo, não exigidos pela Prefeitura Municipal no momento da aprovação desses loteamentos.

No final da década de 1970, a aprovação da Lei Federal 6766/79 passou a regulamentar a implantação de loteamentos, aparecendo como um instrumento de fiscalização do poder público municipal, já que continha dispositivo que obrigava os loteadores a reservar, no parcelamento da gleba, áreas destinadas ao lazer, à educação e à saúde. Mesmo assim, a implantação de loteamentos ainda ocorria de modo irregular, em função das ações de interesses de especuladores.

Além dos inúmeros loteamentos implantados nesse período, outra forma de habitação tomou força e definiu-se como padrão de moradia das classes médias e

altas, pois a dinâmica do mercado imobiliário local escolheu a Zona Sul como palco aonde iria se proliferar a verticalização. Se, no período de 1930 a 1950, bem como nos anos 1960 e 1970, a verticalização ainda tinha o centro da cidade como área preterida para a construção de prédios com dez ou mais pavimentos, a partir da década de 1980 os agentes de produção do espaço urbano passaram a investir na Zona Sul, principalmente com a construção de prédios que ultrapassavam dez pavimentos (LOSNAK, 2004). Diante desse novo padrão de morar na cidade, e também dos primeiros loteamentos fechados que apareceram a partir da década de 1980, veremos no próximo período a conformação de uma malha urbana, cujos recursos disponibilizados para a implantação de infra-estruturas e equipamentos foi em grande parte endereçado às áreas escolhidas a esse novo padrão de moradias, que tinha nos segmentos sociais de rendas média e alta como principais consumidores, tanto de meios de consumo individuais, como dos meios de consumo coletivo, fossem eles públicos ou privados¹⁴.

1.2.5. A produção do espaço urbano em Bauru: de 1890 a 2000

Oliveira (1982, p. 49) considera que, a partir da década de 1980, ocorreu uma importante mudança na organização interna e na atuação do Estado em relação ao urbano na etapa do capitalismo monopolista:

o estilo de organização das empresas dos países capitalistas centrais traz em si mesmo uma complexa divisão social do trabalho, onde se destaca a enorme gravitação do chamado trabalho improdutivo nessa divisão social de trabalho no interior de cada empresa. Portanto, isto se transpõe para o conjunto das empresas que aqui se instalaram. Em outras palavras, os famosos executivos, os gerentes, toda a classe de trabalho improdutivo, que faz as vezes do capitalista para gerir propriamente o trabalho produtivo, é um padrão que as empresas internacionais trazem e instalam dentro do Brasil imediatamente.

Consoante à definição desse novo padrão na sociedade brasileira, com fortes implicações em cidades médias como Bauru, ocorreu, ainda segundo Oliveira (1982), uma negação dos segmentos populares de baixa renda enquanto agentes na estrutura

¹⁴ No próximo capítulo, o conceito de “meios de consumo coletivo” será explicitado de acordo com autores que se dedicaram a debatê-los. Quanto à nossa proposta teórica, dedicar-nos-emos a desenvolver o debate sobre tais meios e as dinâmicas afinentes ao processo de produção do espaço.

política e no aparelho do Estado. Como ressaltou Santos (1993), é nesse contexto que se dá a soma de capital fixo adicionado ao território.

Os inúmeros loteamentos implantados nos períodos anteriores já se encontravam ocupados nesses períodos, muito deles, ainda com ausência de muitas das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos necessários à vida nas cidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2007).

O poder público de Bauru elaborou e aprovou, no ano de 1982, a Lei Municipal nº 2339/82 de regulamentação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano que regulamenta a lei 6766/79 aprovado em âmbito nacional. A partir dessa lei municipal

a implantação de loteamentos passou a seguir critérios mais coerentes tanto na escolha das áreas públicas, quanto na implantação do empreendimento impondo maiores encargos ao loteador e exigindo garantias reais de execução das obras de infra-estrutura e melhoramentos (PLANO DIRETOR, 1996, p. 33).

Nesse período, ainda se implantaram conjuntos habitacionais destinados aos segmentos populares, porém a tônica, nessas últimas décadas, não seria esse tipo de empreendimento. A partir da década de 1990, principalmente, passaram a proliferar, na cidade de Bauru, os loteamentos fechados, acentuando as disparidades socioespaciais entre a Zona Sul e outras áreas da cidade onde se localizam os loteamentos populares destinados à população de baixa renda. Não podemos tomar essa divisão de forma absoluta, pois, em áreas como a Zona Sul, ainda que composta por loteamentos destinados à população de renda média e alta, encontramos alguns bairros que abrigam a população mais pobre como é o caso do Parque das Nações (aprovado em 14/07/1960) e Jardim Nicéia (aprovado em 22/07/1965) que, atualmente, são bairros vizinhos de loteamentos fechados de alto padrão socioeconômico.

A nosso ver, esse período e, principalmente, o mais atual são aqueles nos que mais se acentuaram as disparidades socioespaciais em Bauru: isto porque, ao mesmo tempo em que se definiram quais eram as áreas destinadas à população mais abastada economicamente, definem-se, também, as áreas destinadas aos loteamentos de baixo padrão socioeconômico. Trata-se, ainda, de momentos de maior expressão da forma como foi produzido o espaço urbano de Bauru em períodos anteriores,

principalmente no que se refere aos bairros que ainda se encontram pouco equipados de meios de consumo coletivo. Muitos dos bairros carentes de infra-estruturas como pavimentação, rede de drenagem pluvial, áreas de lazer, centros de saúde, creches, escolas etc. são aqueles implantados nos períodos anteriores.

No mapa 8, podemos observar que, ainda nas décadas de 1980 e 1990, houve intensa aprovação de loteamentos. Esse processo prossegue na década de 1990, principalmente na zona sul, consolidando-se como um setor de alto padrão socioeconômico e, portanto, sempre bem atendido pelos meios de consumo coletivo necessários aos loteamentos urbanos.

As ações do planejamento e da gestão urbanos, e principalmente as atuações do mercado imobiliário tornaram a zona sul uma área de melhoria paisagística da cidade, além de ser a preferida como endereços das lojas de grife e ponto de entretenimento noturno, funções que passaram a servir de discurso, por parte do poder público, justificando o porquê do atendimento constante das demandas ali apresentadas¹⁵.

¹⁵ Recentemente, a duplicação e o prolongamento da Avenida Getúlio Vargas têm levado essas atividades mais ao sul, seguidas da implantação de condomínios fechados horizontais e verticais. As ações do poder público nessa área sempre são fruto de muitas reivindicações na imprensa e da população que acaba por questionar a implantação de meios de consumo coletivo neste setor, num momento em que boa parte da cidade necessita de implantação e/ou conservação desses meios.

Mapa 8

Bauru. Expansão da Malha Urbana: 1890 a 1990



LEGENDA

- Malha Urbana no Período
- Hidrografia
- Ferrovias
- ▨ Malha Urbana Atual

Escala Gráfica
Aproximada

0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauru
Plano Diretor, 1996
Base Digital CENESPP - 2000

Org.- Márcio José Catalan, 2008

No Paine 4, podemos observar algumas imagens do padrão de estruturação e paisagístico que foi dado a essa área da cidade de Bauru, por meio das imagens da Avenida Getúlio Vargas.

Em conformação com os mapas apresentados, sobretudo aqueles a partir da década de 1950, apresentamos, no quadro 3, um ritmo de crescimento demográfico que se mantém alto entre 1950 e 2000, da população que ocupou os bairros implantados durante os períodos analisados.

Bauru. Crescimento populacional: 1950 a 2000

Quadro 3

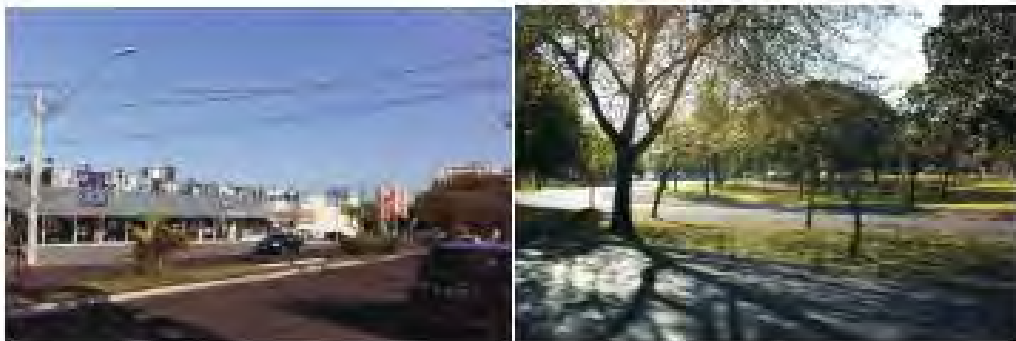
CENSOS	POPULAÇÃO
1950	51.734
1960	85.237
1970	120.178
1980	180.761
1991	255.669
2000	316.064

Extraído de Catelan, 2006

No entanto, se observarmos o quadro mais detalhadamente, podemos perceber os intervalos entre os períodos, que nos aponta um dado importante, ou seja, o crescimento demográfico em cada década. Na década de 1950, o número de habitantes aumentou em 33.503 habitantes; na década de 1960, o aumento foi de 34.941 habitantes; na década de 1970, o crescimento foi 60.583 habitantes; na de 1980, o número de habitantes somados foi 74.908 pessoas; e, na década de 1990, esse crescimento foi de 60.395 habitantes. Portanto, percebe-se que o maior crescimento demográfico deu-se na década de 1980, ainda que também tenha sido bastante expressivo nas décadas de 1970 e de 1990, condizente com as três décadas de maior número de loteamentos implantados, como vimos observando nos mapas dos períodos analisados.

PAINEL 4

Bauru. Avenida Getúlio Vargas.
O ornamento da Zona Sul



Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Organizador: Márcio José Catalan

O mapa 9 apresenta a configuração atual da malha urbana de Bauru, por meio do qual podemos observar como a produção do espaço urbano em Bauru “preencheu” muitos espaços que antes apareciam como vazios urbanos, cumprindo o objetivo com a criação deles no passado. Porém, essa malha urbana que vemos no mapa apresenta enormes disparidades na densidade infra-estrutural, principalmente das infra-estruturas que compõem as redes de pavimentação e drenagem pluvial, bem como de equipamentos como áreas de lazer, centros de saúde e creches, e serviços urbanos como limpeza de áreas públicas, serviços de saúde, de educação etc.¹⁶.

Com a apresentação desse capítulo, julgamos que o leitor, terá condições de contextualizar as análises que se seguirão nos próximos capítulos dessa dissertação. Sempre que necessário, vamos nos referir aos períodos como forma de tornar mais didática a relação espaço-tempo, no que se refere à produção do espaço urbano de Bauru e as dinâmicas atinentes a esse processo, sobretudo aquelas de ordem política e econômica, tendo em vista que os processos de reestruturação urbana e da cidade decorrem da articulação entre elas, como pudemos observar anteriormente.

O próximo capítulo tem como objetivo associar o debate do processo de produção capitalista do espaço, partindo da conformação do espaço contemporâneo de Bauru, observado no mapa 9, associado à compreensão da distribuição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos e à caracterização deles, enquanto meios de consumo coletivo urbanos.

¹⁶ Apesar de as infra-estruturas escolhidas para análise serem aquelas das redes de pavimentação e de drenagem pluvial, que tivemos o compromisso de mapear, outras infra-estruturas, além de equipamentos e serviços urbanos, foram contemplados na elaboração e aplicação do questionário junto à população. Portanto, ao longo do trabalho, referir-nos-emos a esses meios de consumo coletivo, quando necessário for à análise.

Mapa 9

Bauru. Expansão da Malha Urbana: após 2000



LEGENDA

- Malha Urbana no Período
- Hidrografia
- Ferrovia
- ▨ Malha Urbana Atual

Escala Gráfica
Aproximada

0 900 1800 m

Fonte:
Prefeitura Municipal de Bauru
Plano Diretor, 1996
Base Digital CENESPP - 2000

Org.- Márcio José Cotelan, 2008

Capítulo 2

Da produção do espaço urbano aos meios de consumo coletivo

Neste capítulo, desenvolveremos a perspectiva teórico-metodológica de compreensão dos objetos urbanos enquanto meios de consumo coletivo no contexto do processo de produção do espaço urbano.

A contribuição dada por Lojkine (1981) e Preteceille (1983) passa pela tomada de um debate que centrou as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos no âmbito da teoria marxista, em específico sob a relação entre valor de uso e valor de troca, considerando-se as “condições gerais de produção”. No sentido de adequá-los à sua perspectiva de análise, Lojkine propõe o conceito de “meios de consumo coletivo” para fazer menção às lógicas capitalistas ocorrentes na cidade que tomou não somente o solo como mercadoria, mas também tudo aquilo que o constitui.

Nesse contexto, as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos não podem ser vistos como simples objetos estruturantes da cidade, pois integram o processo de produção do espaço e, juntamente com outros elementos, outros fatores e outras dinâmicas, agregam valor ao solo urbano.

Os autores, nessa análise, apontam variações que diferenciam os meios de consumo coletivo das mercadorias que desempenham um papel de destaque no processo produtivo, ou seja, aquelas que são produzidas para agregarem valor e gerar lucro ao capitalista e, assim, sustentar o processo de produção. Neste capítulo, iremos tratar dessa diferenciação.

Também apresentaremos, para nos referirmos ao espaço da cidade, o conceito de morfologia urbana a partir das considerações de Harvey (1980), Lefebvre (1999) e Sposito (2005), autores que ampliam a compreensão desse conceito, em detrimento de uma visão mais restrita referente, apenas, à forma urbana.

Com esse debate, procuraremos demonstrar as condições da espacialização das infra-estruturas propostas para análise – redes de drenagem pluvial e de pavimentação –, articulando-as às condições atuais do espaço urbano de Bauru.

A partir deste capítulo, como também no próximo, é importante que se faça relação à periodização apresentada no capítulo 1, pois ela proporcionará, a nosso ver, maior amplitude na compreensão da produção do espaço urbano de Bauru, tendo em vista que os períodos apresentados podem oferecer, ao leitor, condições de melhor compreensão do processo de produção e do movimento das mudanças no e do espaço urbano que, por vezes, na história de constituição da cidade de Bauru, configuraram-se

em momentos de reestruturação da cidade, em decorrência das transformações econômicas e políticas que promoveram momentos de reestruturação urbana.

2.1. Os Meios de Consumo Coletivo como teoria na Produção do Espaço Urbano

Um processo de consumo é definido por uma unidade social de consumo, conjunto organizado de indivíduos, e as diferentes relações sociais, a que damos precisão, que definem a relação entre eles e suas relações com os meios de consumo. Mas pode haver, e há na maioria dos casos, vários meios de consumo apropriados neste processo, e vários tipos de relações sociais de consumo imbricados” (PRÉTECEILLE, 1983, p. 47).

Partindo de nossa proposta de pesquisa, surgiu a necessidade de ampliarmos a discussão, tendo em vista a relação entre o desenrolar da vida urbana e a produção do ambiente em que esta acontece. A vivência urbana é constituída por dimensões que ora se distinguem, ora se complementam. Duas delas – a individual e a coletiva – são responsáveis por diferenciar a forma como são consumidos os meios estruturantes do tecido urbano e da vida social. De acordo com as infra-estruturas tomadas para análise, nosso foco analítico recairá sobre os meios de consumo, na cidade, que são caracterizados como coletivos.

Isto porque, ao propormos um estudo sobre a implantação e distribuição das infra-estruturas urbanas do subterrâneo (rede de drenagem pluvial) e da superfície (rede de pavimentação), imediatamente surgiu um “vazio” teórico e metodológico, tendo em vista que havíamos tomado como perspectiva de análise a produção do espaço urbano baseada em seus aspectos político e econômico. Esse “vazio” se referia à condição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos frente ao debate do processo de produção capitalista do espaço, pois mesmo que este conceito, fundamentado pela teoria de Lefebvre, seja suficiente para abarcar a gama de processos e dinâmicas decorrentes da interação socioespacial nas cidades e designe um amplo arcabouço teórico-metodológico capaz de embasar nossa análise, pareceu-nos necessário que outros conceitos fossem somados a esse debate, tendo em vista que a minúcia na construção do conhecimento nos traz novas perspectivas de análise e novas compreensões sobre as dimensões da interação socioespacial.

Nossa compreensão sobre a preocupação referida surgiu com a leitura de “À Crítica da Economia Política”, em que Marx tratou da relação produção-consumo e que,

para nós, pareceu um campo teórico apropriado para pensarmos a distribuição desigual das infra-estruturas das redes de drenagem pluvial e de pavimentação, bem como de outros meios de uso coletivo urbanos. Para Marx (1999, p. 27):

a produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais, a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual, satisfazendo-a no desfrute.

Obviamente, Marx não estava se referindo diretamente às infra-estruturas, aos equipamentos e aos serviços urbanos –, mesmo porque o autor faz referência ao consumo individual e não coletivo –, mas os trata sob a lógica determinada pelo modo capitalista de produção, que transformou a relação entre a produção e o consumo na sociedade.

No entanto, mesmo tendo tomado a análise do autor, um conceito ainda faltava para nos referirmos às infra-estruturas propostas para análise e, também, aos equipamentos e aos serviços, de maneira genérica, de modo a colocá-los sob os processos e as dinâmicas da produção do espaço urbano. Avistamos, então, a possibilidade de agregar ao debate a contribuição teórica de Lojkin e a de Preteceille que, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, se dedicaram à construção de um conceito que pudesse explicar, à luz da teoria marxista, a condição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos como objetos que foram tomados enquanto mercadorias. Esse conceito foi denominado pelo primeiro de “meios de consumo coletivos”, ou seja, objetos urbanos inerentes ao processo de produção do espaço urbano, tomados na dimensão da coletividade.

Lojkin (1979, p. 17), ao propor o estudo do papel do Estado na urbanização capitalista, dedicou-se à análise da obra “O Capital” para, antes de se referir aos meios de consumo coletivo, demonstrar que Marx foi “levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo imediato de produção” para explicar a “‘socialização’ das forças produtivas”, ou seja, “a unidade de produção de um lado, e o processo do conjunto da produção e da circulação do capital de outro: aquilo que ele (Marx) denominou as condições gerais de produção”.

É nesse contexto que Lojkin (1979) desenvolveu sua hipótese no sentido de centrar a urbanização na teoria marxista, pois, para ele, o desenvolvimento da

urbanização capitalista repousa sobre o conceito, fundamental, de condições gerais de produção. No entanto, para Lojkin, “trata-se, por um lado, dos meios de consumo coletivo que vêm juntar-se aos meios de circulação, e a concentração espacial dos meios de produção e de reprodução das formações sociais capitalistas, de outro” (LOJKINE, 1979, p. 17).

O debate central que Lojkin (1979) expõe como essencial para compreendermos o porquê de se considerar os meios de consumo coletivo atinentes à produção dos espaços urbanos, focou-se na oposição, colocada por Marx, em relação ao consumo produtivo e ao consumo individual. No que tange às colocações de Marx, segundo Lojkin, “no primeiro, opera como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo (ao trabalhador) e realiza funções vitais fora do processo de produção” (LOJKINE, 1979, p. 18).

Para o autor, os meios de circulação material, por exemplo, participam na esfera das condições gerais de produção, estendendo-os à esfera do consumo produtivo. Nesse processo, o trabalhador converte em produto os meios de produção consumidos em um valor maior que os gastos aplicados nesses meios pelo capital. Adverte, porém, que:

A compra de mercadorias destinadas a consumir seu valor de uso é paga através de dinheiro agindo como meio de circulação e corresponde a uma despesa de rendimentos e não a um dispêndio de capital: quanto à compra de serviços, de trabalho improdutivo, é paga através de dinheiro e não através do capital. O consumo produtivo opõe-se, na esfera do consumo individual, o consumo improdutivo de valores já produzidos. À primeira vista não há nenhuma razão de colocar os meios de consumo coletivos fora da esfera do consumo final e improdutivo (LOJKINE, 1979, p. 19).

Mesmo chegando a essa análise, Lojkin (1979, p. 24) ainda se pergunta: “Os meios de consumo coletivos entram, então, na esfera do consumo final, da mesma forma que os meios de consumo individuais?”. Imediatamente ele responde:

Não, na medida em que, justamente, sua especificidade é de não ser consumido diretamente pela força de trabalho; ou seja, de não ser objeto da transformação direta do capital variável em salário, em gastos de rendimentos, que possibilitam a compra de mercadorias necessárias à reprodução individual da força de trabalho.

O consumo de meios coletivos como escolas, hospitais, creches, áreas de lazer, praças, iluminação pública, redes de água, esgoto, drenagem pluvial e pavimentação, perpassam por duas formas de apropriação: uma primeira refere-se ao valor de uso que é coletivo, já que serve a uma necessidade social coletiva; a segunda respeita ao valor de troca, determinado na apropriação do solo urbano como mercadoria, portanto não-coletivo, já que são comercializados na venda do solo urbano, com a participação daqueles que detém o capital, muitas vezes atribuído antes mesmo de seu valor de uso.

Outra consideração realizada pelo autor é que “os meios de consumo coletivos se opõem, entretanto, às condições gerais diretas da produção capitalista – a saber: os meios de circulação material (meios de comunicação) – na medida em que não acrescentam nenhum valor àquele criado no próprio processo de produção” (LOJKINE, 1979, p. 32).

Quanto aos meios de consumo coletivo, possuem capacidade de agregar valor ao solo urbano, o que deve ser relativizado, pois outros fatores como a localização da área, o tipo de atividades a se desenvolver nela, as condições históricas de constituição do grupo social ali residente etc. também participam como definidores das características que irão estabelecer uma tipologia socioespacial para cada área da cidade e, por conseguinte, atribuindo os preços dos lotes, resultando nos padrões de residências conforme o segmento social que adquirirá os lotes.

Contudo, é importante salvaguardar que os meios de consumo coletivo, além de compor o espaço construído, atribuem valor ao solo urbano, ainda que nem sempre e nem para todos seja atribuída a mesma dimensão ou mesma importância na vida cotidiana das cidades, tendo em vista que esse “valor” é um conceito qualificado no âmbito da dimensão econômica e que alguns desses meios passam, também, por valores atinentes às dimensões socioculturais. Os equipamentos como os centros culturais e as áreas de lazer são menos privilegiados do que as infra-estruturas de pavimentação, principalmente das avenidas e dos distritos industriais, e de serviços como o transporte público, diretamente responsáveis pelas condições gerais de produção dos e nos espaços urbanos.

Além disso, outras dimensões arrolam na produção do espaço urbano, além daquelas às quais acabamos de nos referir. Elas decorrem das práticas socioespaciais e caracterizam-se como mais subjetivas, pois, mesmo não sendo nossa dimensão de análise, devemos atribuir-lhes importância, já que são de extrema relevância numa

pesquisa social. No cotidiano urbano, os meios de consumo coletivo são associados, com frequência, ao bem-estar da população nas cidades¹⁷. No entanto, muitas infra-estruturas, muitos equipamentos ou serviços urbanos caem no desuso do ideário popular, sendo lembrados conforme o grau de problema e deficiência que sua ausência causa aos moradores. Nosso alerta a esse fato advém da preocupação com pesquisas que se dedicam a avaliar as contradições do espaço tomando os meios de consumo coletivo como variável que, por considerá-los apenas enquanto dados quantitativos, acabam por compreendê-los mais no plano empírico, minimizando o debate em torno da caracterização teórica que, a partir deles, pode ser realizada.

O conceito de meios de consumo coletivo amplamente desenvolvido por Lojkin (1979), também aparece na obra de Preteceille (1983), já em seu estudo sobre a produção dos grandes conjuntos habitacionais na França no ano de 1973. A partir de então, o autor passou, juntamente com Lojkin, a realizar um amplo debate sobre a relação da produção e do consumo dos meios coletivos urbanos e seus efeitos sociais na vida urbana. Contudo, Preteceille, a nosso ver, considerou outras dimensões que nos permitem avaliar as dinâmicas dos meios de consumo coletivo.

A análise do autor em relação ao conceito de “meios de consumo coletivo” apresenta alguns desafios, que ele expõe:

Há, certamente, dificuldades no plano empírico para distinguir, no caso de alguns equipamentos coletivos, em que medida são meios de produção ou meios de consumo visto que um mesmo valor de uso intervém em processos sociais de natureza diferente: é o caso da estrada, por exemplo, que serve, ao mesmo tempo, aos deslocamentos individuais e ao transporte de mercadorias. Mas esta dificuldade pode ser superada, precisamente pela análise concreta dos processos sociais; pode-se estudar o tráfego do qual a estrada é o suporte, identificar e mesmo medir os diferentes modos, produtivos ou não, de seu consumo e caracterizar as relações sociais, de propriedade e de apropriação real destes modos (PRETECEILLE, 1983, p. 42).

¹⁷ Muitas pesquisas dedicam-se a apontar esse bem-estar por meio da noção de qualidade de vida. Em nosso trabalho, tomamos o cuidado de não utilizar essa noção, já que não se configura como um conceito e, ainda que se configurasse, não o adotaríamos, pois, a nosso ver, a qualidade de vida envolve todas as dimensões da vida social, portanto, seria um erro afirmar que determinado grupo social possui qualidade de vida porque foi colocado à disposição dele essa ou aquela infra-estrutura, esse ou aquele equipamento ou serviço urbano. Isso seria sim dizer que, quanto mais se estrutura o espaço da cidade, maior será o nível de qualidade de vida; portanto, seria dizer que a estrutura material da cidade possuiria maior importância que as dinâmicas geradas sobre ela.

Preteceille ainda nos apresenta outras observações quanto ao conceito de meios de consumo coletivo. Para o autor, essa noção diz respeito a duas abordagens: a econômica e a sociológica.

Esta distinção é, no entanto, fundamental, do ponto de vista econômico e sociológico, pois se é verdade que os equipamentos coletivos vinculados à produção e à circulação participa, do movimento geral de socialização, eles devem ser analisados dentro da esfera onde produzem seus efeitos (PRETECEILLE, 1983, p. 42).

As dimensões que Preteceille expõe e que são referentes ao conceito em análise revelam-nos um importante ponto a ser considerado: a idéia de que um trabalho como o nosso pode passar a idéia de desvinculação e/ou negação do espaço, tendo em vista que o debate apresentado refere-se aos meios de consumo coletivo. A partir disso, o leitor poderia apontar em nosso trabalho um esvaziamento da perspectiva analítica da teoria da produção do espaço, fundamentada por Lefebvre, que endereçava críticas à análise de Preteceille, afirmando tratar-se de um esquema simplista da abordagem marxista sobre o urbano, já que, para ele, Preteceille foi temerário em realizar uma análise do urbano e de seus aspectos econômicos em demasia voltada para questões como a especulação e o preço do solo (LEFEBVRE, 1990, p. 64). Mesmo assim, Lefebvre (1990, p. 64) reconhece que Preteceille não está errado, mas que o que este autor diz configura apenas “parte de uma nova e imensa realidade que a gente examina mais ou menos”.

A crítica realizada por Lefebvre origina-se de sua contribuição ao propor como abordagem “o conceito de produção capitalista que conseguiu, segundo ele, produzir o espaço sem o espaço”, a qual o autor centrou a cidade como produção de uma dimensão muito além daquela material e de dinâmicas como as do mercado. A produção “de espaço sem o espaço” exige-nos abstrações, muito além de uma dimensão de análise. Para Lefebvre (1990, p. 64) ao “estudar o espaço é necessário estudar o modo de produção em sentido integral”.

Como compromisso, apontamos que, apesar de adotarmos o conceito e o debate que Lojkin e Preteceille realizaram sobre os meios de consumo coletivo, nosso objetivo é tomá-lo simultaneamente à perspectiva analítica da produção do espaço. Primeiro, porque se trata de um enfoque pautado no arcabouço teórico-metodológico de perspectiva crítico-analítica e, segundo, porque os meios de consumo coletivo não flutuam sobre o espaço, assim como o solo urbano é, incondicionalmente, resultado da

relação capitalista de produção. A análise deve ser compreendida amplamente; fragmentá-la é um erro que priva a análise do empírico e de novas perspectivas teóricas.

Para Jaramillo (1986, p. 19), o conceito de meios de consumo coletivo trabalhado, sobretudo, nas Ciências Sociais, para muitos autores uma expressão imprecisa, “gerou intermináveis debates nos quais foi impugnada, reformada, foram redefinidos seus conteúdos, se propuseram substitutos, etc., mas por motivos pragmáticos sempre se voltou a ela”. Outro ponto importante encontrado na compreensão do autor é o referente à relação dos usos coletivos com o espaço. Jaramillo (1986, p. 25) considera, em sua análise do conceito de meios de consumo coletivo, duas importantes dimensões, a nosso ver, que são a espacial e a política.

Assim, o autor chega a uma análise da urbanização capitalista, observando que, na produção da cidade, caracterizada pela relação entre o capital individual e coletivo, o Estado assume parte da provisão dos meios de consumo coletivo. Esse processo intensifica-se, sobretudo, quando os espaços urbanos atingem um porte demográfico que não é acompanhado, paralelamente, pela dotação desses meios. Jaramillo (1986, p. 25) reconhece esse processo quando observa a relação da expansão territorial urbana e os meios de consumo coletivo. Segundo o autor:

vemos que quando as aglomerações urbanas ultrapassam uma certa magnitude, começam a ter importância atividades que de outra maneira não teriam porque tê-la: o transporte e as comunicações intra-urbanas, a eliminação dos dejetos, a regulação do tráfego, o controle da contaminação, etc. Mas para que essas aglomerações cumpram efetivamente os papéis de potencializar a acumulação capitalista, são necessários valores de uso adicionais: provimento de energia de uso industrial e doméstico, água potável, espaço construído para moradia e outros usos, educação, áreas de recreação, seguranças, serviços de saúde, etc.

Tal complexidade na estruturação dos espaços urbanos apresenta, muitas vezes, algumas indefinições, já que complexificam, também, a relação entre as dinâmicas e os processos, dados por um movimento dialético. Para Preteceille (1983, p. 43), tais indefinições advêm de um debate frágil no que se refere à natureza social dos meios de consumo, haja vista que se prioriza muito mais a dimensão econômica, portanto com um debate que não avançou em definições de categorias como o individual e o coletivo, o público e o privado, o quantitativo e o qualitativo. Para o autor a distinção, sobretudo do que seja individual e do que seja coletivo,

é interessante na medida em que circunscreve uma questão importante, ou seja, a das relações econômicas de produção e circulação dos referidos serviços coletivos, mas tem o grande defeito de ignorar a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a própria natureza dos processos de consumo, a especificação e a significação do seu caráter mais ou menos individual ou coletivo, e das relações sociais que os organizam.

A preocupação do autor passa por uma crítica de abordagens normativas que tentam subscrever “uma nomenclatura universal das necessidades do homem e dos meios de as satisfazerem, afastando inteiramente qualquer especificidade social das necessidades, qualquer reflexão sobre os modos de vida das diferentes classes sociais e as determinantes ligadas à sua posição dentro da produção”¹⁸ (PRETECEILLE, 1983, p. 43).

Além das abordagens que Preteceille identificou, seguidas das abordagens que Lojkin (1979), ele próprio (1983) e Jaramillo (1986) fazem a partir da teoria marxista, ainda podemos apontar outra: a perspectiva do bem coletivo (HARVEY, 1980). Essa vertente nos traz preocupações em relação à ampla compreensão teórica e metodológica da produção do espaço urbano e a disponibilização dos meios de consumo coletivo urbanos. Cabe a nós, ainda que não exaustivamente, apontar como essa perspectiva é circunscrita no processo de produção socioespacial.

Um primeiro risco que tal perspectiva poderia oferecer refere-se ao fato de serem os meios de consumo coletivo importantes organizadores e indicadores sociais e territoriais, já que, apesar de sua ausência expressar muitos problemas urbanos, esses deverão ser tomados enquanto dinâmicas e processos que levam à conformação desses problemas, avaliando-se quais desdobramentos isso pode acarretar a cada cidade, conforme sua condição socioespacial e as dinâmicas advindas das dimensões política, econômica e técnica na forma de distribuição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos.

¹⁸ O autor apresenta-nos duas correntes teóricas desenvolvidas de acordo com as abordagens econômicas sobre os meios de consumo coletivo. A primeira corrente, segundo Preteceille (1983, p. 44), analisa os meios de consumo coletivo como aparelhos ideológicos do Estado, de inspiração Althusseriana, “colocando em destaque suas funções de repressão, de integração, de hegemonia política e ideológica. A segunda corrente, segundo ele, foi inspirada na linguagem de Deleuze e Guatarri, de perspectiva neofreudiana, [...] que considera os equipamentos coletivos como um meio de territorialização, de fixação dos fluxos libidinosos”. Porém segundo o autor, “a crítica principal que se pode fazer a estas abordagens é a de alocarem indistintamente a todos os equipamentos coletivos, considerados neste caso como um todo homogêneo, a mesma função de dominação-repressão, o mesmo estatuto de aparelho ideológico do Estado, isto é, o mesmo modo de determinação unívoco como expressão dos interesses (políticos e ideológicos, sobretudo) da classe dominante”.

No processo de produção da cidade, a criação de novos espaços a serem consumidos, articula a sociedade ao conteúdo territorial dos espaços que produz e dos quais se apropria, ou seja, ao se criarem novas áreas, produzem-se novas necessidades individuais e coletivas.

Quanto mais se adensa a cidade, apesar da relevante presença de meios de consumo coletivo, convém destacarmos, assim como Santos (1994), que apenas uma parte da sociedade e da economia dispõe de poder no direcionamento da distribuição dos meios de consumo coletivo, isso porque esses meios foram tomados, pelo processo de produção capitalista, por seu valor de troca, que significou inserir as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos no âmbito da produção e do consumo (SANTOS, 1994, p. 141).

Sendo assim, como afirmamos, eles expressam a desigualdade socioespacial urbana, tendo em vista que o substrato urbano é fruto das interações entre a base material e as relações sociais. Porém, seria um risco epistemológico dizer que o substrato urbano é resultado muito mais das determinações de uma ou de outra e, por isso, de nosso ponto de vista, considerar as interações entre ambas trará maior amplitude à compreensão do processo de produção espaço urbano, bem como às dinâmicas e aos processos a ele atinentes.

A perspectiva analítica dedicada às lógicas da produção capitalista do espaço, no entanto, tende a demonstrar com maior clareza as contradições geradas ao consumo dos meios coletivos urbanos, pois ela põe ao debate as contradições urbanas como a diferenciação socioespacial segmentada, que se reflete na morfologia urbana. Porém, no que tange à perspectiva de análise do “bem coletivo”, observa-se que essa subjuga as contradições da interação socioespacial, caindo no discurso do porvir, cujas abstrações permeiam um conjunto de idéias que podem causar interpretações reducionistas dos processos contraditórios encontrados na espacialização dos meios de consumo coletivo urbanos, com uma análise muito direcionada às expectativas de igualdade socioespacial, o que, em parte, torna menos inteligível, em âmbito teórico e empírico, o caminho para o debate sobre as contradições e as desigualdades socioespaciais geradas no âmbito do modo capitalista de produção, porém impressa e expressa em diferentes condições em cada cidade, seja pela forma como foi produzida, segundo decisões tomadas na escala local, seja pelo fato de serem essas cidades pequenas, médias ou grandes.

A perspectiva de análise do bem coletivo refere-se ao direito às necessidades básicas urbanas, podendo, conforme o direcionamento da análise, subverter as contradições ocorrentes na produção do espaço urbano. Apesar de alguns dos meios de consumo possuírem características de coletivo, já que devem ser implantados e distribuídos para toda a população urbana, na lógica capitalista de produção do espaço urbano o coletivo designa apenas, aquilo que é utilizado por muitos, porém não necessariamente por todos. Isto porque a distribuição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços, no processo de produção do solo urbano, tornou-se bem balizador da relação entre o valor de troca e o valor de uso, assim como, também, decorre dessa relação.

Lojkin (1981, p. 161) associou a relação de valores de troca e de uso com a teoria do bem coletivo afirmando que:

O erro da teoria do “bem coletivo” é de ter suprimido a contradição valor de uso/valor, ao reduzir os equipamentos coletivos apenas ao seu valor, isto é, apenas à sua medida social pelo tempo de trabalho abstrato; erro correlativo seria o de só considerar o caráter indivisível e coletivo dos “bens coletivos” fazendo abstração das relações sociais capitalistas que modificam seu valor de uso para integrá-los na produção mercantil.

A perspectiva do bem coletivo, em concordância com os apontamentos de Lojkin, é incompatível com uma análise sincera das contradições atinentes à relação entre a produção do solo e o consumo de meios coletivos urbanos. A presença ou ausência de infra-estruturas, de equipamentos ou de serviços urbanos gera nuances no modo de vida urbano, pois dão condições à habitabilidade coletiva urbana que acontece nas ruas, numa praça, num parque, numa creche, num centro de saúde, ou seja, em muitos meios de consumo coletivo capazes de proporcionar a vida urbana, além do convívio no âmbito da casa.

No entanto, essa habitabilidade coletiva na cidade pode ser interferida pelo fato de os meios de consumo coletivo terem sido tomados como uma mercadoria que, mesmo reservando suas diferenças com os objetos produzidos para o consumo individual, ainda sim são absorvidos pelo mercado imobiliário urbano que os submetem sob seus interesses capitalistas, movimento que aponta a impossibilidade de observarmos as cidades, do ponto de vista científico, enquanto um ambiente do bem coletivo. Essa perspectiva nos levaria a um discurso reducionista e bastante saudosista

ao tratarmos a dimensão da coletividade, já que nossa perspectiva analítica tem compromisso com a crítica das contradições ocorrentes no urbano.

No entanto, é importante destacar que, mesmo assumindo os meios coletivos urbanos como um dos balizadores do valor de troca do solo urbano, devemos ser cautelosos ao interpretá-los como geradores de lucro na produção da cidade. Equipar o solo urbano para comercializá-lo é condição básica, já que o preço de uma gleba pode, e muito, depender do grau de dotação de infra-estruturas, de equipamentos e de serviços urbanos que, se implantados, podem aumentar a margem de lucro do loteador. Mas isso depende do padrão socioeconômico a que se destina o loteamento, pois, em áreas onde os lotes podem ser comercializados mediante altos preços, os gastos com a implantação dos meios de consumo coletivo, considerados altos tanto pelos loteadores como pelo poder público¹⁹ tendem a ser revertidos ao loteador na venda dos lotes. Além disso, segundo Singer (1982, p. 24), pode ocorrer que a “valorização da gleba” seja “antecipada em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um certo período que pode ser bastante longo, até que as condições propícias se tenham realizado”.

A condição atual de estruturação do espaço urbano de Bauru demonstra, claramente, este jogo de forças, pois os inúmeros loteamentos implantados nos períodos de reestruturação urbana e da cidade, destacados no capítulo anterior, configuraram uma cidade carente de meios de consumo coletivo, pois, segundo a lógica capitalista, principalmente nos períodos em que a estrutura jurídica ainda não dispunha de instrumentos à regulação das lógicas de atuação dos agentes do mercado imobiliário urbano, muitas das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos foram implantados somente após a ocupação dos loteamentos, sendo que algumas, como a rede de drenagem pluvial e a de pavimentação, ainda inexistem em muitos bairros de Bauru, como veremos à frente.

Portanto, ao explicitarmos a origem do debate sobre a teoria dos meios de consumo coletivo, devemos avançar na hipótese de demonstrarmos a complexidade advinda das interações socioespaciais dadas no processo de produção do espaço urbano em Bauru. É a partir desse processo e de seus períodos de mudanças, tanto das dinâmicas como de sua morfologia, que direcionaremos nosso debate no que tange à

¹⁹ Em todas as entrevistas com membros do poder público, foi destacado que a implantação de meios de consumo coletivo, necessários e exigidos anteriormente à venda dos lotes, demanda gastos exorbitantes, sendo que, quando se trata de um loteamento destinado à população de baixa renda, tenta-se, de muitas maneiras, não implantá-los ou reduzir a sua densidade de implantação.

produção do espaço urbano em suas relações com as condições gerais de produção e aos meios de consumo urbanos que se configuram como coletivos.

2.2. Morfologia Urbana: A condição espacial da cidade

A morfologia urbana, enquanto conceito, apresenta-se, nesta dissertação, como esforço de superação da visão dicotômica entre forma espacial e processo social, duas dimensões que podem nos lançar em um abismo de complexidade se entendidas separadamente, tal como afirma Harvey (1980, p. 34). No que tange à nossa temática, correríamos o risco de nos aprofundarmos nesse abismo, caso considerássemos a forma urbana como conceito norteador desta pesquisa, cujo compromisso é desvendar implicações advindas da relação entre a forma urbana e o processo social, de modo a captar os movimentos socioespaciais.

Como esclarecimentos e justificativas de nossa escolha teórica e metodológica ao adotarmos o conceito de morfologia urbana ao invés de forma urbana, apresentamos as idéias de Harvey (1980) sobre a relação entre forma urbana e processo social. O autor dedica um capítulo da obra “A justiça social e a Cidade” para esclarecer possíveis variações na compreensão da relação entre a forma urbana e o processo social, tendo como objetivo ressaltar a necessidade de desenvolver uma teoria urbana capaz de gerar um amplo debate, a partir da interação entre tais interpretações da realidade.

Para Harvey (1980, p. 35),

essas translações permitem-nos dizer alguma coisa sobre as implicações de um estilo de análise para outro. É como passar de um resultado geométrico para um algébrico (e vice-versa) naquelas duas linguagens, isso significando duas maneiras diferentes de dizer a mesma coisa. Contudo, o problema a respeito da transição forma espacial-processo social é que não há regras bem estabelecidas para isso. Sob certas condições podemos construir estruturas para alcançar simultaneamente as duas dimensões.

Ao propormos um estudo sobre a produção do espaço urbano, estabelece-se compromisso com a análise das contradições e, para tal, devemos nos afastar de qualquer pensamento estruturado em fragmentos e/ou segmentos auto-explicativos. A cidade é estruturada em, pelo menos, duas dimensões mais importantes – a física e a

social –, sendo que a primeira apresenta-se como mais visível do que a segunda, pois se atrela muito mais à forma, mesmo sendo gerada no mesmo campo de processos e dinâmicas sociais, cujos conteúdos advêm da relação entre ambas as dimensões.

Os meios de consumo coletivo urbanos, responsáveis por parte da estruturação da cidade, não podem vir a ser subjugados apenas à dimensão física do processo de produção do espaço urbano, sendo que estes também possuem a característica de promover e dignificar a vida social urbana, bem como resultam de decisões e interesses que se estabelecem no plano da sociedade e não são meramente técnicos.

A cidade é composta, em seu processo, por variadas formas e funções diferenciadas quanto ao conteúdo. Para se entender a cidade, bem como as práticas que decorrem da vivência em seus espaços, não basta olharmos para a forma material, pois imediatamente ela se tornaria vazia quando buscarmos o conteúdo geográfico da realidade urbana.

A partir de Lefebvre (1999), podemos ampliar nosso debate iniciado com as idéias apresentadas por Harvey (1980).

Há uma necessidade morfológica (a do geógrafo e, talvez, também a do urbanista) do fenômeno altamente complexo. Há uma leitura tecnológica (a do administrador, a do homem de Estado e do Político que estuda os meios de intervenção). Há também uma leitura do possível (e do impossível) que fornece uma imagem das variantes da existência finita, a do ser humano, oferecidas pela vida urbana no lugar da unidade tradicional que encerra “pulsões” e valores na sua estreiteza (LEFEBVRE, 1999, p. 108).

Para uma compreensão que vai além da forma urbana e da apreensão do desenho que o visível propicia, em primeiro plano, devemos adotar uma análise morfológica, tal como destaca Lefebvre (1999), pois a análise da cidade e de seus problemas perpassam sua estrutura física, mas também as condicionantes do processo de produção do espaço abarcando fatores políticos, econômicos, culturais e artísticos, todos compreendidos no âmbito do processo social. Por isso, jamais a forma urbana, mesmo se considerados seus elementos teóricos, como vimos com Harvey (1980), daria conta de sustentar nossa hipótese que indica que a interação entre o processo social e a forma urbana pode ser traduzida pelo conceito de “morfologia urbana”.

A forma urbana remete-nos ao plano urbano. Se nos basearmos apenas nela, poderemos ver a disposição das infra-estruturas e dos equipamentos, todos justapostos na cidade, podendo passar despercebidos os processos e as dinâmicas que os

constituem. Por meio da forma urbana, nossas interpretações do processo de produção do espaço urbano talvez se apresentariam com alguns déficits de compreensão, mesmo para quem concorda que nossa análise poderia se dar com o mesmo ganho no debate. Ao considerarmos a morfologia urbana enquanto conceito de maior amplitude teórica, estamos nos colocando à mercê de processos dialéticos capazes de oferecer múltiplas interpretações no que se refere à alocação dos meios de consumo coletivo na cidade a partir das relações entre formas e processos.

Para a compreensão da atual morfologia urbana de Bauru, devemos focar nossa atenção na análise da distribuição das redes de drenagem pluvial e de pavimentação e demonstrar, por meio delas, nesse momento, a condição de estruturação física da cidade de Bauru, proporcionando maior articulação entre a dimensão teórica e a empírica de nossa dissertação.

2.3. Morfologia da cidade de Bauru: condições atuais

O quadro atual de espacialização dos meios de consumo coletivo em Bauru revela as contradições decorrentes do processo de produção desigual dos espaços urbanos, compreendidos por determinantes ocorrentes no âmbito tanto da economia política da urbanização como da economia política da cidade. O processo de alocação e composição desses meios em sua estrutura física e social, promovido por agentes produtores do espaço urbano, público e privados, gerou um espaço urbano caracterizado pela desigualdade, no que se refere à estruturação e ao consumo do solo urbano.

A estruturação desigual do espaço urbano pode ser compreendida por meio da distribuição espacial desigual dos objetos urbanos. As infra-estruturas, os equipamentos e os serviços, reproduzem essa relação, pois são, juntamente com as edificações, elementos importantes para a análise das dinâmicas e dos interesses segundo os quais se produz a cidade.

As infra-estruturas que compõem a rede de drenagem pluvial e a rede de pavimentação das vias públicas em Bauru foram, desde a origem desta cidade, fruto de muitos debates para o planejamento e a gestão urbanos, tendo em vista a importância dessas infra-estruturas desde o momento de estruturação da primeira

gleba. A análise morfológica da cidade de Bauru e a representação da distribuição das infra-estruturas, por meio dos mapas temáticos que serão apresentados à frente, ampliarão a compreensão da relação, que destacamos no tópico anterior, entre a forma espacial da cidade e o processo social da vida urbana.

Em décadas de intenso crescimento da malha urbana de Bauru, sobretudo no período que compreende as décadas de 1950 a 1980, como vimos no capítulo anterior, houve poucos benefícios por parte dos loteadores das glebas, acarretando um ônus exorbitante aos cofres públicos na atualidade e à vida da população (GHIRARDELLO, 1992).

Esse fator também contribuiu para que a cidade de Bauru fosse produzida de forma desigual, resultando em bairros cuja pavimentação não foi precedida ou acompanhada da implantação da rede de drenagem pluvial, além de haver outros loteamentos que não receberam nenhuma dessas infra-estruturas. Essa relação se associa com o tipo de gestão e de planejamento urbanos que caracterizam o poder público e sua atuação no processo de sistematização do uso e da ocupação do solo.

Machado e Silva (2001) realizaram um estudo intitulado “Serviços Urbanos em Rede e Controle Público do Subsolo: novos desafios à gestão urbana”, na cidade de São Paulo, e destacam que “o controle público do subsolo não se afigura mais como simples componente auxiliar de gestão do espaço físico da cidade, mas como elemento necessário à promoção da justiça social no espaço urbano” (MACHADO e SILVA, 2001, p. 102).

Além desse ponto, outros levantados pelos autores em relação à produção do espaço, tanto no subterrâneo como na superfície, contribuem para a reflexão sobre nossa problemática, dentre eles: (1) a ofuscada visão democrática na distribuição dos meios de consumo coletivo, participada pela gestão e pelo planejamento urbanos; (2) a relação entre as infra-estruturas e as necessidades sociais, pouco exploradas pelos gestores e planejadores urbanos; e (3) a desvalorização de uma política urbana interessada em ampliar a discussão da relação entre meios de consumo coletivo e o bem-estar na cidade (MACHADO e SILVA, 2001).

Como podemos perceber, esse estudo levantou uma série de problemas decorrentes da produção do espaço urbano, dos quais procede a relação de apropriação do solo da cidade que não é somente a da superfície, mas também a do subterrâneo, no que se refere à presença de meios de consumo coletivo.

Considerando a diversidade de dimensões analisadas por esses autores, associando-as à realidade da cidade média pesquisada, observa-se que esse conjunto de problemas não é específico somente das metrópoles. A produção da cidade, independentemente de seu porte, perpassa pelo conjunto de problemas destacados pelos autores, salvaguardando as diferenças teóricas e empíricas que nos possibilitam compreender processos e dinâmicas das metrópoles, das cidades médias ou das cidades de menor porte.

Na configuração da distribuição espacial das redes de drenagem pluvial e de pavimentação da cidade de Bauru, apresentam-se enclaves de deficiência ou ausência delas, geradas por fatores históricos originados do modelo de produção e consumo do solo dessa cidade. Entre eles, destacamos: a urbanização guiada pela dinâmica de mercado, as intervenções estatais na economia urbana, os modelos de gestões e de planejamento estabelecidos sob a noção ideológica do bem coletivo e a aceitação coercitiva da negociação do solo urbano como mercadoria, cujo valor de troca sobressai ao valor de uso.

A distribuição dos meios de consumo coletivo urbano em Bauru é desigual, sendo que, na maioria dos bairros, se percebem níveis diferenciados de presença desses meios, dependendo do período de implantação do bairro, da importância na dinâmica política e econômica de gestão da cidade, e das condições socioeconômicas de seus habitantes.

Em Bauru, a maior parte dos loteamentos implantados, anteriormente à Lei 6766/79 e ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), foram aprovados com a ausência da rede de drenagem pluvial e de pavimentação. Ocorre que a gestão e o planejamento urbanos, muitas vezes, foram tomados mais em sua dimensão política e econômica que em sua dimensão técnica, sendo que essa escolha facilitou os interesses dos loteadores em implantarem o menor conjunto possível de meios de consumo coletivo para, assim, ampliar seu lucro com a venda dos lotes da gleba, sob a aprovação da análise técnica da Prefeitura Municipal.

O Plano Diretor aprovado em 1996 expõe a condição da pavimentação de forma breve e, ainda, justifica a ausência da pavimentação em muitos dos bairros da cidade como critério para coibir a especulação imobiliária. A forma como o texto do Plano Diretor é posto possibilita-nos entender que a ausência de asfalto nos diversos bairros em Bauru explica-se como critério do poder público em não deixar que os

preços dos lotes sejam elevados pelo mercado imobiliário. O texto explica que “a ocupação dos lotes pelas edificações em geral dá-se antes das ruas terem pavimentação, sendo exceção os núcleos habitacionais” (PLANO DIRETOR, 1996, p. 64). Não bastasse, o texto complementa que:

a pavimentação, embora seja indutor para ocupação, gera indiretamente a especulação da terra ociosa que passa a adquirir maior valor de forma rápida. O critério para a pavimentação deve contemplar esse fato, evitando o aumento em demasia do preço da terra e consequentemente a impossibilidade da aquisição de lotes pelas camadas sociais menos favorecidas, acabando por “empurrá-las” para a periferia onde a terra é barata, mas não suprida de infraestrutura.

Ao contrário do que o texto deixa expresso, o poder público possui maneiras legislativas de coibir a especulação imobiliária sem ser necessário assumir tal postura, que demonstra com evidência a submissão e/ou parceria com o mercado imobiliário. Reconhecemos que a época de elaboração do Plano Diretor é anterior ao Estatuto da Cidade, porém a Lei 6766/79 e a Lei municipal 2339/82 já eram instrumentos que ofereciam formas legais para exigir do loteador a instalação dos meios de consumo coletivo necessários à implantação de um loteamento, sem deixar que isso tornasse o acesso à terra inviável.

Diante disso, podemos reconhecer que os segmentos sociais de baixa renda são “afastados” para loteamentos poucos dotados de meios de consumo coletivo por conta da justaposição dos interesses políticos e econômicos entre o mercado imobiliário e o poder público, às vezes compostos pelos mesmos indivíduos, pelas mesmas instituições, entidades ou agências.

No que se refere à explicação da espacialização da rede de drenagem pluvial, o texto limita-se a um parágrafo composto por três linhas referentes à terceirização dos serviços de implantação das galerias pluviais e à fabricação de tubos de concreto pela Prefeitura Municipal de Bauru.

A análise trabalhada expõe outro conteúdo do Plano Diretor de 1996, o relativo à setorização territorial da área urbana de Bauru. Dentre as várias zonas de expansão da cidade, somente a Zona Sul é reconhecida como ideal à expansão territorial da cidade, já que não possui barreiras naturais ou artificiais que impeçam o crescimento da malha urbana, como foi definido no texto desse Plano Diretor:

A expansão urbana, por sua vez, está condicionada a NO pela presença de muitas linhas de transmissão da CESP e pela condição do solo que é de grande risco a processos erosivos. À SO, a área de encosta do Vale do Rio Batalha é manancial abastecedor de topografia acidentada e de interesse à preservação, devido a existência de muitas nascentes que deságuam no Rio Batalha. À NE, embora ainda existam áreas disponíveis para a ocupação, o limite de município com Pederneiras está muito próximo, restringindo a ocupação neste setor. À SE, onde a topografia e o tipo do solo são mais favoráveis à ocupação, existe grande área de cerrado de interesse à preservação, considerando estar todo o município devastado de mata nativa (PLANO DIRETOR, 1996, p. 141).

Segundo o parecer do Plano Diretor, o setor menos propício aos problemas com a ocupação do solo para uso urbano é a Zona Sul; não por acaso é esse o setor de maior especulação imobiliária, com o preço dos lotes mais elevados. Como vimos no capítulo 1, é nessa área que, a partir da década de 1980 e, principalmente, a de 1990, inicia-se o vetor de expansão da verticalização e da implantação de loteamentos fechados.

Para Alves (2001, p. 118):

O que de fato vai diferenciar a ocupação e o desenvolvimento desigual desses bairros é que, desde o início da formação urbana de Bauru, a classe econômica mais alta, apoiada pela maioria absoluta dos representantes do poder político [...], prefeitos e vereadores, vai colaborar para a afirmação e regulação por leis urbanísticas, como a lei de zoneamento e os planos diretores, para que ela ocupasse as regiões sul, sudeste e sudoeste, preferencialmente.

Por esse motivo é que, ainda segundo o autor, no final da década de 1980 e início da década de 1990, concede-se por meio de uma comissão de zoneamento, composta por membros da Prefeitura Municipal de Bauru, a aprovação de leis para se construir grandes equipamentos nessas áreas, como: *shopping centers*, hotéis e clubes de elite, além de outros incentivados por esses, como: hospitais, clínicas particulares, galerias de lojas de grifes etc.

Alves (2001, p. 105) destaca dois pontos importantes que abriram possibilidades para que o “processo especulativo desqualificado” (definição do autor) acontecesse:

O primeiro deles, o que lhe era facultado o direito de aprovar ou não os parcelamentos; o segundo é que existiu uma participação dúbia e promíscua entre os agentes aprovadores de projetos municipais que eram também topógrafos, desenhistas, projetistas, engenheiros e

arquitetos que prestavam serviços aos investidores privados. Também como é de conhecimento público e histórico em Bauru, alguns políticos, prefeitos e vereadores foram alguns dos maiores promotores desse tipo de parcelamento desqualificado do solo de Bauru.

A ausência de discernimento entre as práticas políticas, econômicas e técnicas encontrada em todos os períodos analisados por nós anteriormente configuraram inúmeros problemas que se expressam numa fragilidade estrutural presente no espaço urbano. Atualmente, as redes de drenagem pluvial e de pavimentação são os meios de consumo coletivo que, em função de sua ineficácia, causam maior preocupação aos órgãos e técnicos responsáveis por sua implantação, envolvidos com a gestão e o planejamento urbanos. Tal ineficácia decorre de ausência, insuficiência ou deterioração da rede de drenagem pluvial e da rede de pavimentação, o que tem causado problemas em toda a área urbana de Bauru, “até mesmo em áreas especulativas privadas destinadas para as populações de maior poder aquisitivo, porém que foram loteadas e aceitas pelo poder municipal sem qualquer um dos benefícios de infraestrutura” (ALVES, 2001, p. 106).

Cabe, nesse momento, apresentarmos com maior acuidade a configuração territorial das redes de infra-estrutura, que nos dedicamos a analisar e mapear, dando continuidade ao debate que vimos realizando.

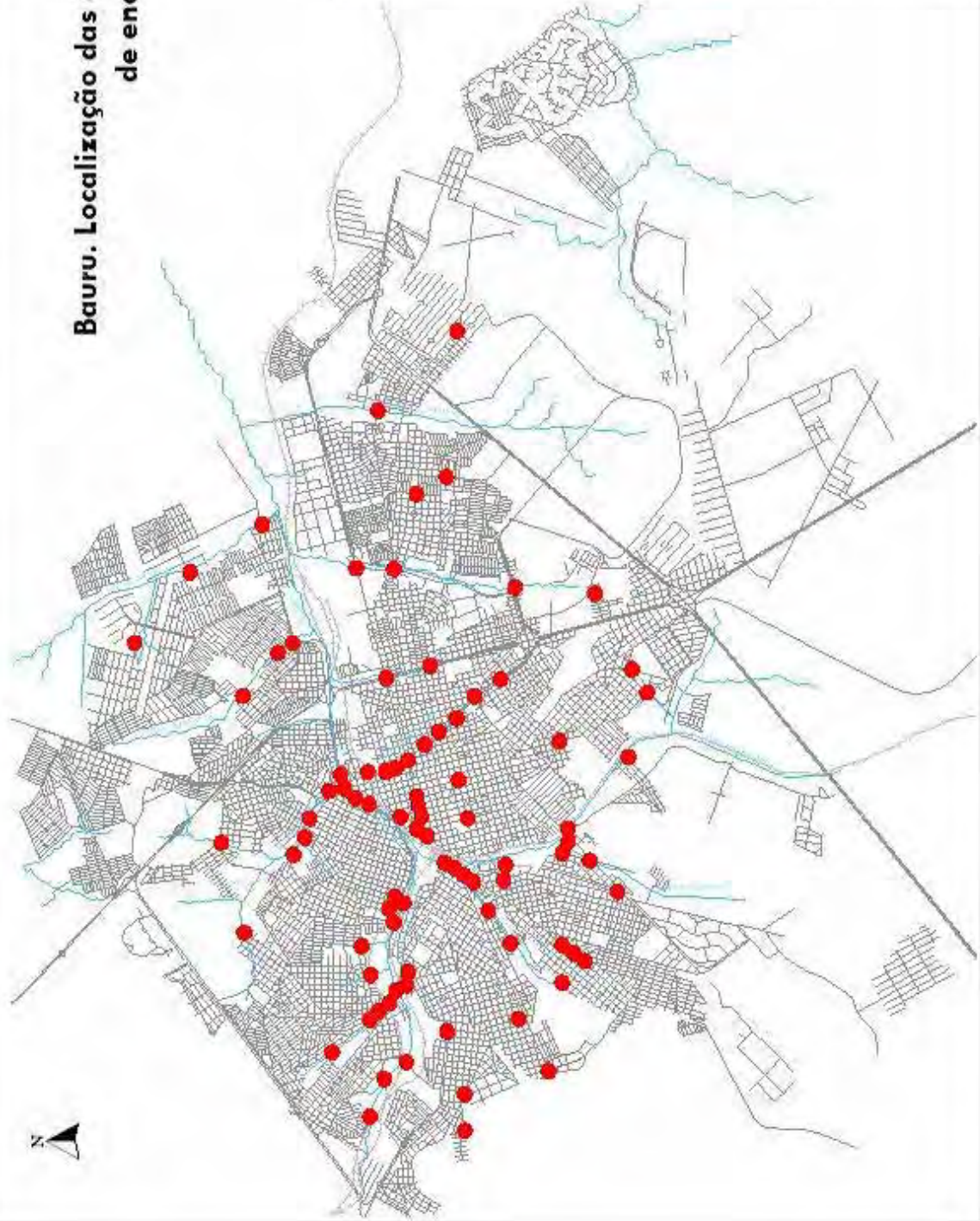
2.3.1. Do subterrâneo à Superfície

O espaço urbano de Bauru convive, atualmente, com muitos problemas associados à ausência de meios de consumo coletivo suficientes para proporcionar um ambiente de bem-estar à população em muitas áreas da cidade: as enchentes (como podemos observar no Mapa 10); as erosões em vias sem pavimentação e com pavimentação (como podemos observar no Painel 5); além da ausência ou deficiência de infra-estruturas, como a pavimentação, as galerias pluviais, as bocas-de-lobo, os equipamentos, como as áreas de lazer e os centros de saúde, e serviços, como a limpeza de áreas públicas. Todos esses podem ser indicados como os principais problemas decorrentes da insuficiente disponibilização de meios de consumo coletivo²⁰.

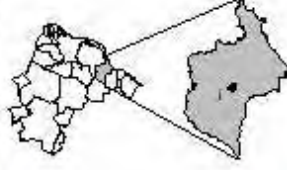
²⁰ Os meios de consumo coletivo citados são aqueles de maior carência em todas as áreas da cidade que visitamos em nossos trabalhos de campo.

Mapa 10

Bauru. Localização das áreas de ocorrências de enchentes. 1950 - 2000



Localização:
Brasil - São Paulo - Bauru



LEGENDA

- Áreas de ocorrências de enchentes
- - - - - Ferrovia
- Hidrografia
- + Malha Urbana

Escala Gráfica
0 1 2 Km

Extraído de Cotelaro, 2006.

PAINEL 5

Bauri, Erosões nas vias.



Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Organizador: Márcio José Catalan

O mapa 10 demonstra a existência de 85 áreas de ocorrência de alagamentos, desde áreas cujo problema advém do subdimensionamento da rede de drenagem pluvial até áreas cujo problema se apresenta mais simples, como o entupimento das bocas-de-lobo, mas o que, porém, causa transtornos para a população que reside naquele local onde a água escoar pela via ou se concentra nela.

Não obstante, os meios de consumo coletivo mais destacados pela população são aqueles diretamente associados ao cotidiano, ou seja, aqueles que configuram problemas sempre presentes nos bairros ou mesmo em toda a cidade na visão dos moradores. A pavimentação é uma infra-estrutura que exige uma análise para além da realidade dos bairros, pois, em Bauru, essa infra-estrutura se configura como problema aparecendo no debate entre população, poder público e mídia, haja vista que, mesmo em bairros onde ela foi implantada, encontra-se degradada. Por isso, ela aparece no quadro 4 como aquela que mais vezes foi citada pela população enquanto infra-estrutura básica à estruturação do bairro, além de ser a única que apareceu em todas as áreas de ponderação, seguida dos centros de saúde, das áreas de lazer, dos postos policiais, da limpeza em áreas públicas e outras, como podemos ver no quadro 4.

As bocas-de-lobo e as galerias pluviais, infra-estruturas que compõem a rede de drenagem pluvial, no entanto, mesmo apresentando um déficit bastante acentuado na cidade, déficit que fez surgir pelo menos 85 áreas de ocorrências de enchentes em Bauru visualizadas no mapa 10, as quais identificamos em trabalho anterior²¹, foram lembradas poucas vezes. As primeiras foram citadas 17 vezes e as galerias pluviais apenas 3 vezes em todo universo de nossa amostragem para aplicação dos questionários²².

²¹ O Mapa 7 foi extraído de resultados apresentados em pesquisa anterior, cujas áreas de ocorrências de alagamento variavam em complexidade conforme a estruturação e a forma do sítio urbano. Cf. CATELAN, Márcio José. **Expansão territorial urbana e enchentes em Bauru**. 2008. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

²² Devemos considerar que os dados referentes a essas infra-estruturas devem ser relativizados, pois a problemática que caracteriza a carência dessas infra-estruturas – a ocorrência de áreas de enchentes – somente faz o problema vir à tona em períodos de chuvas intensas, tendo em vista que principalmente as galerias pluviais são implantadas no subterrâneo da cidade.

Quadro 4 Bauru: meios de consumo coletivos mais citados pela população – 2007

	Áreas de Ponderação															Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Pavimentação	22	16	27	11	06	04	07	10	16	06	11	09	11	03	08	167
Centro de Saúde	08	06	06	02	07		07	07	19	03	23	11	02	01	02	104
Áreas de Lazer	06	08	09	08	06	03	04	05	07	11	08	10		04	03	97
Limpeza de áreas públicas	01	12	07		06	09	06	04	04	01	03		04	02	01	60
Posto Policial	05	05	05	07	05	04	03	02	08	01	05	04	04	08	01	67
Escola	04	05	05	01			03	03	04	05	06	04	06	01	03	50
Creche	01		07		01	01		05	01	03	22	01	02	01	04	49
Iluminação			06		01		01	06	02	02	05	04	07	01	01	36
Água e Esgoto			04	01	01		01	06	02	01	03	02	02	01	01	25
Coleta de Lixo	01	02	02	02	01	01	03	04			01	01	01		01	20
Boca de Lobo	02	04	04					02	02		01	01			01	17
Serviços de Saúde		03	02	01					01				06		01	14
Pronto Socorro			02						01	09						12
Transporte Público	07	01	02							01						11
Sinalização de Trânsito						01		03	02		02					08
Serviços de manut. de infra-estrut. e equip.					01									04		05
Centro de Aprendizagem infanto-juvenil				01	01					01		01				03
Galeria pluvial						02										02
Arborização						01										02
Coleta Seletiva de Lixo					01	01										02
Guia/Sarjeta						02										02
Igreja												02				02
Viadutos							02									02
Hospital							01									01
Ponto de ônibus									01							01

Fonte: Trabalho de Campo, 2007

Organizador: Márcio José Catalan

A nosso ver, isso decorre do fato de essas infra-estruturas, principalmente as galerias pluviais, serem implantadas no subterrâneo da cidade, e por isso, não podem ser visualizadas cotidianamente pela população. Ainda devemos destacar que, em nenhum momento, a população se referiu à ausência ou à insuficiência de bocas-de-lobo, mas sim ao problema causado pela presença de resíduos como lixo residencial e outros deixados nas vias que, em momentos de chuva, são carregados até elas.

Tendo em vista a problemática gerada pelas disparidades infra-estruturais na cidade de Bauru, tomamos como uma importante variável à nossa análise a densidade infra-estrutural do espaço urbano de Bauru. O mapa 11 mostra a condição atual da distribuição da rede de drenagem pluvial na cidade. Podemos observar que a densidade dessa rede decresce a partir da área central em direção às áreas periféricas. Do ponto de vista técnico, essa observação é de menor importância, pois a rede de drenagem deve ser analisada, também, conforme as condições geomorfológicas²³, as condições da rede fluvial (bacias e sub-bacias hidrográficas) e a densidade de construções e impermeabilizações nas áreas urbanas²⁴. No entanto, no que se refere à dimensão social, a densidade decrescente da rede adquire significado maior à medida que demonstra ainda um padrão socioeconômico segmentado, de acordo com o padrão tradicional de centro-periferia.

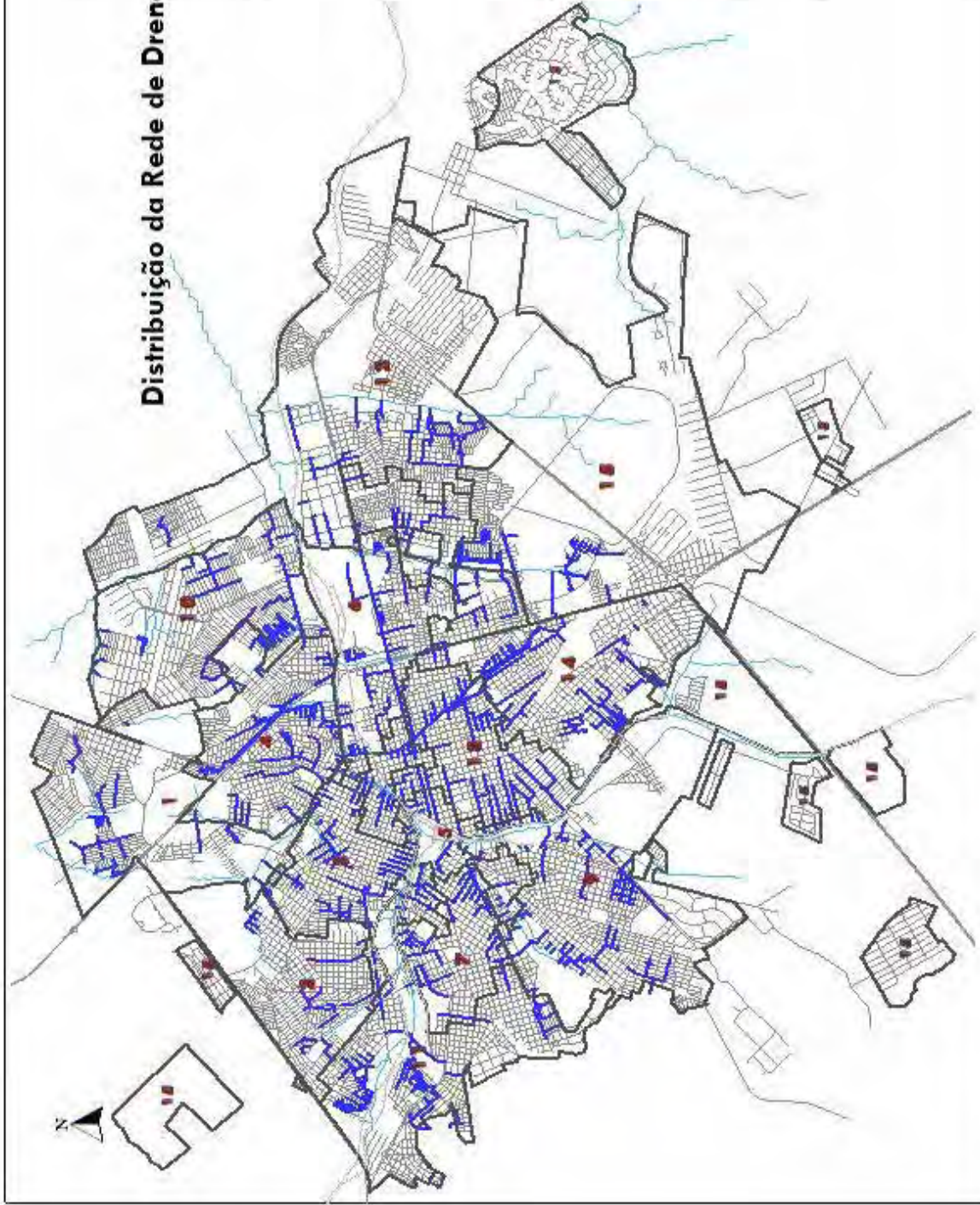
Podemos ver, também, no mapa 11, que a rede de drenagem, na maior parte dos bairros, é mais densa nas porções topograficamente localizadas mais próximas dos córregos, definida por meios de cálculos que buscaram reduzir ao máximo a quantidade de bocas-de-lobo, das caixas-de-centro e da tubulação na parte superior das vertentes, causando intenso escoamento das águas pluviais na superfície das vias. Com isso, quando o fluxo de água chega até a primeira boca-de-lobo, já possui grande quantidade de água que escoar em velocidade dependente da inclinação das vertentes, podendo, quando esta velocidade é excessiva, causar o rompimento das estruturas da rede de drenagem e também da pavimentação, seguido de erosões de grande porte ao longo das vias, principalmente naquelas vias sem pavimentação, como já observamos no Painel 5.

²³ Utilizaremos a termo “geomorfológico”, ao invés de “topográfico”, adotando um conceito geográfico que possibilita considerar não apenas a superfície, mas também as dinâmicas e processos que a engendram, de modo a se avaliar as relações entre forma e conteúdo do espaço “natural”, bem como a apropriação desse espaço por parte da sociedade.

²⁴ Nosso trabalho não teria fôlego para abarcar tais formas de análise, já que, para isso, seria necessário um conjunto de procedimentos metodológicos voltados, sobretudo, ao uso de técnicas das quais não dispomos por conta de nossa formação acadêmica.

Mapa 11

Bauru, Distribuição da Rede de Drenagem Pluvial - 2007



Brasil-São Paulo-Bauru



LEGENDA

- Rede de Drenagem Pluvial
- Hidrografia
- Áreas de Ponderação
- Nº. das Áreas de Ponderação
- Ferrovia
- Malha Urbana

Autor
Márcio José Cavellari
Escala Gráfica
0 1 2 Km

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, 2007.
IBGE, 2000.

Esse modelo é o principal causador de áreas de ocorrência de alagamentos e erosões em muitas das cidades brasileiras, tendo em vista que se priorizam nas decisões, no momento de implantação de tais infra-estruturas, os gastos que estas poderão gerar, conforme a quantidade de infra-estruturas que serão implantadas, reforçando o debate já apontado sobre a distinção entre as dimensões política, econômica e técnica no planejamento e na gestão dos espaços urbanos e, também, dos meios de consumo coletivo.

A problemática advinda da ausência ou do modo como se definem as áreas onde serão implantadas tais infra-estruturas ainda passa pela negação de outra dinâmica de extrema importância que é a dinâmica natural do escoamento das águas pluviais. Diante desse enfrentamento, apontamos, em trabalho anterior,

uma redução dos elementos naturais em detrimento do “sucesso” dos espaços construídos na vida urbana. [...] A produção e a apropriação do espaço ocorrem, na maioria das vezes, de maneira desvinculada às respostas dos fenômenos naturais. As enchentes são uma dessas formas de respostas. Ao canalizar os córregos, construir sobre ou às margens, avenidas, parques, loteamentos, impermeabilizando gradativamente o solo, altera-se a dinâmica natural do escoamento das águas fluviais e pluviais (CATELAN, 2006, p. 19).

Além da negação da dinâmica natural de ocorrência de períodos chuvosos (que demandaria pesquisa que indicasse um dimensionamento da rede de drenagem pluvial de acordo com o índice pluviométrico dos períodos mais chuvosos, nas escalas do micro e do macroclima), o tipo de solo caracterizado como arenoso é propenso à erosão nas vias, pavimentadas ou não, nos vazios urbanos ou mesmo no leito dos córregos presentes na área urbana²⁵.

Em Bauru, a produção do espaço foi direcionada também por decisões do poder público local, que relegou ao segundo plano a implantação das infra-estruturas necessárias a disciplinar o escoamento das águas pluviais. Este último fator se deve à tardia aprovação de leis necessárias ao ordenamento do espaço urbano, além da capacidade e “vontade” dos responsáveis pelos órgãos e atribuições ao planejamento urbano em fazer valer essas leis frente ao processo de especulação imobiliária.

²⁵ No caso de Bauru, análises geomorfológicas comprovam a ocorrência de um solo arenoso, portanto, propenso à erosão, quando desprovido de cobertura vegetal ou artificial (informações obtidas junto aos estudos da Prefeitura Municipal de Bauru).

As Áreas de Ponderação 1, 2, 9, 10, 11, 12 e 15 compreendem bairros periféricos distantes do centro comercial, cujos loteamentos que o geraram foram aprovados entre as décadas de 1950 e 1970, sendo que a maioria permaneceu como reserva de lotes por muitos anos. As práticas relativas à aprovação desses projetos, muitas vezes, vêm seguidas de pressões, por parte dos proprietários de glebas, incorporadores e corretores, na direção de fazer com que a Prefeitura Municipal de Bauru leve até esses loteamentos as infra-estruturas, produzindo ainda vazios urbanos, os quais, mais tarde, foram comercializados a altos preços no mercado imobiliário, já que estavam completamente inseridos na área urbana e seriam facilmente servidos pelos meios de consumo coletivo sem muito ônus para seus loteadores.

Segundo Alves (2001, p. 106), os loteadores, além de produzirem os grandes vazios urbanos,

apercebendo da omissão e negligência do poder municipal sobre o controle da expansão urbana os loteadores de terras com essas características, direcionam racionalmente as vendas de lotes, de forma não a concentrar essas vendas começando por uma região e depois outra e assim por diante, mas ao contrário, mantendo sob seu domínio lotes vazios entre aqueles já vendidos, como forma de, na medida que esses adensamento cresciam, os próprios loteadores estimulavam a organização popular para que os seus moradores pressionassem o poder público municipal para a realização de infra-estruturas.

A ausência de normas técnicas e de fiscalização, também contribuiu para a configuração de uma rede de drenagem pluvial deficiente, tal como observamos no mapa 11, pois, além de muitos loteamentos serem implantados sem a rede de drenagem pluvial, há outro problema bastante presente, principalmente onde a tubulação das galerias pluviais é mais antiga: trata-se do subdimensionamento delas, pois não suportam mais o montante de água pluvial que escoam das vias para as bocas-de-lobo, volume aumentado conforme cresce a densidade de impermeabilização do solo, causando, principalmente nessas áreas, pontos de ocorrência de alagamentos.

Essa ausência ou insuficiência dos meios de consumo coletivo, para a vida urbana, se expressa de modo contraditório nas observações feitas pelos entrevistados. Fazemos essa afirmação porque, em nossa aproximação empírica com a realidade urbana em Bauru, as galerias pluviais e bocas-de-lobo, principais componentes da rede de drenagem, não apareceram como meios de consumo coletivo mais presentes na

preocupação cotidiana da população da cidade, mesmo nas áreas de maiores problemas com escoamento das águas pluviais, tal como já foi apontado no quadro 4.

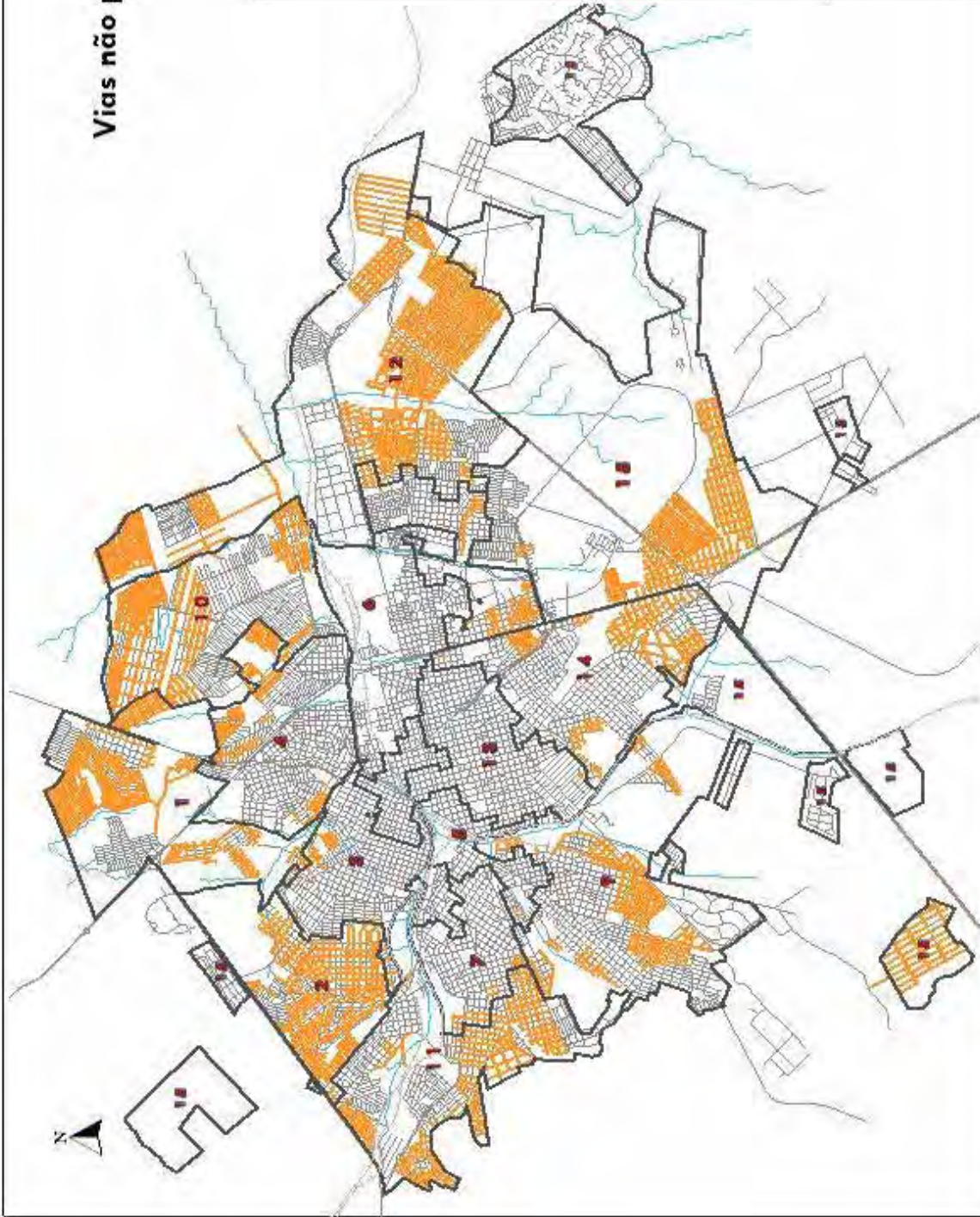
Do subterrâneo da cidade, na acepção objetiva e subjetiva do termo, surgem as contradições atinentes ao conceito e ao processo de consumo dos meios coletivos. Ambas as acepções, possuem, em seus conteúdos, ambigüidades em muitos dos pontos que identificamos ao adotarmos os procedimentos metodológicos desta dissertação: os meios de consumo coletivo urbanos alocados no subsolo e as deficiências causadas pela necessidade deles não apareceram como reivindicações, além de esses meios não aparecerem como símbolos de trabalho das gestões, diferentemente de uma praça, um parque ou até mesmo a pavimentação²⁶.

Além disso, a problemática oriunda da ausência e deficiência da rede de drenagem pluvial deve ser compreendida juntamente com a espacialização e forma como foi disponibilizada a pavimentação das vias públicas. Os problemas urbanos decorrentes da ausência ou insuficiência dessas infra-estruturas expressam como foram direcionadas as práticas da gestão e do planejamento urbanos, o deficiente corpo legislativo, as alianças do poder público local e especuladores imobiliários que facilitaram a implantação de loteamentos com a ausência dessas infra-estruturas etc. (ALVES, 2001). A densidade infra-estrutural do subterrâneo da cidade, além de não ser suficiente para receber o montante de água pluvial, deu-se em desacordo com a densidade infra-estrutural da superfície, nos momentos de implantação da rede de pavimentação.

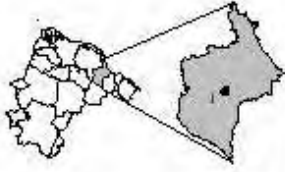
O mapa 12 nos confirmará as dificuldades e os problemas originados das concepções adotadas por órgãos de planejamento e de gestão urbanos. Observando-o, podemos perceber o enorme círculo formado a partir dos bairros presentes na borda do tecido urbano de Bauru, que não possuem asfalto nas vias públicas. Podemos citar as mesmas áreas que apontamos quando tratávamos da ausência da rede de drenagem pluvial – as áreas de ponderação 1, 2, 9, 10, 11, 12 e 15 – como correspondentes, também, ao olharmos a distribuição da pavimentação.

²⁶ No próximo capítulo, ao tratarmos das práticas de gestão e planejamento urbanos voltaremos constantemente à explanação da problemática apresentada aqui.

Mapa 12
Bauru.
Vias não pavimentadas - 2007



Brasil-São Paulo-Bauru



LEGENDA.

- Vias não pavimentadas
- Hidrografia
- Áreas de Ponderação
- ✕ Nº. das Áreas de Ponderação
- Ferrovia
- Malha Urbana

Autor
 Márcio José Cavellari
 Escala Gráfica
 0 1 2 Km

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, 2007;
 IBGE, 2000.

Muitos dos bairros presentes nessas áreas do tecido urbano não são dotados de infra-estruturas da rede de pavimentação (asfalto, guia e sarjeta) e nem de rede de drenagem pluvial, como já indicamos. Há alguns poucos casos em que encontramos bairros onde a rede de drenagem pluvial foi implantada, porém as vias não foram pavimentadas, como podemos observar no Painel 6.

Se voltarmos aos períodos e aos mapas de crescimento da malha urbana, apresentados no capítulo anterior, veremos que a maior parte dos loteamentos que não apresenta pavimentação em suas vias é fruto dos períodos posteriores à década de 1950, quando a cidade passou a ser tomada pelos ideais de progresso por parte de agentes econômicos e políticos locais. Havia, ainda, a perspectiva do desenvolvimento econômico, sendo que, para isso, seria necessário romper com os padrões que a identificavam como uma cidade de porte pequeno, reconhecida apenas por ser um “chão de passagem”, por conta do entroncamento ferroviário que nela existia desde a década de 1910 (LOSACK, 2004).

A maioria dos bairros foi implantada pelos agentes privados, passando pela aprovação técnica e jurídica dos órgãos responsáveis da Prefeitura Municipal, mesmo com a ausência de infra-estruturas como a pavimentação, também nas Zonas Sul, Sudeste e Sudoeste, áreas de crescente especulação imobiliária, ainda que seja menor a quantidade de bairros dessas áreas com ausência das infra-estruturas mapeadas, lembrando que a possibilidade do poder público levar infra-estruturas a esses bairros é muito maior do que naqueles cuja população possui menor poder aquisitivo.

A ausência de pavimentação, em muitos desses bairros, explica-se por terem sido aprovados, sobretudo, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e ocupados somente a partir da década de 1980²⁷. Assim, as muitas gestões dos períodos de aprovação dos loteamentos, bem como aquelas do período de ocupação, não buscaram recursos para implantação das redes de drenagem pluvial e de pavimentação das vias públicas, acarretando um quadro complexo no que tange à deficiência desses meios de consumo coletivo no espaço urbano de Bauru.

²⁷ Atualmente, a Prefeitura Municipal de Bauru não implanta integralmente a pavimentação. Segundo os responsáveis da Secretaria de Obras, a população, em comum acordo, deve arcar com 75% do valor da implantação e a Prefeitura Municipal com os outros 25%. A população deve se organizar e encaminhar o pedido à Secretaria de Obras, por meio de uma lista com assinatura de todos os moradores da quadra para assim se iniciarem as obras. Após o término destas, a população paga esse montante, em parcelas determinadas, por meio de boletos.

PAINEL 6

Bauru. Vias com Rede de Drenagem Pluvial e não pavimentadas



Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Organizador: Márcio José Catalan

Esse quadro de deficiência das redes de drenagem pluvial e de pavimentação, bem como a deficiência de outros meios de consumo coletivo como centros e serviços de saúde, creches e escolas, gerou desdobramentos que nos apontam resultados inerentes à valorização da hipótese trabalhada anteriormente, referente à busca por um debate que somente se enriqueceria com a associação e compreensão dos conceitos de produção do espaço urbano e o de meios de consumo coletivo.

Já podemos reconhecer, à luz da interação dada por tais conceitos, um diálogo que poderá sustentar pesquisas em que os meios de consumo coletivo serão tomados como variáveis do processo de produção do espaço urbano. Portanto, ainda vamos demonstrar, no próximo capítulo, que os meios de consumo coletivo, apesar de expressarem a condição espacial de uma cidade, devem ser analisados conjuntamente com outras variáveis, na tentativa de observarmos como eles foram distribuídos e de quais dinâmicas decorrem essa distribuição que é desigual no espaço urbano de Bauru.

Com isso, ao demonstrarmos o enfoque que adotamos para a compreensão das dinâmicas dadas na alocação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos no processo de produção da cidade, bem como a distribuição das redes de drenagem pluvial e de pavimentação em Bauru, dedicar-nos-emos, no capítulo seguinte, a uma análise do quadro atual já observado, utilizando-nos de variáveis que possam apontar se e como essas infra-estruturas apresentam uma distribuição desigual.

Nossa exposição, a ser apresentada no capítulo 3, pretende superar uma possível simplificação quando tratamos da distribuição de meios de consumo coletivo urbanos e, para isso, também analisaremos, concomitantemente, algumas práticas da gestão e do planejamento urbanos, quando for necessário demonstrar quais ações, em alguns momentos de reestruturação da cidade, e também, de reestruturação urbana, foram responsáveis pela conformação de um espaço urbano produzido de forma desigual no que se refere às densidades infra-estruturais.

Capítulo 3

Bauru. Interações socioespaciais: das práticas do planejamento, da gestão e da população

As práticas de produção da cidade decorrem de ações de agentes e instituições. Essas ações influenciam, sobremaneira, a morfologia da cidade, haja vista que os agentes e as instituições são propulsores de forças envolventes das dinâmicas política, econômica e técnica e envolvidas por elas no que se refere à produção do espaço urbano.

Nesse contexto, realizaremos um debate sobre as práticas e ações do planejamento e da gestão urbanas, colocando-os como condicionados e condicionantes do processo de estruturação da cidade de Bauru. Para tal debate, utilizaremos, quando necessário, a relação entre escalas e dimensões, importantes para valorizarmos as dinâmicas do espaço intra-urbano e aquelas direcionadas pelo processo de urbanização, bem como a interface entre elas.

Vimos apontando, desde o início desta dissertação, o modo como a cidade de Bauru foi produzida, sempre fazendo menção às interações dadas pelas dinâmicas socioespaciais urbana e da cidade. Faz-se necessário, a nosso ver, após termos demonstrado algumas das dinâmicas responsáveis pelo crescimento territorial da cidade de Bauru, assim como suas condições no que se refere às infra-estruturas tomadas para análise, demonstrarmos algumas (re)ações ocorrentes no processo de produção do espaço urbano.

Um primeiro conjunto dessas ações refere-se às práticas do planejamento e da gestão urbanas, as quais imprimem no espaço de cada cidade, ainda que num mesmo modo de produção, diversas visões e concepções que definem a forma de enxergá-la em determinado momento. Nesse contexto, confunde-se o que é planejamento com o que é gestão das e nas cidades, além de se fazer pouca distinção entre as dimensões políticas, econômicas e técnicas de ambos, bem como não se analisa a articulação que há entre essas dimensões.

Outro conjunto de (re)ações pode ser encontrado no contexto do cotidiano da vida urbana, em que a população recebe certas ações institucionalizadas, advindas das práticas de planejamento e de gestão urbanas, respondendo a elas, ora de forma individual, ora de forma coletiva, dependendo da natureza do problema urbano e da condição socioeconômica do grupo social, ambos mediadores de uma maior ou menor articulação coletiva, como demonstraremos neste capítulo de acordo com nossos resultados empíricos.

Diante disso, exporemos algumas das concepções do planejamento urbano que influenciaram a forma de gestão pública da cidade de Bauru que, atreladas às desigualdades sociais advindas do modo capitalista de produção, potencializou a produção de uma cidade com desigualdades socioespaciais.

Assim, poderemos chegar onde se expressam, de fato, essas desigualdades, ou seja, na vida cotidiana da população que, ao ser questionada, nos ofereceu importantes dados e informações sobre sua compreensão a respeito da implantação de meios de consumo coletivo. Assim, salvaguardando a complexidade da realidade em análise, consideramos importante demonstrar alguns resultados dessa interação.

3.1. O planejamento e a gestão urbanos

Vale a pena ressaltar, em passant, que, a partir do momento em que se assume que a finalidade do planejamento e da gestão urbanos é contribuir para a mudança social positiva, e que o planejamento é uma estratégia de desenvolvimento sócio-espacial, a modificação de um hábito mental freqüentemente bastante arraigado se impõe: não é razoável cultivar um campo “teoria do planejamento” que não seja como um subconjunto de uma reflexão teórica sobre a sociedade e, mais especificamente, sobre a mudança social (SOUZA, 2006, p. 73).

As práticas de planejamento e gestão urbanos adquirem significados diferentes quando analisadas no âmbito do processo de produção do espaço e quando observadas como práticas articuladoras da expansão territorial das cidades. Afirmamos isso, porque, quanto ao primeiro, em seu sentido amplo, é um processo complexo, cujas interações socioespaciais articulam as dinâmicas e os agentes sob forças estruturais do modo capitalista de produção. Tais interações decorrem da relação entre a sociedade e o espaço, sobre a qual a “teoria do planejamento”, segundo Souza (2006, p. 73), deve ser uma reflexão teórica, sobretudo capaz de pensar na mudança social, já o segundo tende a limitar a análise a uma dimensão material.

Se o urbano e a cidade passam por momentos de mudanças na dinâmica econômica e política, podendo, conforme a intensidade de tais mudanças, culminarem em reestruturação socioespacial, como observamos no capítulo 1, com suas dinâmicas convergindo para novos padrões de urbanização refletindo-se na morfologia das

idades, então as práticas de planejamento e gestão urbanas também irão passar por algumas mudanças, já que elas são resultantes das decisões tomadas em direção à concepção de cidade que se quer ter. Sendo assim, faz-se importante, também, compreender que as práticas de planejamento e gestão urbanas, são, em primeiro plano, resultado da ação do Estado e do poder público local e, portanto, expressam-se no espaço conforme dinâmicas que advêm das dimensões política e econômica.

Não obstante, devemos pensar, então, qual a concepção de Estado, em nossa sociedade contemporânea, que devemos adotar, pois, se concordamos que o planejamento e a gestão urbanas decorrem da forma de atuação dele, suas práticas recairão *pari passu* a essas concepções. Para Souza (2004, p. 28), o Estado é resultado “da interação de forças distintas, às vezes até antagônicas” e, por tais forças, o perfil dos governos urbanos tende a ser conservador, porém, segundo o autor, nem sempre ele se caracterizará como tal.

É por essa razão que o Estado, em uma sociedade capitalista, marcada por conflitos, contradições e desigualdades, tende a promover ações de planejamento e de gestão que, normalmente, facilitam a manutenção das desigualdades (por exemplo, a segregação residencial, as diferenças de infra-estrutura entre os bairros pobres e bairros ricos etc.). Mas é por isso também que, mesmo no que se refere ao planejamento estatal, não se pode dizer que ele esteja condenado a ser sempre algo com um conteúdo antipopular. Tudo dependerá da correlação de forças que se estabelecer na sociedade, a qual acabará determinando o perfil da ação do aparelho de Estado (SOUZA, 2004, p. 280).

Diante disso, Frey (2000) realiza um debate fundamental para compreendermos o processo político sobre o qual se inscreve o planejamento e a gestão urbanas. Para ele, segundo a literatura voltada aos estudos da ciência política, ao analisar as práticas decorrentes das ações institucionais, compreendem-se três dimensões de análise, a saber: (1) a dimensão institucional (político-administrativa); (2) a dimensão processual (de caráter conflituoso, pois se refere ao conteúdo, aos objetivos e à distribuição, portanto, de caráter econômico); e (3) a dimensão material (referente aos conteúdos dos programas políticos e aos problemas técnicos).

Essa análise, se transposta às práticas de planejamento e gestão, permite-nos melhor compreender a natureza fasciculada das práticas de ambos no processo de produção espacial urbano. Cada dimensão possui implicações diversas, porém elas complementam-se e, talvez, é porque ou são tomadas de forma desarticulada, ou

porque uma acaba por pesar mais que outra, no momento das ações, em que o planejamento e a gestão urbanos criam o estigma da inabilidade que fomos encontrar no discurso dos próprios integrantes das instituições e também no discurso da sociedade civil, tal como demonstraremos adiante.

A partir das dimensões exposta por Frey (2000), as quais, tal como aponta o autor, devemos tomá-las numa compreensão conjunta, já que essa divisão em três dimensões é uma proposta explicativa do conteúdo político-administrativo, podemos ainda compreender melhor por que a cada momento de reestruturação urbana, seguido pela reestruturação de alguns espaços urbanos, é possível identificar alterações das concepções teóricas e práticas das ações do planejamento, sempre consoante às práticas da gestão urbana.

Segundo Souza (2004), durante o regime militar, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, por conta das duas preocupações básicas dos governos – a segurança nacional e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil –, o planejamento teve um caráter conservador, “porque representou a manutenção da ordem econômica e social vigente no Brasil com as suas iniquidades, e autoritário, porque as decisões foram tomadas por um pequeno grupo de pessoas e imposto à população, às vezes na marra, sem consulta ou consentimento prévio” (SOUZA, 2000, p. 42).

Conforme ressaltou esse autor, o principal objetivo dessa perspectiva de planejamento foi a intenção em ordenar a cidade para que ela fosse atrativa ao capital, sobretudo o imobiliário e o industrial. Se nos reportarmos ao capítulo 1, foi nas décadas de 1960 e 1970 que o poder público de Bauru expôs a maior campanha de modernização da cidade por meio da campanha de industrialização e abertura de grandes avenidas – a busca pela, então, concepção de progresso – e da busca pela consolidação da “Cidade Sem Limites”.

No entanto, a euforia logo trouxe a crise. A partir da década de 1980, observou-se uma crise nas ações do planejamento, tanto urbano como regional, causada pelo descrédito em suas ações articuladas também pelas gestões que agregavam conceitos e intenções associadas às intervenções do Estado na economia e, portanto, na economia urbana. Aproximaram-se, assim, as ações de gestão e de planejamento, ao passo que tais ações se confundiram ainda mais, já que as atribuições passaram a ser do Estado e do poder público local, responsáveis pela gestão e pelo planejamento, cada um promovendo ações de acordo com suas atribuições. No plano teórico, o

planejamento passou, então, a receber várias críticas de intelectuais, principalmente aqueles de perspectiva analítica marxista, julgando o planejamento como uma prática aliada à reprodução do capital (SOUZA, 2006).

No entanto, Souza (2006) também aponta a diferença entre gestão e planejamento, pois, apesar da complementaridade que observamos entre essas duas naturezas de intervenção, elas também devem ser tomadas de formas distintas. O autor explica:

Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro [...] De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobras (SOUZA, 2006, p. 46)

A complementaridade entre as práticas do planejamento e da gestão advém de suas distinções. No planejamento meramente físico-territorial – como o Planejamento Físico-Territorial Clássico²⁸ –, a cidade é pensada apenas como um traçado urbano no qual se justapõem construções, vias, infra-estruturas, equipamentos etc. – a valorização da forma urbana –, não considerando sua realidade social no âmbito da qual as decisões técnicas serão muito mais valorizadas em detrimento da condição social.

Em Maricato (2000), encontramos um debate dedicado ao avanço do planejamento funcionalista de matriz teórica modernista/racionalista que, no Brasil, se aliou a um processo político e econômico utilizado como instrumento ideológico. O planejamento racionalista “contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo” (MARICATO, 2000, p. 124). Com suas raízes no Iluminismo, o planejamento modernista viveu seu auge durante os anos do *Welfare State*, principalmente de 1945 a 1975, sendo utilizado em prol de interesses de uma minoria interessada em produzir uma cidade com áreas diferentes em seu conteúdo e em suas funções. A dotação de meios necessários à vida urbana – infra-estruturas, equipamentos e serviços – não abarcariam, então, todos os espaços da

²⁸ Sobre uma breve contextualização do Planejamento Físico-Territorial ver SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade: Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 123-135.

cidade, direcionando e acentuando a distribuição dos meios de consumo coletivo segundo diferentes segmentos socioeconômicos.

Esse tipo de planejamento recebe forte influência positivista, associando o progresso à linearidade, relegando ao Estado a responsabilidade e o poder de gerir e planejar a economia urbana – raízes do Keynesianismo e do Fordismo (MARICATO, 2000). No que se refere à relação dessas práticas de planejamento com o poder público em cidades médias, como Bauru, temos um fator importante para análise da distribuição dos meios de consumo coletivo: essa visão de planejamento, em muitos períodos, construiu a relação entre empresas ou indivíduos envolvidos com o mercado imobiliário e o poder público local, gerando uma forma de planejamento e gestão direcionada por princípios político-econômicos, produzindo espaços urbanos com vazios infra-estruturais e debilitando, ainda mais, a elaboração de uma política urbana integrada.

Além disso, nota-se que os profissionais envolvidos com as questões urbanas – tanto da gestão como do planejamento – influenciados por teorias racionalistas, pensam e agem sobre os problemas urbanos de forma fragmentada, como, por exemplo, a habitação. Essa aparece como um problema social, porém, a política urbana para a habitação não deve se restringir apenas a ela, mas considerar também uma política urbana para os meios de consumo coletivo, para geração de emprego, lazer, cultura etc. Não bastasse a fragmentação da política urbana, ainda contamos com o fato de que “a habitação social, o transporte público, saneamento e a drenagem não tem o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo” (MARICATO, 2000, p. 124).

Outro debate de bastante importância que, apesar de não nos aprofundarmos nele, é importante trazê-lo para esta dissertação, refere-se à perspectiva empresarial de atuação do poder público, mediante forte influência dos interesses individuais e capitalistas de empreendedores urbanos (empresários dos ramos industrial, comercial e imobiliário principalmente), que impele a forma de atuação dos governos locais, muitas vezes direcionando sua atuação muito mais para satisfazer os interesses desses agentes. Para Compans (2005, p. 20):

Esse padrão de comportamento diz respeito à assunção de um papel dirigente do governo local na promoção do desenvolvimento econômico – seja na inversão direta de recursos na modernização de infra-estrutura urbana, seja na elisão de constrangimentos de natureza

legal ou burocrática à valorização dos capitais privados –, à participação crescente do setor privado na gestão de serviços e equipamentos públicos, à busca de construção de consenso social em torno de prioridades “estratégicas” de investimentos e à introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos.

Na perspectiva criticada pela autora, o discurso do “desenvolvimento econômico” tem direcionado muitas intenções das gestões e, conseqüentemente, do planejamento urbano, já que os governos locais, responsáveis pelas práticas de ambos, vem, há muito, constituindo-se como *locus* de reprodução do setor privado, cujos princípios perpassam a perspectiva das estratégias econômicas, contribuindo para a diferenciação socioespacial nas cidades.

É nesse contexto que as práticas de planejamento e gestão urbanas possuem uma profícua relação com as práticas socioespaciais, pois, se essas abarcam as práticas que decorrem da relação da sociedade com o espaço, as primeiras são formas de articular e “controlar” tais interações. O planejamento e a gestão urbanas, porém, possuem especificidades em cada cidade, dependendo da articulação de forças político-econômicas locais, além das respostas que advêm dos grupos sociais que recebem os resultados dessas articulações. Diante disso, percebemos que o caminho dado pela relação entre as práticas de planejamento e gestão urbanas e a sociedade civil possui direção vetorial dupla, ora inversa, ora em mesma direção. A maior parte das decisões é tomada nos gabinetes dos órgãos responsáveis pela gerência das cidades, no entanto, nem sempre são condizentes com os interesses e as necessidades da população que recebe os resultados dessas decisões. Na tentativa de contornar essa perspectiva, atualmente as práticas de planejamento têm sido desenvolvidas no sentido do que se denominou de planejamento participativo, ou seja, a possibilidade de participação de representantes da sociedade civil nas discussões e decisões, por meio do poder de voto, junto aos conselhos deliberativos organizados pelos órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão urbanas. Essa prática tem sido aplicada na elaboração dos Planos Diretores atuais, tal como foi elaborado o Plano Diretor 2006 de Bauri²⁹. Quando à sua eficácia, ainda nos parece uma prática recente para julgá-la. Entendê-la de forma positiva poderia ser ingenuidade e qualificá-la de ineficaz, ou como apenas mais um componente do discurso dos agentes do planejamento e da gestão urbanas,

²⁹ Não vamos entrar no mérito do debate sobre tal perspectiva, pois ela demanda uma análise que requer uma pesquisa que possa observar sob quais condições a sociedade civil consegue articular-se com os membros responsáveis pelos órgãos do planejamento e da gestão urbanas.

poderia ser uma análise premeditada e de pouca consistência teórica e empírica. Deixemos para mais tarde.

Sendo assim, a seguir demonstraremos como, na cidade de Bauru, as dinâmicas expostas configuraram uma cidade com densidades infra-estruturais bastante desiguais, quando observamos a articulação entre a distribuição das infra-estruturas das redes de drenagem pluvial e de pavimentação e a densidade de população, percebidas com maior intensidade quando relacionamos tais densidades a variáveis que apontarão a segmentação social no espaço urbano de Bauru.

3.2. A condição socioespacial da cidade de Bauru: articulando variáveis, apontando desigualdades

A ausência de critérios para aprovação de loteamentos, principalmente até a década de 1970, somada aos interesses políticos e econômicos, depauperou e/ou inviabilizou o processo de constituição de uma política urbana que pudesse planejar e gerir a produção da cidade de Bauru de acordo com um conjunto de medidas dedicadas a contornar a produção de um espaço desigual no que se refere à implementação dos meios de consumo coletivo urbanos.

No Plano Diretor aprovado em 1996, os responsáveis pela elaboração trataram o tema das vias públicas e das galerias pluviais em conjunto, pelo menos no texto deste documento, tendo em vista que as obras de pavimentação e construção da rede de drenagem pluvial, necessidades básicas à implantação do loteamento, nem sempre compareceram nos projetos dos loteamentos a serem implantados. O Plano Diretor (1996, p. 64) destaca que “a ocupação dos lotes pelas edificações em geral dá-se antes das ruas terem pavimentação, sendo exceção os núcleos habitacionais que na maioria, apresentam ruas pavimentadas já na entrega das casas”. Porém, isto ocorre, somente, com a implantação e o cumprimento de leis municipais e federais destinadas ao planejamento e à gestão do uso do solo urbano.

O lento andamento das ações voltadas à distribuição e à implantação de meios de consumo coletivo, como as infra-estruturas da rede de pavimentação e de drenagem pluvial, no período de 1996 a 2006³⁰ – em que foram elaborados os dois

³⁰ O projeto de lei do Plano Diretor 2006 ainda não passou pela aprovação da Câmara Municipal de Bauru. Segundo membros da Secretaria Municipal de Planejamento, a aprovação ainda não aconteceu por debates associados a interesses de membros do Poder Público também envolvidos com a especulação imobiliária, que têm

últimos planos diretores em Bauru –, potencializou os problemas associados à deficiência dessas infra-estruturas na cidade.

Dentre os muitos pontos que podem explicar essa potencialização destacamos: - a ineficácia no cumprimento das leis municipais e federais destinadas a coibir o crescimento territorial da cidade ou, pelo menos, a exigir dos loteadores a dotação de meios de consumo coletivo nos loteamentos anteriormente à venda dos lotes; - o atraso dos responsáveis pelo planejamento urbano de Bauru em valorizar os estudos detalhados, principalmente sobre a drenagem pluvial urbana³¹; - e a dissociação entre os trabalhos e as ações das Secretarias Municipais de Planejamento e de Obras.

A aprovação de muitos loteamentos em Bauru, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, gerou conseqüências na configuração territorial e social da cidade atual. A ausência das redes de drenagem e de pavimentação corresponde ao aparecimento de uma série de dificuldades. Essas dificuldades estão associadas: à mobilidade e à acessibilidade das pessoas na cidade; aos prejuízos às finanças públicas municipais; e à opção pelos investimentos paliativos em detrimento de investimentos suficientes para implantar tais infra-estruturas (PLANO DIRETOR, 1996).

Como já vimos, Bauru é uma cidade de relativa complexidade infra-estrutural, caracterizada pela existência de áreas com extrema necessidade de implantação de meios de consumo coletivo, já que há espaços expressivamente diferenciados entre si quando se considera o grau de presença desses meios. Essa disparidade decorre, a nosso ver, da transposição que fizemos, anteriormente, do debate exposto por Frey (2000), segundo o qual há uma fragmentação das ações do planejamento e da gestão urbanos em três dimensões: a política, a econômica e a técnica.

A partir da Lei 6766/79, a fiscalização da normativa para implantação dos loteamentos passa a ser um pouco mais rígida por parte dos trabalhos da Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru. Algumas benfeitorias, como abertura de ruas, demarcação de quadras, implantação das redes de água e esgoto, de iluminação pública, de pavimentação, de drenagem pluvial, passam a ficar realmente a cargo dos

objetivos claros em direcionar o texto do Plano Diretor de 2006 para que as práticas especulativas não encontrem barreiras institucionais e jurídicas quando for necessário tomar decisões que se choquem com diretrizes traçadas pelo Plano Diretor. Por esse motivo, optamos por não utilizá-lo como referência em nossa discussão, tendo em vista que, por conta de interesses econômicos e políticos, o conteúdo técnico do texto do plano diretor ainda poderá ser modificado, revertendo muitas propostas nele contidas. Essa tarefa poderá ser realizada, posteriormente, em outros trabalhos.

³¹ Somente em 2001, segundo responsáveis pela Secretaria Municipal de Obras, foi elaborado um plano destinado à ampliação da rede de drenagem pluvial e à construção de piscinões próximos aos pontos mais críticos de ocorrência de enchentes. Mesmo assim, ainda não foram disponibilizados recursos financeiros para aplicação desse plano.

loteadores. Mesmo assim, a maioria dos loteamentos implantados em Bauru passou pela aprovação dos responsáveis técnicos da Prefeitura Municipal, principalmente os loteamentos implantados no período que compreende as décadas de 1940 a 1980, sendo que, apenas em 1982, se aprovou em Bauru a Lei de Parcelamento do Solo (Lei 2339/82).

Em muitos momentos da história recente de Bauru, frente aos desafios advindos da problemática causada pela quantidade de bairros que se encontram deficientes de muitos meios de consumo coletivo, o poder público se perguntou quando seria o momento de frear a expansão da malha urbana.

No caso de Bauru, barrar a expansão territorial não é a medida mais viável para sanar os problemas decorrentes da insuficiência de meios de consumo coletivo na cidade. Parece-nos importante a adoção de medidas drásticas de fiscalização na implantação de loteamentos verificando se os meios de consumo coletivo urbanos, necessários à vida nas cidades e exigidos juridicamente, estão sendo implantados. É, também, a ampliação de medidas e projetos que busquem recursos financeiros com os governos estaduais e federal para alocação de infra-estruturas, de equipamentos e de serviços urbanos em bairros onde o problema persiste ao longo de anos.

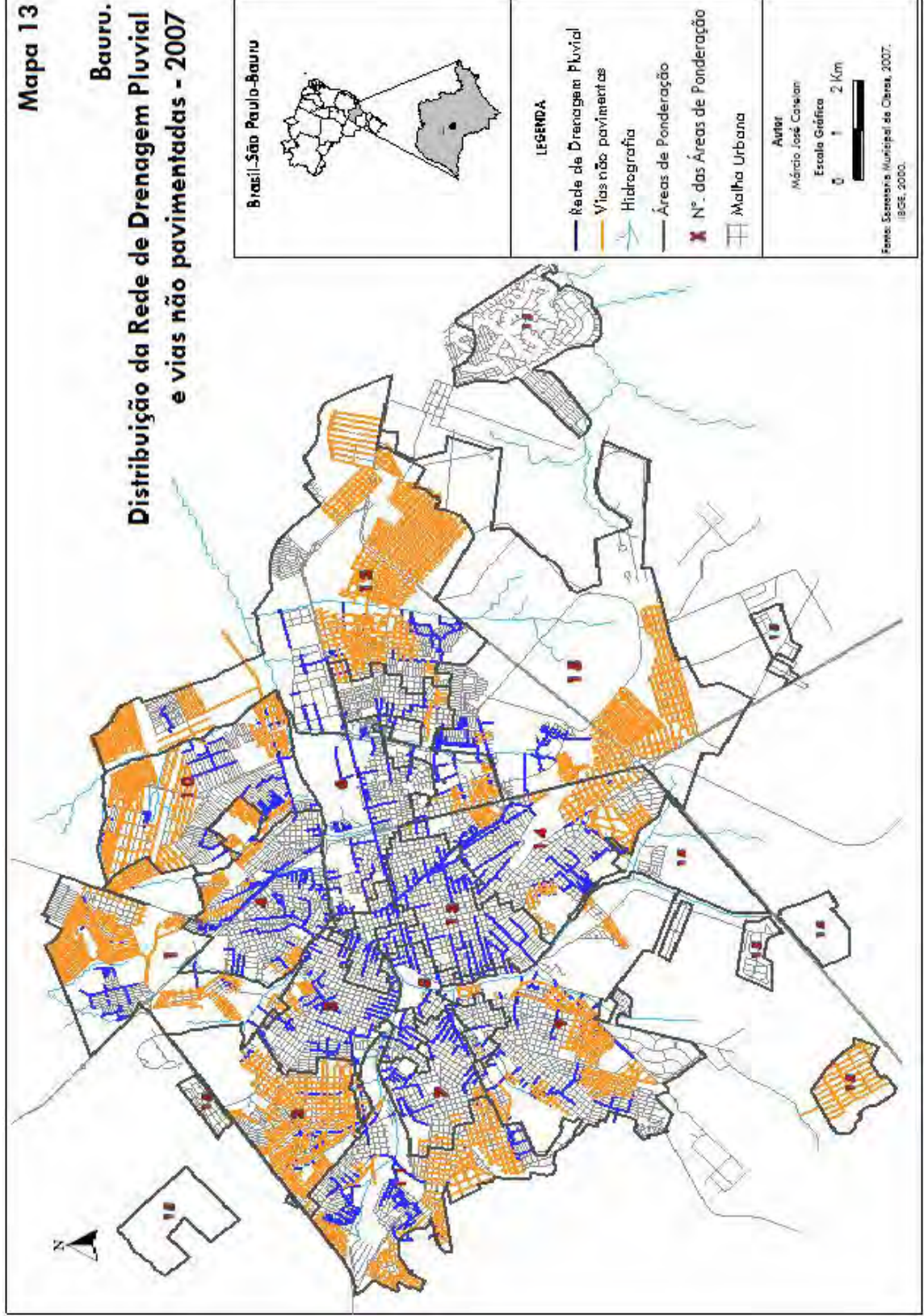
Atualmente, a Secretaria Municipal de Obras realizou um levantamento acerca da situação nos bairros, cujos problemas decorrentes da ausência ou insuficiência de drenagem pluvial e outros meios de consumo coletivo são os mais expressivos. Foram contabilizados 25 bairros, cuja situação é mais crítica, sendo que todos correspondem àqueles apresentados no mapa 13, que representa uma síntese dos mapas 11 e 12 apresentados no capítulo anterior³².

No mapa 13, podemos observar a ausência das redes de drenagem pluvial e de pavimentação em áreas urbanas dispostas em toda a periferia da malha urbana, com um intervalo, nesse círculo, referente às localizadas na zona sul. Para melhor observarmos a desigual densidade infra-estrutural da malha urbana de Bauru é necessário compararmos essa distribuição com o mapa 14, que demonstra a densidade populacional, expressa pela quantidade de habitantes por domicílio em cada setor censitário.

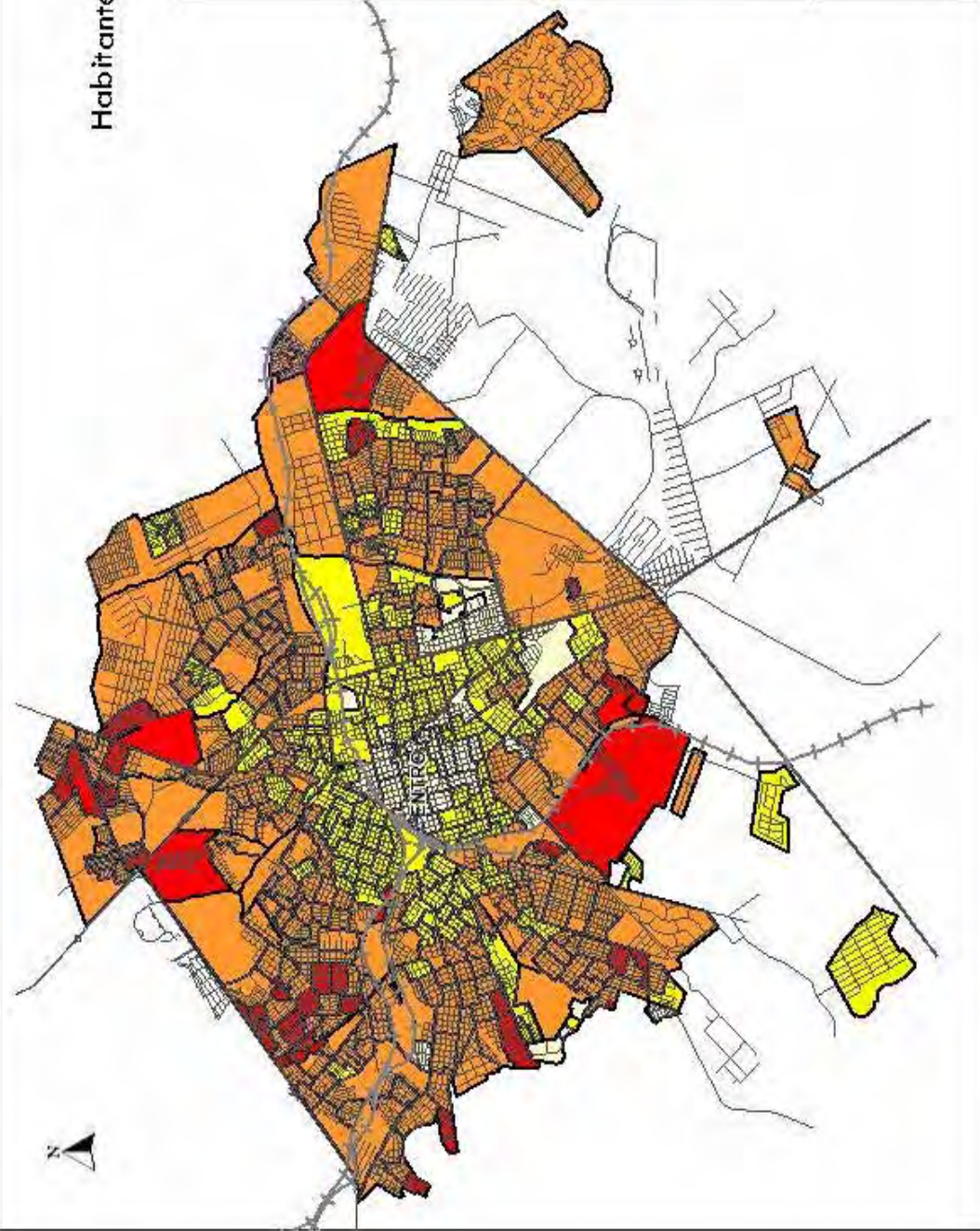
³² A lista de bairros refere-se à busca por recursos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – do Governo Federal, devido à incapacidade dos cofres públicos municipais em disponibilizar recursos à alocação das infra-estruturas das redes de drenagem pluvial e de pavimentação. Os recursos disponibilizados por meio da Secretaria Municipal de Obras para implantar galerias pluviais e bocas-de-lobo são suficientes, apenas, para trabalhos de pequeno porte e/ou para a lenta implantação dessas infra-estruturas em algumas vias da cidade.

Mapa 13

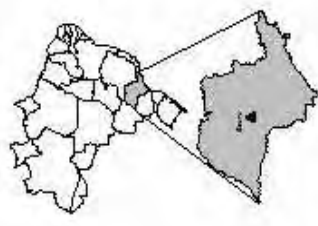
Bauru. Distribuição da Rede de Drenagem Pluvial e vias não pavimentadas - 2007



MAPA 14
Bauru
Habitantes por domicílios - 2000



Brasil - São Paulo - Bauru



LEGENDA

- Habitantes por domicílio (médias setoriais)
- 2,15 a 2,74 (35)
 - 2,74 a 3,33 (129)
 - 3,33 a 3,92 (241)
 - 3,92 a 4,51 (40)
- [} Número de setores censitários
- Limite do setor censitário
- ++ Malha Urbana

Organização e Realização:
 Grupo de Pesquisa CEMESP.

Escala Gráfica
 0 1 2 Km

Entrada CD-ROM CEMESP, 2004.
 Layout adaptado por Márcio José Cordeiro

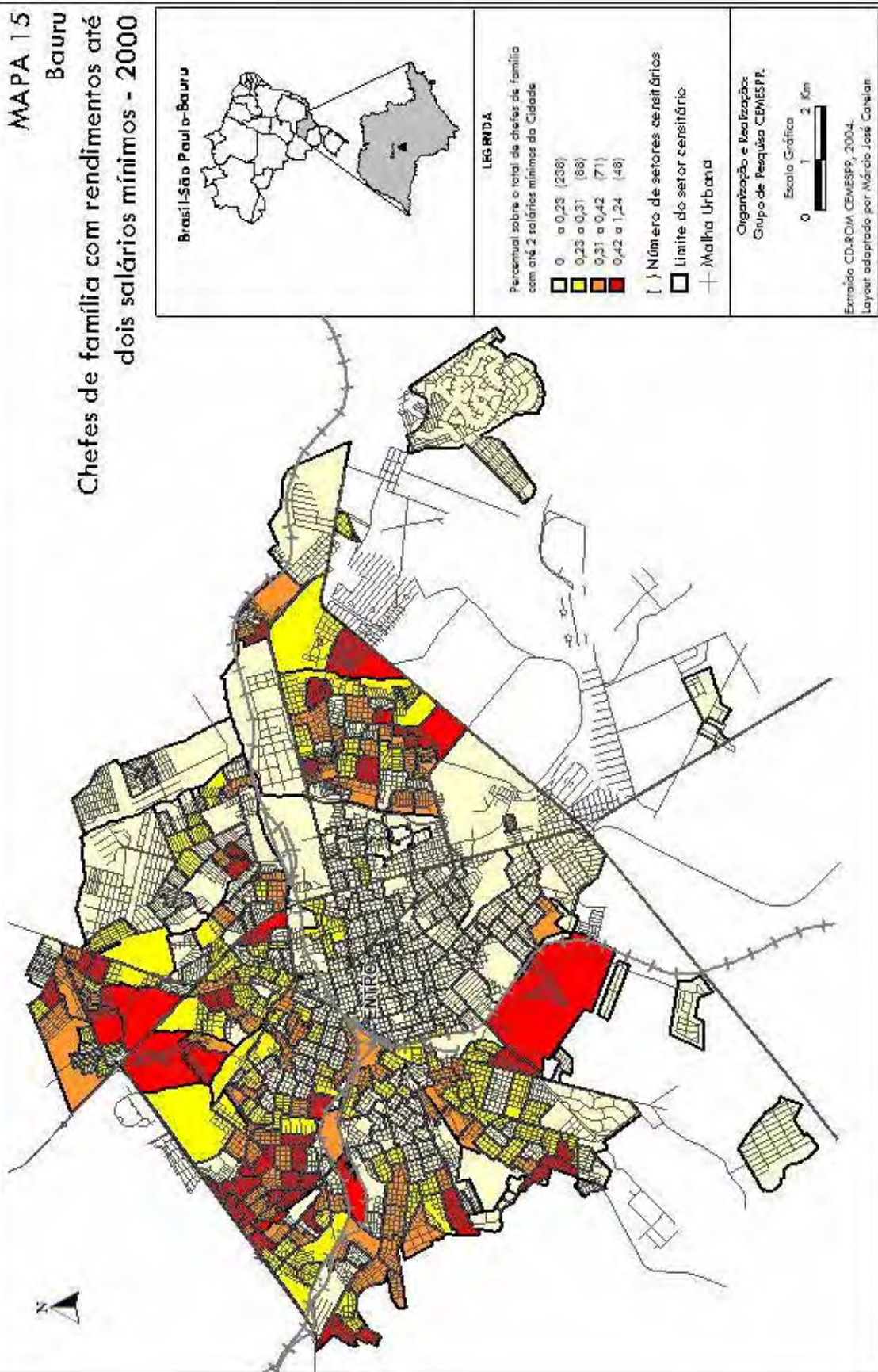
Há uma relação clara entre as áreas que não apresentam as infra-estruturas das redes de drenagem pluvial e de pavimentação (Mapa 13) e aquelas com alta densidade populacional por domicílios (241 setores censitários com variação percentual entre 3,33 a 3,92 habitantes por domicílios [cor laranja] e 40 setores censitários com variação percentual entre 3,92 a 4,51 habitantes por domicílios [cor vermelha] (Mapa 14)). Podemos ver que as áreas da cidade onde se encontra a maior parte da população também são aquelas em que não foram implantadas as infra-estruturas analisadas.

Como forma de demonstrarmos a condição espacial de Bauru, associada a essa segmentação social, adotamos três variáveis, em nossa análise relacional, de acordo com o exposto nos dois mapas anteriores. São elas as percentagens: (1) de chefes de famílias com rendimento até dois salários mínimos, (2) de domicílios com quatro banheiros ou mais e (3) de domicílios sem banheiro, todas de acordo com os setores censitários³³. Nosso objetivo, ao escolhermos tais variáveis, é demonstrar que a proporção inversa entre as densidades das infra-estruturas demonstradas no mapa 13 e a densidade de população do mapa 14 resulta, sobretudo, da forma desigual como a cidade é produzida, no âmbito do modo capitalista de produção.

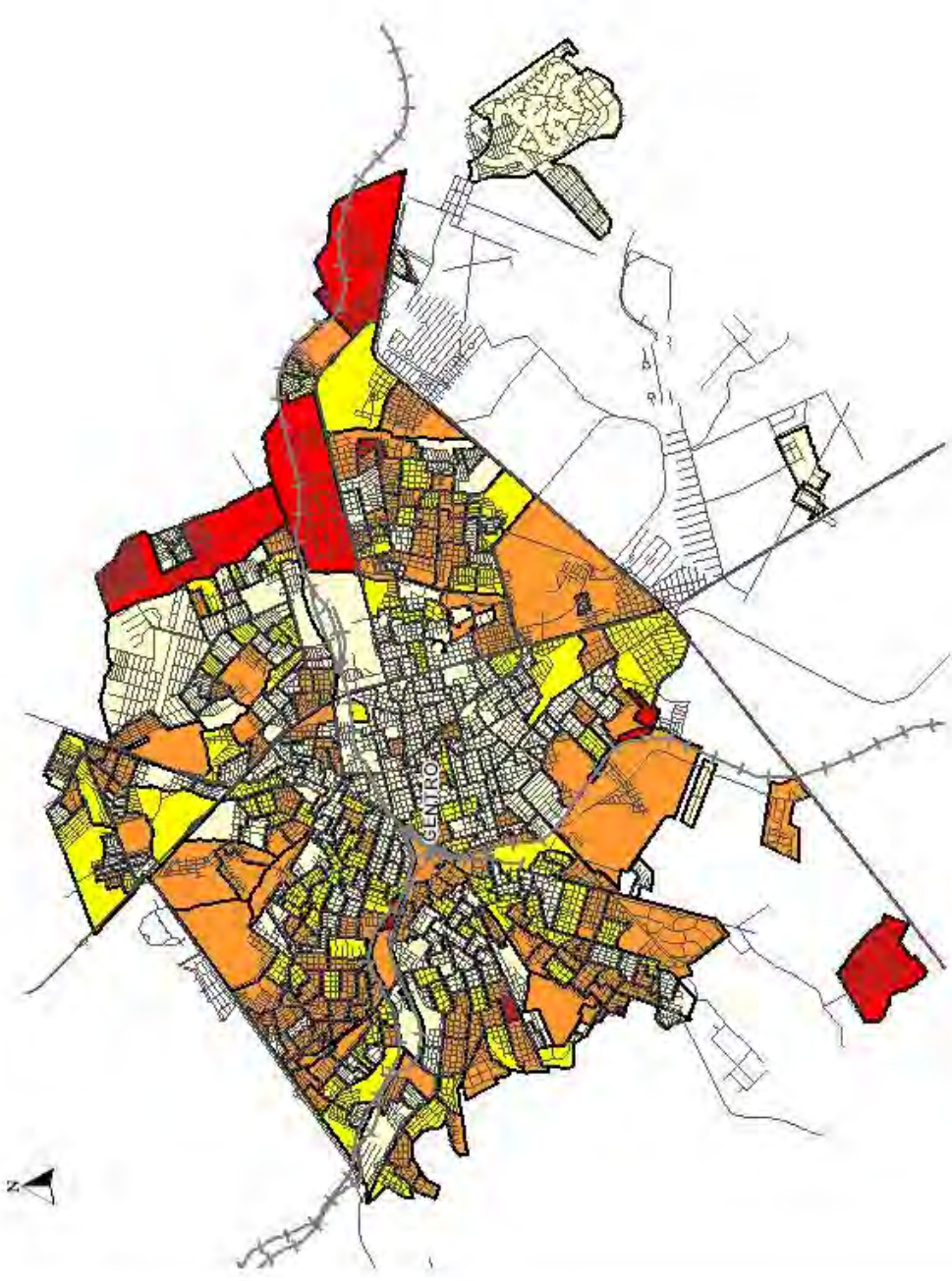
O mapa 15 mostra-nos a percentagem de chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos, cujas variáveis apontam a segmentação socioespacial na cidade de Bauru. Os setores com percentagens maiores de chefes de família que recebem apenas até dois salários mínimos são correspondentes às áreas de baixa densidade infra-estrutural (Mapa 13) e alta densidade populacional (Mapa 14), observação esta que se torna mais clara quando notamos o mapa 16, em que se apresentam os setores onde mais apareceram domicílios sem banheiro, outra variável que caracteriza o baixo padrão socioeconômico dos moradores.

³³ Vimos utilizando, para as análises, o recorte territorial das áreas de ponderação (IBGE, 2000), já que, até o momento, os setores censitários apareciam como unidades territoriais demasiadamente fragmentadas para nossa análise. No entanto, nesse momento, os mapas advindos da base de dados do Centro de Mapeamento e Estudos da Exclusão Social para Políticas Públicas – CEMESPP –, cujos dados se referem ao Censo Demográfico 2000 do IBGE, apresentaram-se como uma ótima alternativa para qualificarmos a densidade e a distribuição das infra-estruturas, no que se refere às disparidades socioeconômicas na cidade de Bauru.

MAPA 15
Bauru
Chefes de família com rendimentos até
dois salários mínimos - 2000



MAPA 16
Bauru
Domicílios sem banheiro



Bras: Il-São Paulo-Bauru



LEGENDA A

Percentual sobre o total de domicílios do Setor Censitário

- 0 (208)
- 0,27 a 1 (91)
- 1 a 8,93 (134)
- 10,45 a 88,37 (11)

— Número de setores censitários

□ limite do setor censitário

— Malha Urbana

Organização e Realização:
 Grupo de Pesquisa CEMESP

Escala Gráfica



Exatidão CD, RCM, CEMESP, 2004.
 Layout adaptado por Márcio José Catalani

No mapa 16, a relação com o mapa 13 é bastante clara, pois também se forma, ao redor da malha urbana, um “anel” com setores que apresentam domicílios sem banheiro, outra variável designativa do baixo nível socioeconômico, sobretudo nos bairros a nordeste, onde estão os setores que apresentaram as maiores percentagens na densidade populacional caracterizada por baixa densidade de infra-estruturas da rede de drenagem pluvial e de pavimentação.

Já no mapa 17, podemos observar uma condição socioespacial inversa, pois, a partir dele, podemos confirmar onde estão localizados os segmentos sociais de alta renda na malha urbana de Bauru, comprovando aquilo que já afirmávamos com informações empíricas, por meio de documentos históricos e pesquisas acadêmicas dedicadas à expansão territorial urbana de Bauru, no primeiro capítulo. Ou seja, a zona sul e, na seqüência, as zonas sudeste e sudoeste, é onde se localizam os domicílios que apresentaram quatro banheiros ou mais, variável que designa um alto padrão socioeconômico de ocupação e alto padrão de habitabilidade, seja no plano individual, o da casa, ou no plano coletivo, dos espaços onde são implantados os meios de consumo urbanos.

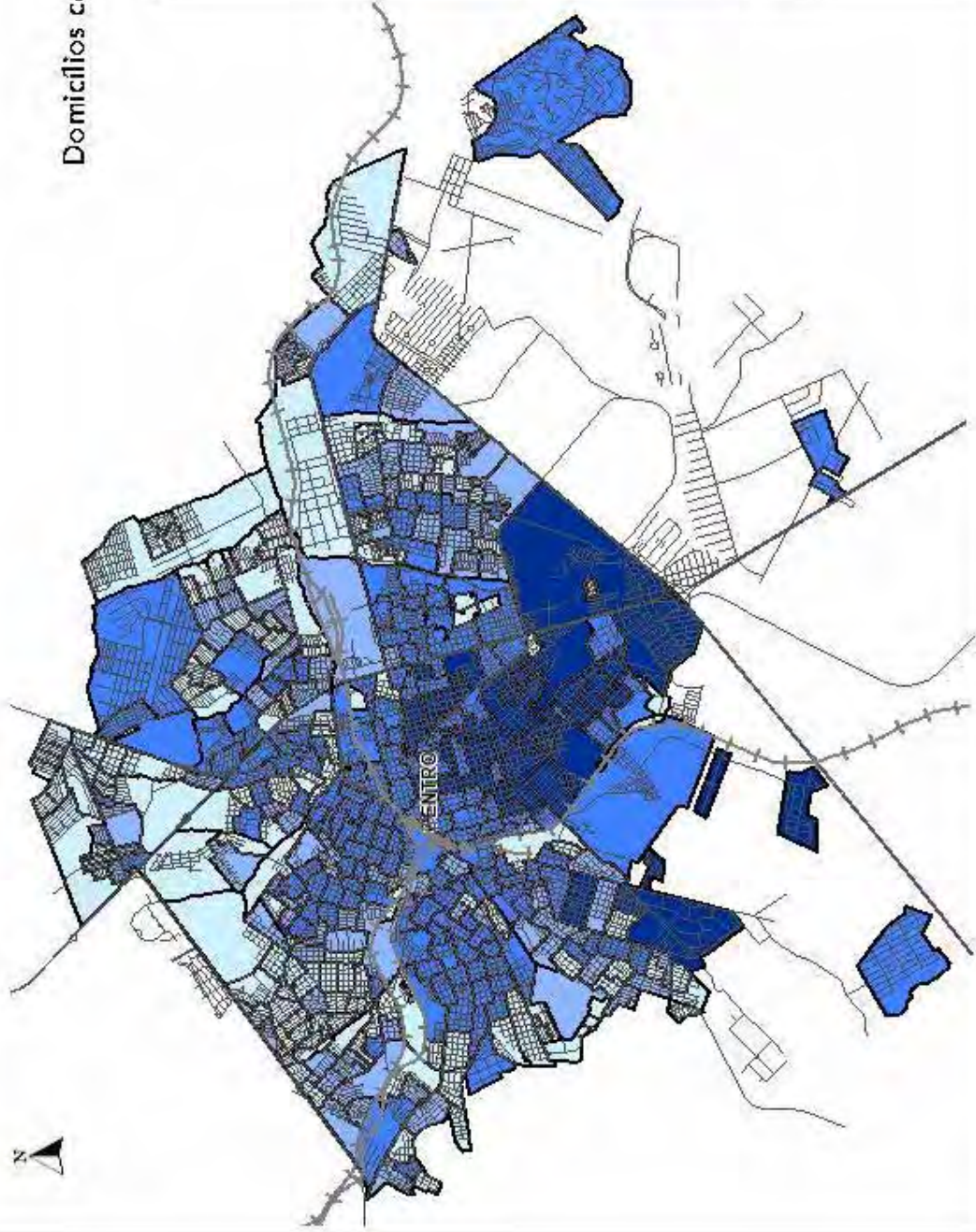
Os mapas apresentados têm como objetivo ampliar o campo de compreensão do leitor no que se refere à condição socioespacial da cidade e, mais que isso, demonstrar que as infra-estruturas em análise foram disponibilizadas consoante à diferenciação socioeconômica dos segmentos sociais. Essas características se estendem na forma de gerir e planejar a cidade, pois, mesmo concordando que o planejamento e a gestão urbanos não possuem apenas um conteúdo burocrático e marcado por corrupção, devemos reconhecer que suas práticas não apontam, devido às interações entre suas dimensões política, econômica e técnica, para a possibilidade de uma condição socioespacial menos desigual.

Em Bauru, as leis utilizadas para o ordenamento territorial surgem, somente, a partir da década de 1980 e, mesmo assim, zelar pelo seu cumprimento tem exigido, de alguns, contornar os interesses político-econômicos de agentes produtores do espaço urbano. Além disso, há que se considerar que “em Bauru, apesar da aprovação da Lei 6766/79, o processo desqualificado de parcelamento do solo [...] sobre a não exigência de infra-estruturas básicas em cada parcelamento [...] continuou a acontecer em loteamentos privados até a aprovação da lei 2339/82” (ALVES, 2001, p. 103).

MAPA 17

Bauru

Domicílios com 4 banheiros ou mais



Brasil-São Paulo-Bauru



LEGENDA

Percentual sobre o total de domicílios do Setor Censitário

0	(149)
0,27 a 1	(88)
1 a 9,93	(159)
10,17 a 87,26	(49)

- Número de setores censitários
- Limite do setor censitário
- + Malha Urbana

Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa CEMESP.

Escala Gráfica
0 1 2 Km

Exatidão CD-ROM CEMESP, 2004.
Layout adaptado por Márcio José Cordeiro

A maioria dos planos diretores desenvolvidos em Bauru foi elaborada pelo próprio poder público à mercê de forças advindas de concepções político-econômicas, que regem a produção da cidade, direcionando o consumo do solo urbano e articulando um mosaico de espaços nas cidades onde se conflitam áreas densificadas e, muitas vezes, desprovidas de meios de consumo coletivo.

Muitas das obras de implantação de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos ultrapassam a capacidade orçamentária municipal. Uma das soluções encontradas pelos municípios para superação dessas limitações é recorrer às negociações de créditos, em longo prazo, com recursos de projetos e planos destinados ao desenvolvimento econômico e social, estaduais e federais³⁴, como já discutiremos acima sobre o pedido de recursos ao PAC para execução de obras em loteamentos, já consolidados como bairros, por conta de um contingente populacional que dá vida social a estes, mas que ainda não dispõe de rede de drenagem pluvial e de pavimentação, assim como de outros meios de consumo coletivo.

Como alternativa, na escala municipal, o poder público vem trabalhando no recadastramento imobiliário, medida que pode aumentar a arrecadação sobre impostos urbanos. Segundo estudos realizados por profissionais da Prefeitura Municipal de Bauru, o cadastro imobiliário encontra-se desatualizado, aparecendo a sua atualização como um grande desafio entre as ações da gestão e do planejamento urbanos municipais. Da parte da equipe de planejamento urbano, são considerados como um amplo trabalho de levantamento imobiliário por meio de fotos aéreas e imagens de satélite os estudos de definições do preço do solo e de imóveis, e de delimitação do padrão socioeconômico das edificações conforme zonas de alta especulação imobiliária etc. Entre as dificuldades que envolvem esse trabalho, os interesses político-econômicos são aquelas que mais impedem o avanço desses trabalhos. No entanto, o andamento desse recadastramento aparece como uma possibilidade de fazer com que os diferentes segmentos sociais arquem com os impostos urbanos de acordo com sua condição socioeconômica.

Por ora, convém observarmos a complexa relação entre as práticas da gestão e do planejamento urbanos no processo de produção da cidade. Complexidade que se explica pela inter-relação de dimensões como a política, a econômica e a técnica,

³⁴ Até o ano de 2007 o município de Bauru encontrava-se impedido de recorrer a recursos estaduais e federais, por conta de atrasos em pagamentos de dívidas decorrentes de recursos requisitados, anteriormente, para a execução de obras associadas à implantação de meios de consumo coletivos em Bauru.

sobretudo pela forma como são tomadas por agentes associados à produção dos espaços urbanos. No que tange à nossa perspectiva de análise, em torno da caracterização teórica dada aos meios de consumo coletivo, a relação entre tais dimensões e agentes é que termina por direcionar o destino da produção da cidade. Essas ações geram reações nas quais se expressam os problemas urbanos e cabe, aqui, valorizá-las.

3.3. Algumas reações e interpretações da população às desigualdades socioespaciais

Por mais que nossa perspectiva analítica priorize uma leitura econômica e política da produção do espaço e do consumo de meios coletivos urbanos, a nosso ver, não poderíamos deixar de expor como isso se reflete no âmbito da vida cotidiana dos bairros e da população que lá vive, entendendo esta enquanto agentes que interagem no processo de produção do espaço de acordo com as dinâmicas que têm rebatimento sobre o cotidiano. Num movimento complexo, dado pelas práticas socioespaciais, geram-se reações e interpretações, a partir da condição infra-estrutural da rua, do bairro e/ou da cidade, e da natureza dos problemas urbanos vividos.

Tais práticas se caracterizam, sobretudo, pela realidade em que se insere cada segmento social, tendo em vista que as (re)ações às dinâmicas da produção capitalista do espaço urbano não serão apenas variáveis que demonstram os reflexos das ações verticalizadas, ou seja, dadas de cima para baixo, pois são decisões tomados por órgãos de planejamento e gestão ao direcionarem o destino da expansão territorial urbana, devido aos interesses de especuladores e incorporadores imobiliários.

Diante disso, sentimos a necessidade de demonstrar um pouco daquilo que pudemos perceber com a aproximação empírica à nossa área de estudo, cujas informações nos serviram para a elaboração desta dissertação. Algumas delas tomarão um significado maior no sentido de nos fazerem perceber que a população urbana também é participante ativa no processo de produção do espaço urbano, já que a compreendemos como agentes desse processo. Não obstante esses aspectos, seria uma lacuna grande não fazermos referência, na análise, à interação socioespacial dada no

seio da população de Bauru, consultada a partir de nossa amostragem, no que se refere aos meios de consumo coletivo urbanos.

Um primeiro ponto a ser considerado refere-se aos motivos que levam a população a escolher um bairro para viver. Mesmo reconhecendo que, de maneira ampla, por conta da segmentação social, refletida na produção do espaço determinada pelo modo capitalista de produção, a população, em princípio, não possui capacidade ampla de escolha das áreas da cidade em que irá viver, sendo direcionada a morar sempre naqueles bairros cujos preços dos lotes e valor das taxas de impostos cobrados sobre eles, além da área construída e dos meios de consumo coletivos disponibilizados, condizem com seu poder aquisitivo. Isso é bem verdade, porém outros fatores apareceram como determinantes das escolhas, como demonstra o quadro 5.

Área de ponderação Nº. de questionários	01 26	02 27	03 37	04 32	05 19	06 19	07 18	08 19	09 32	10 28	11 33	12 25	13 28	14 24	15 12
Preço dos lotes	14	11	07	06	-	01	-	02	06	06	03	03	01	03	02
Preço do aluguel	-	-	01	01	-	-	-	-	01	-	-	01	-	-	01
Próximo de parentes	04	04	13	17	12	09	07	01	08	02	07	01	07	07	-
Próximo do trabalho	-	01	-	01	01	-	01	05	02	01	-	-	01	-	01
Próximo de escolas, creches e outros equip.	03	02	01	01	-	-	-	05	02	-	-	01	-	-	-
Próximo ao centro	-	-	01	01	01	05	01	-	-	-	-	-	02	-	-
Por ser conjunto habitacional	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Considerado tranqüilo	-	03	01	-	02	01	-	03	-	-	-	03	06	05	01
Beleza cênica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-
Sem motivo	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Trabalho de campo. Questionários.

* Alguns moradores referiram-se a mais de um critério, por isso o total pode exceder a quantia de questionários aplicados em cada área de ponderação.

Quando pensamos em incluir esse questionamento, tínhamos como objetivo observar a importância que a população atribuiria ao loteamento ou ao bairro conforme o grau de densidade infra-estrutural. No entanto, ao serem consultados, apenas alguns poucos meios de consumo coletivo apareceram como importantes na

escolha do bairro para se viver. Dentre esses, as escolas e as creches foram aquelas que mais foram indicadas como critério na escolha. Sobre essa afirmação, se nos reportarmos ao quadro dos meios de consumo coletivo urbanos mais citados por esses mesmos moradores, demonstrado no capítulo 2 (p. 98), a pavimentação, o centro de saúde, as áreas de lazer, a limpeza de áreas públicas e os postos policiais foram aqueles mais citados como importantes para se viver bem num bairro³⁵.

Porém, outros fatores foram considerados como critérios pela população, no momento em que escolheram o bairro para viver, pois, mesmo não desconsiderando os “limites” estabelecidos entre as áreas da cidade definidos pela segmentação socioeconômica, eles ainda podem estabelecer critérios entre aqueles bairros de mesmo padrão socioeconômico.

Como nos apontaram os dados do quadro 5, esses critérios perpassam outras dimensões da vida urbana – além da econômica. Mesmo assim, o critério que mais se associa à dimensão socioeconômica – o preço dos lotes – apareceu na maior parte dos bairros, com exceção apenas dos presentes nas áreas de ponderação 6, 7 e 13 respectivamente, porque nessas áreas estão presentes os bairros mais antigos na cidade. Esta última área localiza-se na zona sul que é de padrão socioeconômico médio e alto, como já destacamos. Aliás, apenas nos bairros dessa área os moradores disseram ter sido a beleza cênica um fator para morarem nele, já que possui uma densidade infra-estrutural compatível com outros bairros da zona sul, área da cidade que sempre recebeu, mais freqüentemente, os meios de consumo coletivo necessários.

Outro ponto que não poderíamos deixar de explicitar refere-se aos consensos gerados a partir da densidade infra-estrutural, ou seja, a partir da quantidade e da qualidade de meios de consumo coletivo, ainda que com limitações na compreensão econômica, política e técnica das práticas envolvidas na distribuição desses meios, no âmbito do cotidiano urbano dos bairros. Os moradores foram questionados sobre suas compreensões em torno das ações do planejamento e da gestão urbanas em Bauru, sobretudo aquelas que se referem às ações mais atuais³⁶.

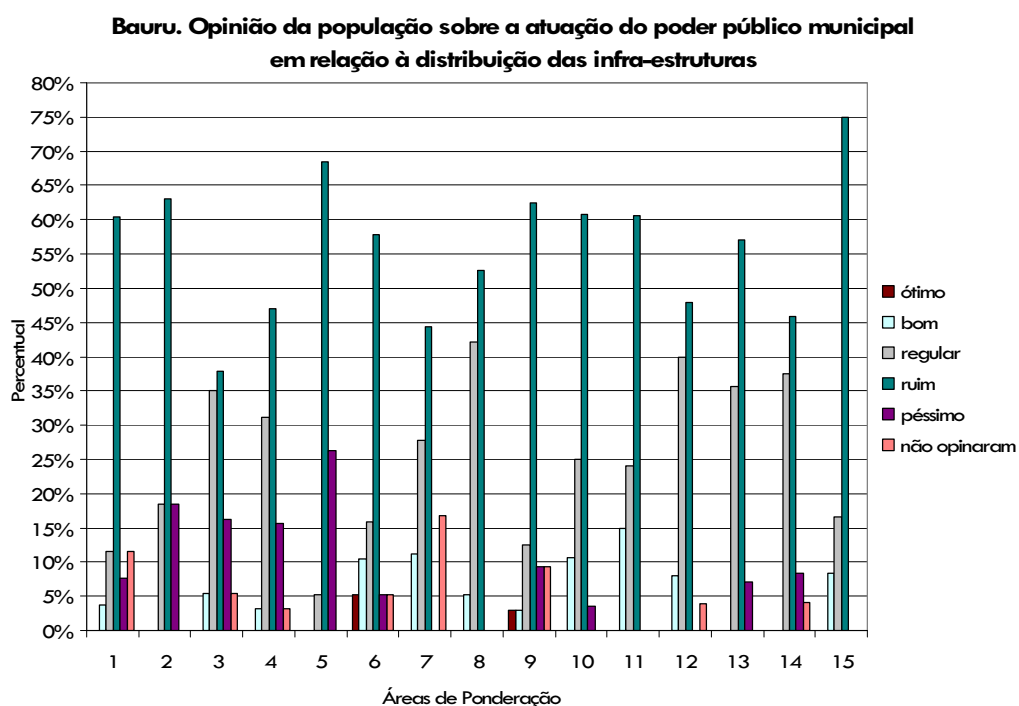
O gráfico 1, é relativo ao percentual das opiniões da população no que se refere à atuação da Prefeitura Municipal em relação à distribuição das infra-estruturas

³⁵ Talvez o fato de eles não aparecerem como os mais citados, nessa questão, associa-se ao direcionamento que pode ser dado à resposta, a partir da compreensão deles, no momento do questionamento, tendo em vista que são muitos os meios de consumo coletivo necessários à vida urbana.

³⁶ Convém destacarmos que as opiniões sobre a atuação do poder público, pautadas nas respostas dadas ao nosso questionário, referem-se somente à implantação de meios de consumo coletivo urbanos.

mapeadas. Como podemos observar nesse gráfico, em todas as áreas as opiniões consideraram como ruim a atuação do poder público na distribuição dos meios de consumo coletivo. Em algumas delas, como as áreas 3, 8, 12, 13 e 14, as opiniões dos moradores permaneceram equilibradas entre: ruim e péssima. Dentre esses, com exceção da área 12, onde a maior parte dos bairros não possui rede de drenagem pluvial e pavimentação, bem como outros meios de consumo coletivo como creches, centros de saúde e outros, as demais áreas são compostas por bairros cujos loteamentos foram implantados no período que compreende as décadas de 1950 a 1970, principalmente aqueles cuja condição socioeconômica dos moradores se caracteriza pelo padrão médio e alto, sobretudo nas áreas 13 e 14.

Gráfico 1



Fonte: Trabalho de Campo. Questionários, 2007.

A partir dessa análise, procuramos qualificar as informações contidas no gráfico 1, tendo em vista que mesmo aquelas áreas de ponderação, em que os bairros possuem infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos, suficientes a não causar problemas urbanos no cotidiano ou em momentos excepcionais, como as áreas de

ocorrência de enchentes causadas pela ausência da rede de drenagem pluvial, já identificadas anteriormente, a opinião dos moradores também considerou a atuação da Prefeitura Municipal como ruim ou péssima. Mesmo considerando que a opinião da população sempre parte de uma visão negativa, no que se refere às ações do poder público, buscamos identificar quais seriam os argumentos que justificassem essa visão dos moradores.

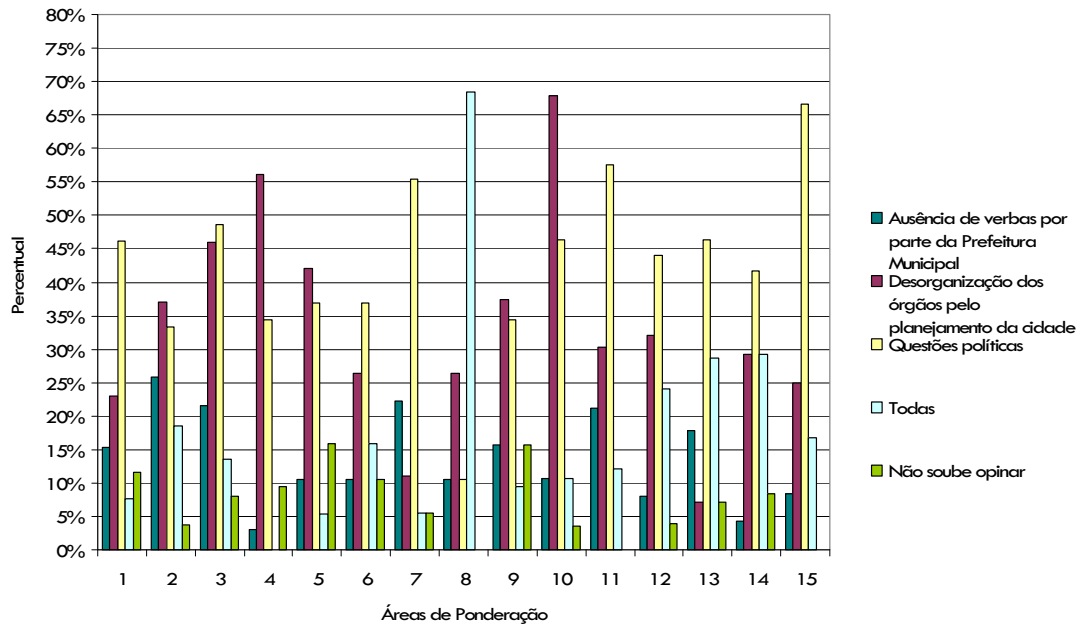
Apresentamos aos moradores, depois de aplicarmos os questionários-piloto, tendo em vista que nosso objetivo quanto aos motivos que qualificassem os dados do gráfico 1, fossem estipulados pelos próprios moradores. Diante disso, três motivos foram mais destacados, por parte da população, como dinâmicas que interferem nos trabalhos do poder público frente à disponibilização dos meios de consumo coletivo. São eles: (1) a ausência de verbas por parte da Prefeitura Municipal; (2) uma possível “desorganização”³⁷ dos órgãos responsáveis pelo planejamento da cidade; (3) e/ou questões políticas. Foi considerado, ainda, (4) se esses motivos poderiam ser analisados em conjunto, pois, de nossa parte, como expusemos anteriormente, trata-se de um universo em que esses motivos são complementares no âmbito das ações do planejamento e da gestão urbanas.

No gráfico 2, podemos observar que as questões políticas apareceram indicadas com incidência acima de 30% em todas as áreas, com destaque para as áreas 7, 11 e 15 onde elas atingiram as maiores percentagens. Na maior parte das respostas, os moradores remeteram-se aos acontecimentos passados, principalmente em momentos conturbados da história política de Bauru. Outro motivo, bastante considerado, foi uma possível desorganização (ausência de critérios) dos órgãos responsáveis pelo planejamento na e da cidade no que tange à alocação dos meios de consumo coletivo. Já o motivo que indicaria uma possível ausência de verbas por parte da Prefeitura Municipal de Bauru obteve percentagens baixas nas respostas. Esse dado mostra a falta de conhecimento por parte da população em relação aos trabalhos da Prefeitura Municipal, pois, segundo informações dos Secretários Municipais de Obras e Planejamento, a Prefeitura Municipal de Bauru vinha enfrentando uma dívida com o Governo Federal, até o ano de 2007, que a impossibilitava de buscar recursos para a realização de obras com gastos suntuosos.

³⁷ O termo “desorganização”, no âmbito do cotidiano da população, aparece como sinônimo de “bagunça”, “desordem” ou “confusão”. Portanto, essa tal desorganização se referia aos critérios e à forma desigual de distribuição dos meios de consumo coletivo urbanos em Bauru.

Gráfico 2

Bauru. Motivos que interferem na implantação de infra-estruturas nos bairros por parte do poder público na opinião da população



Fonte: Trabalho de Campo. Questionários, 2007.

Também destacamos que, somente na área 8, esses pontos foram considerados pela maior parte dos moradores como um conjunto de questões que não podem ser separados na análise. Essa área é caracterizada, na maior parte, por uma população de padrão socioeconômico médio, em que as respostas, de maneira geral, configuraram maior envolvimento, devido ao grau de instrução dos moradores, o que possibilitou uma maior compreensão das dinâmicas envolvidas. Isso também ocorreu nas áreas 13 e 14, cujos padrões socioeconômicos são de médio a alto, porém, no que se refere ao gráfico 2, não se apresenta uma percentagem tão alta como aquela obtida na área 8, apesar de, nas áreas 13 e 14, essas percentagens aparecerem mais altas do que em outras áreas.

Com essa análise, não objetivamos demonstrar apenas a opinião dos moradores, tendo em vista que elas poderiam se limitar a leituras reduzidas da realidade por conta do cotidiano repleto de acontecimentos e informações contraditórias que chegam até eles e, a partir deles, geram-se novas interpretações. Em

relação aos problemas advindos da ausência ou a presença deficitária de meios de consumo coletivo, também ocorre tais interpretações. Numa análise mais geral, ou seja, agora não mais pautada em dados quantitativos, mas, sobretudo, em informações qualitativas, pois alguns moradores acabam por explicitar, mais que outros, a realidade dos bairros, pudemos perceber que as dinâmicas associadas aos meios de consumo coletivo geram discussões e debates por parte da população, seja em conversas de esquina, nas filas de espera pelo atendimento no centro de saúde, ou em discussões em associações de moradores etc.

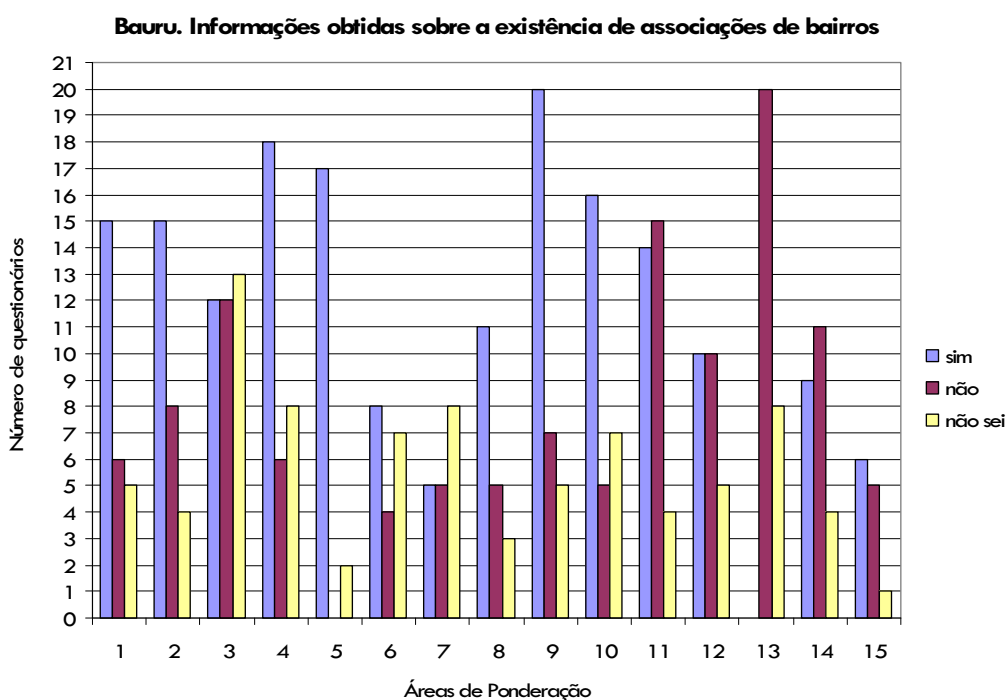
Algumas dessas discussões não passam de indignações quanto ao funcionamento dos serviços de saúde, às condições da pavimentação, ao entupimento da boca-de-lobo em suas ruas, ao mato que toma conta de uma praça ou de uma outra área de lazer, à insuficiente implantação de creches, de escolas, de centros de aprendizados profissionais para que os jovens, principalmente de bairros mais pobres, tenham oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho etc. Porém, outras podem ser interpretadas enquanto reivindicações, individuais ou coletivas, mesmo que esta última, seja tomada, muito mais, pelo descrédito, como identificamos na atuação das associações de moradores.

Essas associações de moradores foram citadas num “tom” de descrédito, revelando-se em relação a elas uma imagem bastante negativa naqueles bairros em que atuam, seja por conta da inabilidade frente às ações do poder público, seja pelo conteúdo político, no sentido mais restrito deste termo, que, por vezes, toma maior importância que o social, ao ponto da associação tornar-se um trampolim em épocas de eleições, pois, segundo muitos moradores, os líderes das associações buscam privilégios para si, para parentes ou para amigos. De outro lado, alguns moradores reconhecem a legitimidade da associação de bairro como uma entidade coletiva capaz de trazer benefícios aos bairros, por conta de conquistas que se deram em alguns momentos, principalmente em reivindicações à implantação de meios de consumo coletivo.

No tocante a essas opiniões, quando os questionamos se havia no bairro alguma associação atuante no sentido de buscar o bem-estar dos moradores, houve uma certa hostilidade. Como podemos observar no gráfico 3, nas áreas 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9 e 10, os moradores afirmam existir uma associação de bairro, sendo que boa parte disse não participar, já que, segundo eles, algumas associações existem há muito tempo, porém nunca conseguiram trazer benefícios como a implantação de meios de consumo

coletivo, a não ser em raras exceções, quando da intervenção de um vereador ou de um funcionário administrativo da Prefeitura, que mora no bairro e que, por isso, consegue alguns benefícios como a remoção de entulhos das vias, aplainamento das vias sem pavimentação, limpeza de praças e parques etc. Apenas na área 13, onde se localizam os bairros da zona sul, os moradores afirmaram, em sua maioria, não existir uma associação de moradores, característica bastante comum em bairros já consolidados e bem dotados de meios de consumo coletivo necessários àquele segmento social.

Gráfico 3



Fonte: Trabalho de Campo. Questionários, 2007.

Percebemos, então, a partir da análise dos dados acima, que as desigualdades socioespaciais podem gerar múltiplas (re)ações por parte dos moradores, as quais devemos considerar de extrema importância, por representarem os bairros, o lócus onde se dá a vivência do ambiente construído. Nesse contexto, mesmo uma leitura que privilegie uma abordagem mais econômica dos meios de consumo coletivo e das práticas do planejamento e gestão urbanos, dedicando-se à perspectiva

da produção do espaço urbano, deve expor ao debate, a nosso ver, como as ações e as reações que decorrem da interação socioespacial dos agentes produtores do espaço urbano podem ocorrer em várias direções, geradas a partir de um amplo e complexo campo de forças.

É por isso que nos dedicamos, neste último tópico de nossa dissertação, a valorizar alguns dados e algumas informações, expressos pela população, pois, como já ressaltamos, apesar de considerarmos, do ponto de vista teórico, que a realidade urbana pode ser “mascarada” pela noção simplista denominada de “senso comum”, capaz de direcionar o discurso daqueles que a vivem, não poderíamos deixar de mostrar, no tocante às dinâmicas relativas à alocação dos meios de consumo coletivo inseridas no processo de produção do espaço urbano, um outro lado dos acontecimentos, ou seja, a face das desigualdades socioespaciais manifestas por meio das interações nas cidades.

Na verdade, nosso objetivo foi demonstrar que as práticas de produção dos agentes atuantes na cidade advêm de direções vetoriais diversas, ora num mesmo sentido, de acordo com interesses comuns, ora em sentido contrário, segundo um jogo de forças, que é, ao mesmo tempo, político e econômico. Desse modo, não gostaríamos que o leitor direcionasse a análise para um campo de forças em que teremos os ganhadores e os perdedores, os opressores e os oprimidos. Se, nas práticas do planejamento e da gestão urbanos, podemos encontrar interesses políticos e econômicos, no âmbito do cotidiano da vida urbana também podemos encontrar ações, individuais ou coletivas, que perpassam por tais interesses, como observamos, principalmente, nas opiniões da população sobre a atuação das associações de bairros.

Sobre tudo isso, ressaltamos que o processo de produção do espaço urbano é amplo e complexo e, por tal proposta, devemos sempre buscar desenvolvê-lo de acordo com uma análise que possa expor não somente os agentes envolvidos, mas também as práticas dadas a partir deles, que contribuem para a construção de novas realidades, já que esses agentes se dispõem a buscar novas possibilidades, por um motivo ou por outro, no âmbito das interações socioespaciais urbanas.

Considerações Finais

Considerações Finais

Esta dissertação pode ser lida de acordo com as temáticas que circunscreveram nosso debate central – a produção do espaço urbano em Bauru: do subterrâneo à superfície. Pelo menos três temáticas estiveram contidas na análise: (1) a interface entre os processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade; (2) o debate sobre os meios de consumo coletivo urbanos; e (3) as práticas do planejamento, da gestão e da população urbana de Bauru.

No que se refere aos processos de reestruturação urbana e da cidade, cabe ressaltar a importância de tais conceitos para que fosse possível compreender como as cidades são produzidas e, além disso, como as dinâmicas urbanas e da cidade encontram-se para, em um único processo – a urbanização –, produzirem cidades diferentes em sua morfologia. A busca de se identificar uma periodização dos acontecimentos históricos, tanto no âmbito da economia política urbana, como no âmbito de uma economia política da cidade, apresentou-se como um caminho metodológico quando buscávamos identificar quais as dinâmicas e quais os acontecimentos que levaram à constituição de um espaço urbano como o de Bauru, cuja densidade infra-estrutural da rede de drenagem pluvial – o subterrâneo –, e da rede de pavimentação – a superfície –, aparece de forma rarefeita e desigualmente distribuída na malha urbana.

No entanto, voltar-se à história da cidade de forma pitoresca como uma literatura que narra os fatos de constituição de um povoado, cujas “façanhas” de seus fundadores fizeram dela uma cidade gloriosa, não seria apropriado para uma abordagem crítico-analítica. Quando decidimos avaliar como se constituiu o tecido urbano de Bauru, buscando, na expansão territorial da cidade, explicações para a atual configuração, tomamos o referido cuidado. O processo de produção do espaço urbano faz-se de forma complexa, devido às interfaces que se constituem em períodos de reestruturação urbana e da cidade, sendo que essa perspectiva de análise pode valorizar a importância de relacionar as dinâmicas do urbano e da cidade.

Outra temática atinente ao processo de produção do espaço urbano à qual nos dedicamos compreender refere-se aos meios de consumo coletivo. Tomamos essa temática, como uma forma de buscar discutir a alocação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos no processo de produção da cidade. Os meios de

consumo coletivo, no plano conceitual, tal como os tomamos, deram maior amplitude ao debate, tendo em vista o arcabouço teórico que o sustenta. Podemos afirmar que a alocação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos, para ser entendida no processo de produção do espaço urbano, ganha fundamentação para além de uma análise restrita a partir desse conceito, uma vez que tais meios podem ser considerados no âmbito da teoria do valor, segundo a qual a análise do consumo se expressa das mais variadas formas, mas, sobretudo, pela perspectiva econômica.

Assim, como nosso enfoque analítico tomou como referência a relação entre a produção do espaço urbano e o consumo dos meios coletivos urbanos, as práticas decorrentes dessa relação teriam que ser buscadas na proposta de identificarmos os agentes produtores e intermediadores desse processo. Aqui, surgiu nossa outra temática: a análise das práticas do planejamento e da gestão urbanos, e buscamos na habitabilidade urbana que é individual, mas também é coletiva, os reflexos impressos.

É no contexto dessas práticas que qualificamos nossa análise, quando apresentamos, de forma relacional, a seqüência de mapas, cujas variáveis serviram à identificação das características socioeconômicas que, em comparação com as características infra-estruturais demonstradas nos mapas dos capítulos 2 e 3, expressaram um espaço urbano segmentado social, econômica e espacialmente.

As práticas do planejamento e da gestão urbanos foram tomadas conforme as dimensões econômica, política e técnica expostas por Frey (2000). Essas dimensões proporcionaram a identificação da forma de atuação no planejamento e na disponibilização dos meios de consumo coletivo urbanos, pois cada uma contribuiu para explicitar como as práticas advindas do poder público podem direcionar a alocação desses meios.

Os meios de consumo coletivo urbanos, no âmbito das relações econômicas, atrelados ao mercado do solo urbano, foram disponibilizados segundo influência das concepções de planejamento, de gestão e da noção de desenvolvimento urbano (econômico, político e territorial) vigentes em cada período. Tais concepções, foram colocadas em prática, pois essa é a principal justificativa do poder público, com maior liberdade nos períodos em que as leis urbanas ainda não davam conta de barrar aqueles acordos que iriam privilegiar o loteador. Porém, não mais se justificam tais práticas, tendo em vista que os órgãos responsáveis pelo planejamento e pela gestão urbanos deteriam meios para frear o aparecimento de espaços desiguais no tocante à

quantidade e à qualidade dos meios de consumo coletivo. Mesmo assim, a cidade, caracterizada por espaços segmentados do ponto de vista socioeconômico, continua a existir.

Isso porque a produção da cidade não se explica, apenas, por meio das práticas do planejamento, da gestão, da atuação dos incorporados etc., mas sim implica compreendermos que o espaço urbano é produzido sob as determinações e concepções atinentes ao modo capitalista de produção: a divisão social e territorial do trabalho condiciona a morfologia e o ritmo de se produzir a cidade.

Não obstante, encontra-se o poder de decisão sob as determinações do capitalismo dadas por agentes mais ou menos envolvidos no processo de produção do espaço urbano. Nesse contexto, os meios de consumo coletivo são direcionados sob os aspectos supracitados, já que algumas áreas da cidade são privilegiadas em detrimento de outras por conta da associação entre agentes produtores do espaço urbano e práticas político-econômicas. Os meios de consumo coletivo são disponibilizados em nome do “bem comum”; no entanto, são tomados como princípio gerador de lucro na produção do espaço urbano.

Os espaços da cidade, lócus do cotidiano urbano, têm sido produzidos segundo a concepção de que o solo urbano e seus objetos estruturantes deveriam ser direcionados pelo mercado imobiliário. Na urbanização contemporânea, podemos observar uma supervalorização das relações de mercado. Portanto, a produção do espaço associa-se, na lógica capitalista, sempre ao consumo, pois a cidade é um espaço em constante apropriação. O solo urbano, enquanto valor – de uso e de troca – é dado por meio de um conjunto de variáveis como a localização, as condições topográficas, o tipo de interesse dos agentes sobre determinada parcela do solo e, também, a densidade infra-estrutural que a este foi dada. Mesmo com esse conjunto de fatores, as lógicas de mercado, no que se refere ao valor de troca, ainda podem recorrer a novas condições na busca por sustentar, no processo de produção do espaço, sua principal mercadoria – o solo urbano.

Seria demasiado ingênuo, dúbio e óbvio propor alternativas para que haja uma distribuição igualitária dos meios de consumo coletivo urbanos na cidade de Bauru. Todos sabemos, e os agentes que detêm essas atribuições também sabem, que deveria ser inaceitável a constituição de um espaço que, ao invés de causar bem-estar, imprimisse na vida urbana uma série de problemas devidos à carência de meios de

consumo coletivo. Novamente, reportamo-nos às dimensões do econômico, do político e do técnico para reconhecer que, em relação a esta última, por exemplo, não temos condições de propor alternativas – nossas atribuições e nosso envolvimento com essa dimensão nos impossibilita. Ademais, é também porque essa dimensão em análise se expressa a partir das articulações entre as primeiras. As decisões relativas às dimensões econômica e política centram-se em um quadro de determinações mais amplo, em parte, interpretado ao longo desta dissertação e, de outra parte, referente a um debate que não fora realizado, por escolhas, limitações ou perspectivas que ainda virão.

A contribuição que podemos encontrar nesta dissertação, talvez, refira-se mais ao como “fazer” uma pesquisa. Além do debate que expusemos no texto e do caminho metodológico que tomamos, as escolhas necessárias à elaboração da pesquisa que deu base a esta dissertação foram de extrema importância. Isto porque lançar-se à compreensão das contradições urbanas não é uma tarefa possível segundo um caminho linear – as surpresas são constantes, os desatinos advindos da interação socioespacial, no âmbito da produção capitalista do espaço urbano, também o são.

Assim, para nós, a principal conclusão é aquela característica em um trabalho no campo das Ciências Humanas, comprometido com uma leitura crítica da realidade, ou seja: é importante frisar, neste fim de texto, que nossa proposição foi a de buscar a caracterização teórica dos meios de consumo coletivo no processo de produção do espaço urbano de Bauru a partir de algumas de suas dinâmicas, não nos limitando apenas ao seu estudo de caso, mas, sobretudo, à sua articulação com perspectivas teórico-metodológicas que pudessem ampliar o debate das possíveis perspectivas de análise do amplo processo de produção do espaço urbano.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Xaides de Sampaio. **Voçorocas do Poder Público: na Lei, Forma e Gestão Urbana na “Cidade Sem Limites”**. 2004, 291 f, Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARANTES, O.; Maricato, E.; VAINER, C. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRAGA, Benedito; TOZZI, Marcos; TUCCI, Carlos. **Drenagem Urbana: Gerenciamento, simulação e Controle**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 1998.

CARDOSO, Adauto Lúcio. “A Cidade e seu Estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da Cidade”. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas de desafios de Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. p. 27-51.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ANPEGE, 2008. P. 49-60.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CATELAN, Márcio José. **Expansão Territorial Urbana e Enchentes em Bauru: Os limites da “Cidade Sem Limites”**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

_____. **Produção do Espaço Urbano: do subterrâneo à superfície**. 2008. 137 f. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática, 1989.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: Entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERNANDES, Sílvia Aparecida de Sousa. **Territorialização das Políticas Habitacionais em Bauru e Presidente Prudente.** A atuação da CDHU, Cohab-CRHS e Cohab-Bauru. 1998, 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Curitiba, 2008, p. 211-259, junho, 2000.

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração Urbana:** Evolução, Avaliação, Planejamento e Urbanização. São Paulo: Prolivros, 2004.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE; UNICAMP; IE; NESUR; SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil/Sudeste.** Brasília: IPEA, v.5, 2001.

IBGE; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007.** Rio de Janeiro. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 30 de outubro de 2008.

JARAMILLO, Samuel. Crise dos Meios de Consumo Coletivo Urbano e Capitalismo Periférico. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.6, n.18, p. 19-39, 1986.

LEME, Ricardo Carvalho. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente.** 1999, 289f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente. Presidente Prudente.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1991.

_____. Entrevista. **Revista Espaço e Debates.** São Paulo, v.10, n.30, p. 61-70, 1990.

_____. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno.** São Paulo, 1991.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Condições Gerais de Produção:** um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências sociales, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. de 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/nova11.htm>> Acessado em 30 de agosto de 2008.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. In: FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo Capitalista.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.

_____. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia Urbana:** imagens e representações-Bauru 1950-1980. Bauru: EDUSC,2004.

MACHADO, Lenira; SILVA, Ricardo Toledo. **Serviços Urbanos em rede e controle público do subsolo:** novos desafios à gestão urbana. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.1, n. 15, p. 102-111, 2001.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARTINS, Sérgio. **Crítica à Economia Política do Espaço.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Orgs). **O Espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura Urbana.** Porto Alegre. Editora Masquatro, 2005.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio:** a agenda das políticas públicas em disputa. 2006. 222f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de pós-graduação em geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó.** 2008, 171f.. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.2, n.6, p. 36-54, 1982.

PELEGRINA, Gabriel R., ZANLOCHI, Terezinha S. **Ferrovias e urbanização: o caso de Bauru.** *Boletim cultural*. Bauru, v.10, 1991.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Participação Cidadã e Gestão Urbana.** *Revista Cidades, Presidente Prudente*, v. 1, n. 2, p. 169-180, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Plano Diretor-1996.** Bauru: Secretaria de Planejamento, 1996.

PRETECELLE, Edmond. Equipamentos Coletivos e Consumo Social. In: **A questão urbana e os serviços públicos.** Série Estudos. Série Estudos Fundap, nº 1, ano 1, p. 41-53, 1983.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade.** *Revista Cidades, Presidente Prudente*, v. 2, n.3, p. 89-110, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** (Coleção Primeiros Passos - 203). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO E COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL. **Cidades Médias e Desenvolvimento Industrial: Uma proposta de descentralização metropolitana.** São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento, 1978.

SILVA, José Borzachiello da. Estatuto da Cidade versus Estatuto de Cidade-eis a questão. (In) CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália Inês G. (Orgs.) **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-56.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975.

_____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Chão em Presidente: a lógica da expansão territorial urbana**. 1983, 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IGCL - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. **O Chão em Pedacos: Urbanização, Economia e Cidades no Estado de São Paulo**. 2005. 508 f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente..

_____. Loteamentos Fechados em Cidades Médias Paulistas – Brasil. In: SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Eliseu, Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. (et al). Um estudo das Cidades Médias Brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILLAÇA, Flávio. A Terra como Capital (ou Terra-localização). **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 16, p. 5-14, S/mês e ano.

_____. **O Espaço Intra-urbano**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP:Lincoln Institute, 2001.

WHITACKER, Arthur. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.